



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VÍVIAN EMANUELY CAMPOS SIQUEIRA**

**A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DA DITADURA MILITAR: INFLUÊNCIA  
DOS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO NA ATUAÇÃO DO BRASIL  
NA OPERAÇÃO CONDOR (1969-1979)**

**JOÃO PESSOA  
2026**

VÍVIAN EMANUELY CAMPOS SIQUEIRA

**A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DA DITADURA MILITAR: INFLUÊNCIA  
DOS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO NA ATUAÇÃO DO BRASIL  
NA OPERAÇÃO CONDOR (1969-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Relações Internacionais.

**Área de concentração:** Política Externa e Segurança.

**Orientador:** Profa. Dra. Cristina Pacheco

**JOÃO PESSOA  
2026**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S618g Siqueira, Vívian Emanuely Campos.

A grande estratégia brasileira da ditadura militar [manuscrito] : influência dos planos nacionais de desenvolvimento da atuação do Brasil na Operação Condor (1969 - 1979) / Vívian Emanuely Campos Siqueira. - 2026.

120 f.: il. color.

Digitado. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2026."Orientação : Prof. Dra. Cristina Carvalho Pacheco, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA".

1. Operação Condor. 2. Grande Estratégia. 3. Plano Nacional de Desenvolvimento. I. Título

21. ed. CDD 327.12

VÍVIAN EMANUELY CAMPOS SIQUEIRA

A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DA DITADURA MILITAR: INFLUÊNCIA  
DOS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DA ATUAÇÃO DO  
BRASIL NA OPERAÇÃO CONDOR (1969 - 1979)

Dissertação apresentada à  
Coordenação do Curso de  
Programa de Pós-Graduação em  
Relações Internacionais da  
Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção  
do título de Mestra em Relações  
Internacionais

Aprovada em: 24/03/2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fábio Rodrigo Ferreira Nobre** (\*\*\*.547.894-\*\*), em **21/05/2026 11:48:53** com chave **2fffab7c552411f1b05f76023ecd4657**.
- **Bernardo Salgado Rodrigues** (\*\*\*.026.707-\*\*), em **21/05/2026 12:22:39** com chave **e72aa5d2552811f1ab0872db930b5811**.
- **Cristina Carvalho Pacheco** (\*\*\*.986.019-\*\*), em **21/05/2026 17:58:35** com chave **d524bc4a555711f188c476023ecd4657**.
- **Bruno Vicente Lippe Pasquarelli** (\*\*\*.443.838-\*\*), em **27/05/2026 08:56:41** com chave **1ff38e5859c311f1981b2259d3b90e16**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

**Tipo de Documento:** Folha de Aprovação do Projeto Final

**Data da Emissão:** 05/06/2026

**Código de Autenticação:** ffa0b5



## **AGRADECIMENTOS**

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

À minha orientadora, Cristina Pacheco, pelo apoio, direcionamento e carinho.

Aos amigos que com paciência acompanharam essa árdua trajetória, em especial aos parceiros de pós-graduação pelas leituras e olhares dedicados a minha pesquisa.

À Nicole pelo apoio e presença constante nos momentos de dúvida e insegurança.

À minha família por sempre acreditar na minha melhor versão.

À graça de Deus, São José e Nossa Senhora da Penha, a quem prometi e entreguei cada etapa.

À mim, por nunca desistir.

## RESUMO

A Operação Condor representou uma aliança clandestina entre as ditaduras militares do Cone Sul, de 1975 a 1985, com o objetivo de reprimir opositores políticos e dissidentes por meio do intercâmbio de informações e técnicas repressivas, resultando em sequestros, torturas e assassinatos e que desenvolveu um aparato repressivo transnacional por meio da cooperação interestatal em segurança e inteligência. O objetivo geral da pesquisa é analisar a relação entre uma possível Grande Estratégia (GE) do Brasil, formulada durante a Ditadura Militar, e as ações empregadas pelo país na Operação Condor entre 1969 e 1979. Como há um debate conceitual em aberto sobre GE utiliza-se como arcabouço conceitual e teórico as discussões promovidas por Kennedy (1991), Brands (2014), Silove (2018), Alsina Jr (2018), Balzacq, Dombrowski, Reich (2019) e Pacheco; Carvalho e Montenegro (2025). Como aporte teórico-metodológico, a pesquisa utiliza o estudo de caso aliado à ferramenta da análise de congruência (Blatter, 2012) e a ferramenta da revisão sistemática de literatura (RSL). A escolha da análise de congruência como ferramenta se dá pela intenção de comprovar, ou não, a influência do arcabouço teórico e político da Grande Estratégia brasileira (desenhadas nos PNDs I e II) no objeto de análise, a atuação do Brasil na Operação Condor, durante o recorte referido. Já a RSL tem o intuito de mapear as discussões em curso sobre o conceito de Grande Estratégia. Por fim, foi realizada uma pesquisa documental nos acervos do CPDOC-FGV a fim de corroborar a contextualização das ações do Brasil na Operação Condor.

**Palavras-Chave:** Operação Condor; Grande Estratégia; Planos Nacionais de Desenvolvimento.

## ABSTRACT

The Condor Operation represented a clandestine alliance between the military dictatorships of the Southern Cone from 1975 to 1985, with the goal of repressing political opponents and dissidents through the exchange of information and repressive techniques, resulting in kidnappings, torture, and murders. It developed a transnational repressive apparatus through interstate cooperation in security and intelligence. The main objective of the research is to analyze the relationship between a possible Grand Strategy (GS) of Brazil, formulated during the Military Dictatorship, and the actions employed by the country in the Condor Operation between 1969 and 1979. As there is an ongoing conceptual debate about GS, the conceptual and theoretical framework for the research includes the discussions promoted by Kennedy (1991), Brands (2014), Silove (2018), Alsina Jr (2018), Balzacq, Dombrowski, Reich (2019), and Pacheco, Carvalho, and Montenegro (2025). The theoretical-methodological approach of the research combines the case study method with the tool of congruence analysis (Blatter, 2012) and the systematic literature review (SLR) tool. The choice of congruence analysis as a tool is due to the intention of proving or disproving the influence of the theoretical and political framework of Brazilian Grand Strategy (outlined in the PNDs I and II) on the subject of analysis, Brazil's involvement in the Condor Operation during the specified period. The SLR aims to map ongoing discussions about the concept of Grand Strategy. Finally, a documentary research was conducted in the CPDOC-FGV archives to corroborate the contextualization of Brazil's actions in the Condor Operation.

**Keywords:** Operation Condor; Grand Strategy; National Development Plans.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1: Vítimas registradas, segundo afiliação e período de ocorrência dos fatos repressivos. Fatos correspondentes ao período de 1969-1981</b>	<b>26</b>
<b>Tabela 2- Vertente I: Planos Nacionais de Desenvolvimento (documentos da GE brasileira)</b>	<b>73</b>
<b>Tabela 3- Vertente II: Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (princípio orientador da GE brasileira)</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 4- Hipótese 1</b>	<b>76</b>
<b>Tabela 5- Hipótese 2</b>	<b>78</b>
<b>Tabela 6- Hipótese 3</b>	<b>80</b>
<b>Tabela 8- Hipótese 4</b>	<b>83</b>
<b>Tabela 9- Hipótese 1</b>	<b>85</b>
<b>Tabela 10- Hipótese 2</b>	<b>86</b>
<b>Tabela 11- Hipótese 3</b>	<b>88</b>
<b>Tabela 12- Hipótese 4</b>	<b>91</b>
<b>Tabela 13: Sistema de código e cores para inclusão e exclusão</b>	<b>103</b>
<b>Tabela 14: Resultado final de artigos resultantes da RSL</b>	<b>104</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Agência de Desenvolvimento Internacional
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informações
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CECLA	Comissão Econômica para a América Latina
CECON	Centro de Coordenação Comercial
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIEx	Centro de Informações do Exterior
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
DINA	Diretório de Inteligência Nacional
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ERP	<i>Ejército Revolucionario del Pueblo</i>
ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
EUA	Estados Unidos da América
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
INTERPOL	<i>International Criminal Police Organization</i>
JCR	<i>Junta Coordinadora Revolucionária</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionária</i>
MI6	<i>Military Intelligence, Section 6</i>
MMBIP	Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai
NSC	<i>National Security Council</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente

PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste
SI	Sistema Internacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOA	<i>School of the Americas</i>
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TRIPLE-A	<i>Alianza Anticomunista Argentina</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 A OPERAÇÃO CONDOR (1969-1979)</b>	<b>15</b>
2.1 A Doutrina de Segurança Nacional como instrumento de combate à subversão (1947-1981)	18
2.2 A formação da Operação Condor: das cooperações bilaterais à institucionalização da repressão no Cone Sul (1969-1978)	25
2.3 A atuação brasileira na Operação Condor (1976-1978)	36
<b>3 A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DA DITADURA MILITAR (1971-1979)</b>	<b>46</b>
3.1 A questão do desenvolvimento para a Geopolítica brasileira	57
3.1.1 O desenvolvimentismo e a Doutrina de Segurança Nacional do Brasil	64
3.2 Os documentos de Grande Estratégia do Brasil: Os Planos Nacionais de Desenvolvimento I (1971) e II (1974)	68
<b>4 A RELAÇÃO ENTRE A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA E A OPERAÇÃO CONDOR</b>	<b>76</b>
4.1 Evidências empíricas da relação entre os PNDs I e II e a atuação do Brasil na Condor	81
<b>5 METODOLOGIA</b>	<b>99</b>
<b>6 CONCLUSÃO</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE A- Checklist PRISMA da Revisão Sistemática de Literatura</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de análise a Operação Condor, que se deu em um contexto de governos ditatoriais no Cone Sul, a partir da década de 1960 até o início da década de 1980. Mais especificamente, volta-se para a atuação do Brasil nesta Operação e a relação entre suas ações e os objetivos delineados por uma Grande Estratégia, elaborada no período.

Embora haja debate sobre a existência ou não de uma GE brasileira, também corroborada por uma falta de consenso sobre a própria conceituação do que é uma Grande Estratégia, essa pesquisa parte do pressuposto de que existiram esforços para construção de uma Grande Estratégia brasileira durante o período militar, especificamente no recorte analisado, expressa nos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) (1971; 1974). Para tanto, se embasa em uma abrangente literatura que será explicitada na seção metodológica da pesquisa.

Apesar do recorte temporal desta pesquisa se encontrar definido entre os anos de 1969 e 1979, em que será atribuído o devido enfoque analítico as ações do Brasil, é necessário observar o desenrolar da relação entre EUA e a América Latina, principalmente, a partir da década de 1960, com o estabelecimento das ditaduras na região, para compreender como a estrutura criada a partir da Condor se torna possível e quais suas raízes políticas e ideológicas.

Além disso, mesmo que a Operação Condor esteja formalmente institucionalizada entre 1975 e 1978<sup>1</sup>, define-se o recorte de 1969-1979 devido ao desenvolvimento da Grande Estratégia brasileira no período, que terá sua congruência com a participação do Brasil na operação testada a fim de verificar ou não a comprovação da hipótese desse trabalho. Ações consideradas relevantes para a atuação brasileira nessa operação, e para o próprio estabelecimento de sua Grande Estratégia, situadas anteriormente ao recorte, serão apresentadas como elemento integrante do objeto analisado. Nesse sentido, mesmo com o enfoque dado ao Cone Sul devido a sistematização proporcionada pela Condor na região, a análise de acontecimentos relevantes na América Latina como um todo para o estabelecimento dessa rede também será levada em conta por essa pesquisa.

---

<sup>1</sup> Não há consenso na literatura sobre a data inicial e final da Operação Condor, aqui utiliza-se o enquadramento histórico adotado por Lessa (2022).

A Operação Condor foi uma organização que coordenou ações repressivas no Cone Sul por meio da cooperação entre Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil, Bolívia, Chile, Peru e Equador. Esses países, tiveram níveis de participação e aderência variáveis mas, em geral, trocaram informações de seus serviços de inteligência e agiram na perseguição, captura e assassinato de figuras consideradas subversivas às ditaduras de seus países (McSherry, 2012).

Em uma articulação iniciada pelo Chile, entre o final de 1974 e o início de 1975, os países (num primeiro momento, além do Chile, também Argentina, Uruguai e Paraguai) se juntaram, formalmente, para construir um aparato de coordenação e segurança para monitorar atividades subversivas, ao mesmo tempo em que, extraoficialmente, tinham como objetivo desenvolver um Esquadrão da Morte Internacional que cooptasse ameaças aos regimes. Com o assassinato de Orlando Letelier, em 1976, resultante da ação desse esquadrão, a embaixada dos EUA em Buenos Aires, revelou ao Departamento de Estado o conhecimento sobre essa operação e registrou em telegramas, mais tarde desclassificados, detalhes sobre a participação de cada país (Gaspari, 2014, p. 378-379).

O Cone Sul foi dominado, entre 1964 e 1991, por um ciclo de ditaduras militares que tinham como característica em comum o domínio da Doutrina de Segurança Nacional na formação de seus Estados e nas ações de suas Forças Armadas. Essa Doutrina se constitui ao redor da manutenção da segurança nacional, enquadrada num argumento de Guerra Total que ultrapassa fronteiras e demanda o uso de uma gama complexa de recursos. Sob essa ideologia compartilhada e com o interesse econômico e político alinhado entre as elites desses países se desenhou uma rede repressiva transnacional no Cone Sul que teve como ápice a Operação Condor, cujas ações foram institucionalizadas entre 1976-1978 (Couto e Silva, 1981, p. 23-25; Lessa, 2022, p.15-39; Padrós; Slatman, 2012).

Em 1992, a partir da solicitação de um *habeas data*<sup>2</sup> pelo advogado paraguaio Martín Almada, foram coletados milhares de documentos pertencentes ao Departamento de Polícia da Capital (Assunção) contendo registros comprobatórios da perseguição e repressão de opositores do governo, encontros bilaterais e multilaterais dentro do contexto da Condor e do regime Stroessner (Zoglin, 2001).

---

<sup>2</sup> Acesso aos documentos relacionados à sua detenção durante o regime segundo o artigo 135 da Constituição paraguaia de 1992

Os Arquivos do Terror, como ficaram conhecidos, são a maior coletânea de documentos comprobatórios da operação encontrada, com aproximadamente 500 mil folhas provenientes de instituições policiais, provocando uma atualização nos estudos sobre a operação e uma reconstrução do seu processo de sistematização (Calloni, 2010).

Em seu período de curso, a Condor desenvolveu um extenso aparato tecnológico, um banco de dados centralizado entre os Estados membro e esquadrões de ação multinacionais treinados em métodos padronizados de terrorismo de Estado: perseguição, tortura física e psicológica, desaparecimentos forçados e sequestros. Seu poder de ação atingiu não somente o continente latino-americano, mas agiu na Europa e nos EUA (Braga, 2013, p. 16; Scaliante, 2012, p. 126).

O Brasil, que já vivia uma ditadura militar desde 1964, contava com um aparato bem desenvolvido de instrumentos de repressão. Nesse sentido, o país contribuiu com o treinamento e a disseminação de técnicas militares e de inteligência, tomando um lugar de destaque no início das atividades da Operação Condor. Além disso, o país chegou a contribuir com os golpes de Estado que ocorreram nos anos subsequentes, nos países vizinhos (Scaliante, 2010, p. 41-2).

O país cooperou ativamente na perseguição, captura e troca de prisioneiros com os outros países do Cone Sul durante o curso da Operação. Segundo Gaspari (2014, p. 378-379), Geisel foi resistente a uma participação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na formação de um Esquadrão da Morte Internacional. Contudo, foram encontrados registros da participação do Brasil já em 1976 nas operações de inteligência da Condor, tendo inclusive oferecido fornecer a operação equipamento de telecomunicações segundo telegramas desclassificados da CIA, o que corrobora a noção de que o Brasil cooperou no âmbito tático e ideológico, mas ponderou a atuação em atentados internacionais.

Nesse mesmo período, de 1969-1979, o Brasil lançou dois documentos, com objetivos e ações futuras planejadas para o desenvolvimento nacional: os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I (1971) e II (1974), que nessa pesquisa serão testados como evidência de uma Grande Estratégia brasileira (Alves, 2022; Barcellos, 2016; Montenegro, 2023; Pacheco, Carvalho e Montenegro, 2025).

A classificação do que configura ou não uma Grande Estratégia ainda é alvo de debates. Para Kennedy (1991), a Grande Estratégia pode ser conceituada como

um planejamento realizado pelo Estado, definindo certos objetivos de longo prazo a serem cumpridos por determinadas ações ou meios, os quais se relacionam com a capacidade desse Estado de alocar seus recursos políticos, militares e econômicos disponíveis. No Brasil, destaque para Couto e Silva (1981, p.150-152), para quem a GE deve fazer um balanço entre resultados e riscos e está diretamente relacionada com a manutenção da Segurança Nacional, já que é a política de Estado para salvaguardar os objetivos e aspirações nacionais.

Em discussões mais recentes, Brands (2014) defende a importância do planejamento de longo prazo a partir da alocação de recursos disponíveis, um processo que exige adaptações mesmo de Grandes Potências. Ele defende ainda que a existência de uma GE não depende necessariamente de sua formalização em doutrinas ou documentos oficiais.

Silove (2018) complexifica o conceito ao destrinchá-lo em três dimensões, cada qual com sua abordagem específica, mas suficiente para caracterizar uma Grande Estratégia. Para ela, a GE pode se referir a um planejamento, expresso propriamente em um documento; a um princípio orientador, capaz de determinar o curso das ações do Estado ou a um comportamento padrão, caracterizador de ações padronizadas. De todo modo, essas categorias não são excludentes entre si.

Nesse sentido, essa pesquisa busca responder a seguinte pergunta: Como a Grande Estratégia brasileira formulada durante a Ditadura Militar se relaciona com as ações do país na Operação Condor? (1969-1979). Parte-se da hipótese de que as atuações do país na Condor estiveram relacionadas com os objetivos de projeção regional expressos nos PNDs, representativos de uma Grande Estratégia brasileira. O objetivo geral é analisar a relação entre as ações empregadas pelo país na Operação Condor e objetivos expressos nos Planos Nacionais com a finalidade de investigar se a atuação do Brasil na Operação integra um braço da sua Grande Estratégia, materializada nesses documentos de planejamento.

Essa pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro se dedica a contextualizar a Operação Condor e destacar as ações empregadas pelo Brasil. Para isso, começa conceituando a Doutrina de Segurança Nacional e sua influência no combate à subversão, além de discutir o papel dos EUA na disseminação dessa Doutrina na América Latina e o tom dado a ela pelos países do Cone Sul.

Em seguida, o capítulo aborda a formação da rede transnacional de repressão no Cone Sul, o estabelecimento da Operação Condor, suas principais

características, objetivos e ações. Por fim, destaca-se a atuação brasileira nesse processo. A intenção é descrever a evolução dessa agenda ideológica e a integração do Brasil nesse processo para fornecer as evidências empíricas que serão insumo para a análise de conexão entre a DSN, a Operação Condor e o que se defende por Grande Estratégia do Brasil, realizada no terceiro capítulo.

O segundo capítulo tem por objetivo localizar qual o estado atual do debate em torno do conceito de Grande Estratégia e posicionar qual a corrente com a qual esta pesquisa se identifica. Além disso, pretende-se enfatizar as possíveis características, objetivos e meios de uma Grande Estratégia brasileira formulada durante a Ditadura Militar. Inicialmente, o enfoque é dado na caracterização de Grande Estratégia, trazendo uma revisão sistemática de seus principais autores. Em seguida, são discutidas as bases da geopolítica brasileira e sua relação com a questão do desenvolvimento para o país e como esses conceitos se relacionam com a formulação de uma GE brasileira. Por fim, são analisados os dois documentos entendidos por essa pesquisa, como possível materialização da GE brasileira no período, os PND I (1971) e II (1974).

No último capítulo, é analisada a compatibilidade entre os objetivos destacados nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, e a atuação do Brasil na Operação Condor, dentro do recorte temporal de 1969-1979. Para tanto foram estabelecidas duas vertentes teóricas: A Grande Estratégia do Brasil (enquanto conceito a ser enquadrado nas ações), aqui entendida como os PNDs, e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (enquanto princípio norteador das ações e da própria GE).

Em seguida, a partir da realização de uma análise de congruência, foram estabelecidas hipóteses de verificação para cada uma dessas vertentes, divididas entre hipóteses críticas (indispensáveis para a aderência) ou secundárias. Foram definidas também ações empíricas para cada uma dessas hipóteses. A partir disso, foram verificadas a existência e a intensidade de cada uma dessas ações, com base nas discussões realizadas nos capítulos anteriores. Por fim, foram classificados os níveis de congruência de cada uma das hipóteses entre baixa, seletiva ou alta com base nas ações identificadas.

## 2 A OPERAÇÃO CONDOR (1969-1979)

Este capítulo objetiva contextualizar a Operação Condor, seus participantes, características e principais ações, com a finalidade de explicitar a sofisticada rede repressiva estabelecida na América do Sul, entre as décadas de 1960 e 1980, em especial a contribuição do Brasil nesse processo. Além disso, o capítulo estabelece o contexto histórico necessário para que no capítulo 3 seja examinada a hipótese de compatibilidade entre os PNDs e essa atuação repressiva. Para tanto, é preciso voltar algumas décadas e compreender a evolução da influência dos EUA no continente e sua relação com o desenvolvimento de Doutrinas de Segurança Nacional na América Latina, cuja missão central era o combate à subversão.

A partir disso, o capítulo foca na construção do sistema transnacional de repressão na região do Cone Sul e nos desdobramentos da Operação Condor. Por fim, será explicitada a atuação brasileira nesse processo, seu contexto político interno e os interesses nacionais por trás dessas ações. Para isso serão utilizadas não só fontes secundárias, mas em arquivos consultados no acervo do CPDOC-FGV que se inserem no recorte temporal analisado. Os critérios de seleção dos acervos e fundos específicos, estão descritos na seção de metodologia.

Movimentos políticos de oposição a regimes ditatoriais na América do Sul, pacíficos ou armados, começaram a apresentar um forte caráter transnacional a partir das décadas de 1960 e 1970. Este fato esteve associado, principalmente, ao exílio<sup>3</sup> em massa desses opositores pelos regimes em curso na região. Nesse contexto, a partir de 1969, os regimes ditatoriais sulamericanos construíram uma rede de cooperação que mais tarde se institucionalizou em um sistema de colaboração entre suas políticas de repressão. O resultado foi o estabelecimento de uma operação transnacional que compartilhou uma rede sofisticada de práticas e troca de informação, a qual garantiu o silenciamento de grupos opositores independentemente de onde estavam fisicamente localizados, América do Sul, Europa ou Estados Unidos (Dinges, 2004).

Não há consenso sobre o ano de dissolução da Operação, a maioria dos autores como Dinges (2004) e McSherry (2005), considera os últimos registros na década de 1980 como referência para seu encerramento. Francesca Lessa (2022)

---

<sup>3</sup> O termo exílio utilizado aqui não se refere à pena imposta pelo Estado ao cidadão, mas sim à fuga do país, no sentido etimológico da palavra. O termo exílio/exilado foi mantido já que foi utilizado pelos autores citados nessa pesquisa.

avança a discussão ao incluir a Operação dentro de um processo mais amplo de repressão transnacional, por isso considera o período de 1969 (que marca a primeiras cooperações entre as ditaduras para perseguir opositores) até o ano de 1981 (últimos registros de atividades de cooperação). Para ela a Condor foi demarcada entre 1976 e 1978, a partir da assinatura da primeira ata de reunião multilateral realizada no Chile até o afastamento entre Chile e Argentina devido ao conflito do Canal de Beagle. Apesar de incorporar à discussão dos demais autores em sua análise, no quesito temporal e a nível de institucionalização, essa será a principal corrente seguida nesta pesquisa.

Segundo Lessa (2022, p. 17), repressão transnacional ou coordenação repressiva constituem o processo de colaboração entre as forças de segurança da América do Sul para subjugar grupos opositores em qualquer lado das fronteiras. Ela descreve cinco fases de evolução desse processo, cujo ápice é a Operação Condor, sendo no início em que cada uma apresenta um nível diferente de violência empregada, centralização e sofisticação da rede de repressão transnacional. São elas: Interação Embrionária (1969-1974), Coordenação Policial (1974-1975), Cooperação Híbrida (1975-1976), Sistema Condor (1976-1978) e Dinâmicas Pós-Condor (1979-1981).

A quarta fase desse processo se refere à Operação Condor propriamente dita, em curso entre março de 1976 e dezembro de 1978. A Operação tem como característica um aparato sofisticado de cooperação entre as forças de segurança, contando com um banco de dados compartilhado de informações sobre pessoas monitoradas; um sistema seguro e encriptado de comunicação (*Condortel*); Quartéis-Generais de operações (*Condoreje*) e assassinatos planejados fora da região (*Teseo*). (Lessa, 2022, p. 19-20).

Os principais países que integraram a Operação foram: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, contando mais tarde com a participação menos central, também, de Equador e Peru. Apesar de possuírem características políticas próprias e de conterem um histórico de antagonismos e, por vezes, conflitos, as ditaduras militares desses países, compartilhavam a mesma ideologia, marcada pela guerra de contra-insurgência e combate à subversão (McSherry, 2005, p. 20-35).

A inspiração para essa ideologia compartilhada integrava uma estratégia sistêmica de contenção de “ameaças” e defesa da “civilização cristã ocidental”, por

meio de práticas terroristas criadas pelos EUA, no contexto da Guerra Fria, traduzida na Doutrina de Segurança Nacional (Roniger, 2011, p. 30-31).

Essa doutrina foi amplamente disseminada nas escolas militares, sendo a Escola das Américas a pioneira, depois acompanhada pela criação de outras escolas de estrutura semelhante na América Latina como a Escola Superior de Guerra no Brasil, a Academia de Guerra no Chile, a Escola Nacional de Guerra no Paraguai e a Escola de Altos Estudos Militares na Bolívia (Siqueira, 2023). Esse processo de disseminação e padronização de ideologias e doutrinas será explicitado no tópico seguinte.

Nesse sentido, entende-se que os interesses políticos estadunidenses influenciaram significativamente a formação dessa estrutura regional repressiva (McSherry, 2005, p. 20-35). A atuação dos EUA se fez presente em todo o continente, para além da região sul, e marcou um período de assertividade militar, intelectual e logística na região que se desenrolou de forma progressiva saindo de um princípio de não-intervenção para apoiar explicitamente ditaduras militares com intuito de frear experiências como a Revolução Cubana (Rabe, 2016, p. 86-119).

Essa dinâmica somente obteve sucesso devido à confluência de interesses entre os EUA e as respectivas elites políticas e econômicas e grupos militares da América Latina, cuja ideia era manter e reproduzir uma estrutura político-econômica em específico. Apesar desse ápice do regime interestatal EUA-América Latina ocorrer a partir da década de 1960, é necessário revisitar a evolução histórica dessa relação para entender a sedimentação dessas bases repressivas (Menjívar; Rodriguez, 2005, p. 03-20).

Nota-se que, a partir de 1960, houve um alinhamento dos interesses nacionais dos países da América do Sul, marcados pela ideologia anticomunista e pela estrutura antidemocrática desses Estados. Com o investimento estadunidense nos âmbitos econômico e militar, por meio de suas agências, este alinhamento evoluiu para uma rede complexa e institucionalizada de cooperação, nomeada Operação Condor, a qual objetivou e conquistou a perseguição e repressão de grupos e pessoas considerados opositores da ideologia capitalista ocidental de forma transnacional.

Para entender, portanto, os alicerces que sedimentaram o sistema repressivo na América do Sul é preciso, inicialmente, revisitar o desenvolvimento das relações dos EUA com a América Latina no período. Sendo assim, o subcapítulo 1.1.

explicará o crescimento das políticas de intervenção na região até o desenrolar da Doutrina de Segurança Nacional e a contribuição dessa doutrina para a formulação da Operação Condor pelos países sulamericanos. Compreender esse processo é fundamental para analisar como a DSN se estabelecerá enquanto força motriz do projeto estratégico do Brasil e, portanto, como a atuação do país na Operação Condor dialogava com seus objetivos estratégicos de longo prazo.

### **2.1 A Doutrina de Segurança Nacional como instrumento de combate à subversão (1947-1981)**

A partir da discussão iniciada no tópico anterior, percebe-se que a Doutrina de Segurança Nacional será um artifício estadunidense de controle dos seus interesses políticos na América Latina que será posteriormente instrumentalizada e adaptada pelas elites locais, se transformando na principal força motriz do combate à subversão na região. Contudo, no tocante ao Brasil, a partir dessa adesão das elites militares locais, a DSN também será a matriz ideológica de sustentação de um interesse nacional expresso na formulação de um planejamento profundo para o Estado, aqui entendido como indício de sua Grande Estratégia.

Por isso cabe compreender o processo de importação e adaptação dessa doutrina, especialmente no Brasil, para posteriormente analisá-la enquanto parte tanto da formação da Operação Condor quanto dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, tornando-os, então, artifícios simbióticos de um mesmo projeto de nação.

A compreensão da influência estadunidense na América do Sul perpassa o resgate histórico das relações do país com a América Latina. Segundo Zanchetta (2016), as bases de um regime interamericano foram iniciadas com a Doutrina Monroe (1823), que, ainda no século XIX, impôs limites à atuação europeia no continente, prevendo a segurança e a manutenção da paz estadunidense. A partir daí, a Doutrina Monroe foi se sedimentando e alterando sua forma de controle, mediante a evolução das relações geopolíticas do Sistema Internacional (Zanchetta, 2016).

No início do século XX, Theodore Roosevelt (1901-1909), durante a sua presidência, nos EUA, implementou a política do *Big Stick*, operacionalizada por

meio do Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe (1904), o qual justificou a intervenção militar e ocupações estadunidenses na América Latina, tais como: a separação do Panamá da Colômbia (1903); a instalação de um conselheiro econômico na República Dominicana (1905) e a entrada de tropas marítimas na Nicarágua, em suporte a uma revolta do grupo Conservador (1909) (Menjívar; Rodriguez, 2005, p. 03-20).

Com a Política da Boa Vizinhança (1933), os EUA formalizaram um processo de influência baseado na diplomacia associada a vários programas de financiamento e investimento (Menjívar; Rodriguez, 2005, p. 03-20). Essa nova maneira de se relacionar com a região garantiu o fortalecimento do comércio direto e do investimento com os EUA e, por conseguinte, expandiu o alinhamento entre elites locais e grupos militares. Ainda que resistisse à memória de intervenções mais diretas, essa política possibilitou um sentimento de igualdade com o *Hegemon* por parte da América Latina (Roniger, 2011, p. 24-30).

Desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA intensificaram a cooperação no âmbito militar com os países do Hemisfério. Em 1942, a Junta Interamericana de Defesa (JID) foi criada para ser o canal dessa cooperação militar multilateral sendo, posteriormente, incorporada à Organização dos Estados Americanos (OEA). Esta última, lançada, em 1948, em Bogotá, Colômbia, expandiu a cooperação para os âmbitos político, social e econômico (Roniger, 2011, p. 24-30; Mattos, 2019, p. 32).

Um ano antes, em 1947, os países americanos assinaram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), no Rio de Janeiro. Também de cunho militar, o Tratado determinou que um ataque ou ameaça a um Estado americano seria considerado um ataque a todo o hemisfério, ou seja, estabeleceu um princípio de defesa mútua (Roniger, 2011, p. 24-30; Mattos, 2019, p. 32).

Ainda nesse período, os EUA fundaram a Escola das Américas, no Canal do Panamá, em 1946, com o intuito de disseminar um conjunto de técnicas e doutrinas, especialmente de combate à contra-insurgência. Na década de 1960, cerca de 7.000 militares latino-americanos tinham recebido algum tipo de treinamento nesses métodos (Feierstein, 2010, p. 489-508; Roniger, 2011, p. 24-30).

Mais tarde, os países criaram seus próprios centros militares, a exemplo da Escola Superior de Guerra no Brasil, construindo seu próprio pensamento militar e geopolítico conforme o interesse nacional. Esses centros foram o principal canal de disseminação da Doutrina de Segurança Nacional, peça-chave para a formação de

redes transnacionais de repressão (Feierstein, 2010, p. 489-508; Roniger, 2011, p. 24-30).

A Doutrina de Segurança Nacional foi bastante disseminada pelos EUA no contexto da Guerra do Vietnã. Contudo, suas origens teóricas também advêm da escola francesa de combate à contra-insurgência, cujos métodos foram desenvolvidos nos conflitos com a Argélia. Essa doutrina tem como característica principal o combate a um inimigo interno, definido com bases ideológicas e não étnicas, ou seja, o inimigo pode ser qualquer cidadão ou grupo com ideias contrárias ao regime político em curso. Para combater esse inimigo, é necessário instaurar um novo tipo de conflito, cujos recursos de repressão incluem tortura física e psicológica, assassinatos e campos de concentração (Feierstein, 2010, p. 489-508; Fernandes, 2009).

Segundo Mares (2007, p. 386-405), o Estado que adota a Doutrina de Segurança Nacional possui características específicas, que são: o envolvimento militar no controle do sistema político e o objetivo de transformar as dimensões domésticas para alcançar a estabilidade política.

Na prática, a DSN foi um instrumento para manter setores populares isolados da arena política e, assim, garantir a manutenção dos interesses das elites locais. A segurança nacional foi expandida para abarcar a questão do desenvolvimento econômico e a supressão de inimigos internos, sob essa ótica qualquer demanda social que não fosse interessante a um pequeno setor dominante, passou a ser enquadrada como ameaça. Esse movimento facilitou o apoio das elites, em países como Argentina e Brasil, a qualquer solução política que excluísse setores sociais de uma posição de questionamento ou participação política e endossasse o projeto militar sob o argumento do combate à “subversão” (O’Donnell, 1973).

A partir da Revolução Cubana (1953-1959), os EUA intensificaram suas ações na América do Sul para prevenir o avanço do comunismo e estimularam o crescimento da guerra anti-subversiva, enquadrando quaisquer expressões sociais de descontentamento ou crise como subversão interna e estressando as capacidades militares para colocá-los na liderança política (O’Donnell, 1973). Essa retórica foi absorvida e moldada pelas elites locais dos países latino-americanos e reificada como justificativa do aparato repressivo e autoritário desenvolvido no período.

Os Estados latino-americanos, em especial da região do Cone Sul, ao absorver as influências teóricas francesas e estadunidenses, cunharam DSNs com características próprias. Da escola francesa, herdou-se o combate à insurgência, ou seja, o enfoque no conflito global entre o mundo comunista e o mundo livre. Com a internacionalização do conflito o embate é além do território, é para conquistar a “mente e o coração” da própria população, portanto, essa escola funda uma nova categoria de guerra baseado em terrorismo e controle indo além de barreiras geográficas (Sala, 2021).

Já a escola estadunidense fortalece a justificativa para a intervenção militar para garantia de segurança e desenvolvimento interno e destaca a importância de uma defesa coletiva do hemisfério contra a expansão comunista (Sala, 2021).

Tais influências foram disseminadas por três vias principais: a) reunião entre chefes militares desses países; b) programas de investimento militar e c) venda de armamento (destaca-se o papel da Aliança para o Progresso nesse fator); e treinamento de oficiais e especialistas em escolas militares estadunidenses (mais tarde também nativas desses Estados) (Sala, 2021).

No Brasil, a DSN foi adaptada e difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG). Criada em 1949, nos moldes da *National War College* (EUA), a ESG tinha por objetivo ministrar, a oficiais das três Forças Militares (Exército, Marinha e Aeronáutica), o Curso de Alto Comando, e recebeu a orientação de uma Missão estadunidense (Alves, 2005, p. 08-15; Oliveira, 2010).

A intenção era criar uma elite científica voltada à construção de estratégias e planejamentos alinhados com o interesse e a segurança nacional. Um dos seus diferenciais foi a inclusão de civis no seu corpo de integrantes, cujo único requisito era possuir educação universitária. Dessa forma, foi possível fazer um recorte de classe nas suas admissões e mobilizar, além de grupos militares, parte da elite intelectual e econômica do país (Alves, 2005, p. 08-15; Oliveira, 2010).

A ESG, junto com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), formulou e disseminou a DSN e também agiu para desestabilizar o governo Goulart (1961-1964). Além disso, esses institutos foram essenciais para a implementação de uma rede de inteligência do novo Estado repressivo: a partir de 1964, diversos cargos administrativos do governo foram ocupados por ex-integrantes desses centros (Alves, 2005, p. 08-15; Oliveira, 2010).

É importante destacar que instituições como IPES e o IBAD demonstram que a Ditadura brasileira e a DSN foram também um projeto de engenharia social articulado por uma elite nacional orgânica que unia os interesses do capital empresarial aos setores militares da ESG. Intelectuais e tecno-empresários se conectaram com a dimensão ligada ao desenvolvimento econômico da DSN e atuaram ocupando postos estratégicos e preparando o terreno ideológico para a ruptura institucional. O IPES coordenou uma vasta rede de propaganda, usando jornais, rádio, televisão e até filmes e cartuns para incutir o pânico anticomunista e legitimar a intervenção militar, buscando o apoio popular a um projeto da elite (Dreifuss, 1981, p.361-397)

Em parte, essa conexão entre estabilidade e desenvolvimento socioeconômico já havia sido discutida por revistas militares desde a década de 1930, mas também foi facilitada pelo pensamento geopolítico desenvolvido pelos mesmos oficiais que compunham as Escolas militares responsáveis pela adaptação da DSN para as respectivas realidades nacionais (Mares, 2007, p. 386-405).

Essa relação entre geopolítica e contra-insurgência, própria da doutrina latino-americana, corroborou a noção de que era necessário criar um sistema político renovado e direcionado para os interesses nacionais, para além do contexto de Guerra Fria ou de apenas um grupo de atores, o que é característica dos Estados de Segurança Nacional (Mares, 2007, p. 386-405). Pode-se afirmar que todas as ditaduras do Cone Sul, entre a década de 1960 e 1980, são representantes desse modelo de Estado e, por conseguinte, formularam uma DSN própria (Padrós, 2007).

Percebe-se, portanto, o desenho inicial de características próprias da DSN na região (foco no binômio Segurança e Desenvolvimento, possibilitados pela presença militar na administração pública) e o interesse em alinhar iniciativas transnacionais ligadas à defesa hemisférica do avanço comunista (como a Operação Condor).

Apesar de haver uma perspectiva inicial de que as DSNs latinas são uma transposição das doutrinas militares do centro, o avanço dos estudos na região, com expoentes como Ruz (1977), Molinari (2011) e Pion-Berlin (1989), demonstra que, apesar de importar conceitos externos, os países latino-americanos produziram ideias locais a partir de suas particularidades históricas e sociais, além dos interesses e das ideologias de atores domésticos. A DSN da região compreende a segurança nacional como a capacidade de atingir objetivos nacionais, limitando a ação de um inimigo interno. O alcance desses objetivos se daria a partir da definição

de uma estratégia nacional cuja execução seria melhor empregada pelas forças armadas (Sala, 2021).

Segundo Couto e Silva (1981, p. 23-25), a segurança nacional deve permear, quando não, determinar os planejamentos e objetivos estatais. Isso porque, de acordo com ele, em um contexto de Guerra Total, ou seja, em uma guerra onipresente que ultrapassa limites espaciais e temporais, é preciso dispor de recursos que vão além dos militares e englobam alianças, negociações diplomáticas, sanções econômicas, investimentos, propaganda, ideologia e terror.

Esse caráter da Doutrina de Segurança Nacional brasileira, que integra dimensões política, econômica, militar e psicossocial sob o imperativo da “segurança nacional” se relaciona diretamente com os conceitos de Grande Estratégia debatidos por Silove (2018) e Alsina Jr (2018) e, portanto, a posiciona como princípio orientador de um projeto de país que moldou as ações do Estado brasileiro no período.

Nesse contexto, também está intrinsecamente ligada à produção documentos de planejamento lançados pelo Brasil durante os Governos Médici e Geisel, o que pode indicar uma relação de princípio e planejamento materializado seguindo a taxonomia de Grandes Planos de Silove (2018)

Couto e Silva (1981) chega inclusive a definir Grande Estratégia e colocá-la no centro da manutenção da Segurança Nacional:

Temos, assim, na cúpula da Segurança Nacional, uma Estratégia, por muitos denominada Grande Estratégia ou Estratégia Geral, arte da competência exclusiva do governo e que coordena, dentro de um Conceito Estratégico fundamental, todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à consecução dos Objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações nacionais de unidade, de segurança e de prosperidade crescente (Couto e Silva, 1981, p. 25).

A DSN brasileira, portanto, resulta da junção de teorias de guerra, subversão e contrarrevolução com características nacionais, como o modelo de dependência econômica e desenvolvimento e, por fim, conta com as contribuições geopolíticas sobre o papel do Brasil no mundo e seu potencial em ser uma Grande Potência (Alves, 2005, p. 08-15).

Para Couto e Silva (1981, p. 235-237), ainda que o foco dos EUA estivesse na defesa de seu próprio território e dos países fragilizados na Europa e na Ásia, para manter a defesa dos valores ocidentais frente ao avanço comunista era

imprescindível contar com o apoio da América Latina. O Brasil, segundo ele, teria um papel chave ao cumprir os requisitos de apoio nas deliberações da ONU, fornecimento de materiais estratégicos (devido à proximidade geográfica e distância da zona comunista), proteção do tráfego marítimo, facilidade no tráfego aéreo, disponibilidade de contingente populacional elevado em necessidade de contribuir com operações militares e estruturação sólida de um sistema eficaz de segurança coletiva.

Nota-se que é impossível dissociar a Doutrina de Segurança Nacional do contexto de conflito ideológico. Ainda que a definição de segurança nacional esteja associada a objetivos e interesses econômicos e políticos e, em países latino-americanos, ao desenvolvimento, para sua manutenção no contexto do combate à subversão estava prevista a utilização de mecanismos de violência a qualquer oposição ou ameaça ao cumprimento desses objetivos (Padrós, 2007).

A formação da Operação Condor, nesse sentido, está diretamente conectada a dois pilares: a defesa hemisférica e, portanto, coletiva e aos Estados de Segurança Nacional na região do Cone Sul, embasados pelas suas respectivas DSNs.

Como compartilhavam fronteiras e o mesmo conjunto de técnicas e doutrinas de repressão, a relação entre esses Estados evoluiu, inicialmente, para cooperações bilaterais e, em última instância, para a construção de um aparato multilateral de combate à subversão. Assim como determinado pela Doutrina de Segurança Nacional, o inimigo era interno e estava além de qualquer barreira geográfica, portanto, para combatê-lo era necessário utilizar-se de um arcabouço transnacional.

A presença estadunidense na região forneceu a infraestrutura para que os grupos militares responsáveis pelo controle desses Estados ditatoriais colaborassem no que mais tarde se tornaria a Operação Condor. Desde a década de 1940, os Estados Unidos se dedicaram a criar órgãos interamericanos cujo objetivo foi a cooperação no âmbito militar e forneceu investimentos, armamentos e treinamento para as lideranças militares na América Latina como um todo, em especial na região do Cone Sul.

Isso não somente contribuiu para a padronização dos aparatos de repressão, como também possibilitou a disseminação da própria DSN e, por fim, auxiliou diretamente nos primeiros passos dessa rede internacional de repressão. Contudo,

interesses internos e o alinhamento de elites nacionais foi necessário para dar corpo a esse sistema.

Definida a base ideológica que justifica a operação e compreendendo o papel que a evolução histórica da relação com os EUA teve na disseminação e na construção dessa ideologia na região, pode-se discutir a sua criação e a consolidação. O subcapítulo 1.2., então, terá como foco a Operação Condor, com seu contexto de criação, seu processo de sistematização, suas características e as principais consequências desse aparato repressivo no Cone Sul e no Sistema Internacional como um todo.

## **2.2 A formação da Operação Condor: das cooperações bilaterais à institucionalização da repressão no Cone Sul (1969-1978)**

Entre as décadas de 1960 e 1970, grupos militares de países latino-americanos já colaboravam na repressão de opositores, a exemplo do assassinato do ex-General chileno Carlos Prats e sua esposa em 1974, fruto da colaboração entre Chile e Argentina (Dinges, 2004). A partir da Revolução Cubana, os EUA investiram na criação de programas de contrainsurgência na região, fomentados por iniciativas como a Aliança para o Progresso e a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA)(McSherry, 2005, p. 35-67).

Nessas conferências, inclusive, já se registravam discussões sobre a criação de uma coordenação regional de combate ao comunismo, sobre a troca entre serviços de inteligência voltadas a grupos subversivos e sobre a criação de escolas de inteligência nos países da América Latina, que seriam as características estruturantes da Condor mais tarde, qual seja: a formação de um sistema de telecomunicações entre os exércitos e o estabelecimento de comitê de inteligência inter-americano (McSherry, 2005, p. 35-67).

Além disso, a CIA organizou os encontros iniciais entre os escritórios de inteligência dos países do Cone Sul, mesmo antes deles se tornarem ditaduras. Os golpes de Estado resultaram de colaborações transnacionais entre países que já eram Estados de Segurança Nacional, como o Brasil e os grupos militares de seus vizinhos, Bolívia, Uruguai e Chile (McSherry, 2005, p. 35-67).

Segundo Lessa (2022, p. 17), a Operação Condor foi o ápice desse processo de repressão transnacional ou coordenação repressiva, que constitui o processo de colaboração entre as forças de segurança da América do Sul para subjugar grupos opositores em qualquer lado das fronteiras. Ela descreve cinco fases de evolução, cada qual apresenta um nível diferente de violência empregada, centralização e sofisticação.

Entender essa periodização é importante para construir a percepção de que a cooperação entre os países se deu de formas diversas e antes do recorte temporal oficialmente associado a Condor e que, nesse sentido, o Brasil construiu sua participação de forma multifacetada, medindo a forma e a intensidade de suas ações com base nos seus objetivos estratégicos definidos no contexto de cada fase.

Lessa (2022, p. 17-18) classifica a primeira fase como Interação Embrionária (*Embryonic Interaction*), implementada entre agosto de 1969 e janeiro de 1974 e caracterizada pelos primeiros registros de casos de perseguição transfronteiriça, colaboração bilateral e liderança de forças policiais e militares. Esse período foi marcado principalmente pela campanha anti-Allende, promovida pela CIA e o consequente golpe realizado em 1973 (Dinges, 2004, p. 54-75).

Vale destacar que o Brasil também apoiou a desestabilização da política interna do país após a eleição de Salvador Allende, corroborando atividades conspiratórias, a fim de depor o governo socialista. Há, inclusive, registro de diversos intercâmbios entre os oficiais brasileiros e oficiais do Exército chilenos, contrários a Allende (Gil Silva, 2010, p. 14-5; Simon, 2021).

Com o estabelecimento da Junta Militar no Chile, uma massa de exilados que se concentrou no país durante o governo Allende fugiu para a Argentina, naquele momento ainda democrática. Esse movimento forneceu as bases para a organização da JCR, um dos argumentos centrais para a organização multilateral de um aparato repressivo (Dinges, 2004, p. 54-75).

A segunda fase, Coordenação Policial (*Police Coordination*), sucedida entre fevereiro de 1974 e janeiro de 1975, tem como marca a presença fixa de oficiais representantes de um país em toda a região e um sistema seguro de comunicação entre essas forças (Lessa, 2022, p.19). Ainda sob o governo Perón, a Argentina autorizou a colaboração com os serviços de segurança nacionais do Cone Sul para apreender os exilados residentes no país (McSherry, 2005, p. 69-106).

No Chile, logo no início de 1974, foi criada a Direção de Inteligência Nacional (DINA), responsável pela reformulação dos serviços de inteligência do país. A DINA foi presidida por Manuel Contreras, responsável por idealizar e liderar a formação da Condor. Contreras tinha poder de ação equiparado ao de Pinochet já em 1974 e a DINA era uma instituição independente da cadeia de comando do exército, sendo parte do treinamento dessa equipe concedido pela CIA. Essa parceria resultou no primeiro caso de destaque ligado à repressão transnacional, o assassinato do ex-General Carlos Prats na Argentina (Dinges, 2004, p. 75-92).

O Gen. Prats era um potencial oponente político de Pinochet e não um integrante de movimentos revolucionários, característica que seria repetitiva nas vítimas da Operação Condor. Seu assassinato ocorreu em Buenos Aires, logo após a morte de Perón, em 1974, e foi orquestrado por um braço da DINA residente na capital argentina, em parceria com o Serviço de Inteligência do Estado (SIDE) e a Aliança Anticomunista Argentina (*Triple-A*). Esse sucesso na parceria bilateral fomentou a expansão das ações em conjunto dos serviços de inteligência e ecoou em Brasil, Bolívia e Paraguai (Kornbluh, 2013, p. 331-403).

Na terceira fase, nomeada Cooperação Híbrida (*Hybrid Cooperation*), entre fevereiro de 1975 e fevereiro de 1976, as forças militares e os serviços de inteligência tomaram a liderança dessa repressão transnacional. Além disso, as colaborações entre os países da região gradualmente se tornaram multilaterais (envolvendo três ou mais países) (Lessa, 2022, p. 19).

Essa fase é marcada pela Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional, realizada em novembro de 1975, no Chile. Organizada pela DINA, a reunião contou com chefes dos serviços de inteligência da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, que celebraram um acordo de intercâmbio de informações sobre pessoas identificadas como subversivas (Alén, 2015, p. 24-49).

A intenção era cooperar na “vigilância, perseguição, captura e traslado através de fronteiras nacionais, incluindo o alojamento em centros clandestinos, tortura, assassinato e desaparecimento forçado” (Alén, 2015, p.24-49). O Brasil enviou observadores à reunião, mas assinou o acordo apenas em 1976 (McSherry, 2005, p. 80).

A quarta fase foi o que de fato se conhece como Operação Condor e teve curso entre março de 1976 e dezembro de 1978. A Condor tem como característica um aparato sofisticado de cooperação entre as forças de segurança, contando com

um banco de dados compartilhado de informações sobre pessoas monitoradas, um sistema seguro e encriptado de comunicação (*Condortel*), quartéis-generais de operações (*Condoreje*) e assassinatos planejados fora da região (*Teseo*) (Lessa, 2022, p.19-20).

Por fim, Lessa (2022, p. 20) define a última fase da repressão transnacional na América do Sul como Dinâmicas Pós-Condor (*Post Dynamics Condor*). Segundo ela, entre janeiro de 1979 e fevereiro de 1981, houve um retorno às características iniciais do processo (operações majoritariamente bilaterais), principalmente devido a tensões entre dois países da região, Argentina e Chile.

A Operação Condor contou com algumas distinções no processo de repressão transnacional:

1. Tinha natureza multinacional por conter esquadrões treinados em dois ou mais países;
2. Era transfronteiriça por contar com a rede de inteligência dos países membros para suas ações;
3. Era paraestatal por atuar de forma clandestina apartada das ações dos Estados
4. Era precisa e eficiente na escolha de seus alvos;
5. Utilizou grupos extremistas anticomunistas nos seus atentados e
6. Fez uso de tecnologia avançada, para produção e manutenção de seu banco de dados, construída com apoio exclusivo estadunidense (CNV, 2014, p. 219-249).

A ata da Primeira Reunião de Trabalho realizada em 1975, em Santiago do Chile, divulgada pelo *National Security Archive*, continha o planejamento inicial para a estrutura e o funcionamento da Operação Condor. Inicialmente, para a construção desse banco de dados, cada país deveria fornecer seu melhor conjunto de informações sobre pessoas e organizações ligadas à subversão (Chile, 1975).

A operação teve como molde o sistema do *International Criminal Police Organization* (INTERPOL), organização intergovernamental que possibilita o compartilhamento e acesso de dados sobre crimes e criminosos, além de oferecer uma variedade de apoio técnico e operacional para os 196 países membros. Outro pilar tratado na reunião foi a Central de Informações, capaz de transmitir o conteúdo do banco de dados de forma efetiva, ágil e secreta por meio de telex, cartas criptografadas e telefones com inversores de voz. Por fim, a ata estabeleceu a

reunião periódica dos seus membros e reuniões bilaterais extraordinárias, em caso de necessidade (Chile, 1975; INTERPOL, 2025).

É importante ressaltar que, em meados de 1970, a presença de computadores na América do Sul era incipiente e esse aparato para compor a Central de Dados foi fornecido pela CIA, que contribuiu inclusive com o conhecimento de criptografia desses dados. Além disso, o Sistema de Informações, mais tarde conhecido como *Condortel*, teve em sua composição uma estrutura de comunicação continental via rádio que também foi fornecido pelos EUA e tinha base na Zona Militar do Canal do Panamá (CNV, 2014, p.222; Dinges, 2004, p 110-136).

Um outro ponto central disposto na ata da Primeira Reunião de Trabalho foi a premissa de que cada país deveria ceder técnicos para compor a Central de Dados. Esse pessoal técnico teria imunidade diplomática e deveria seguir as normas estabelecidas pelo país de destino, ainda que respondesse diretamente a seu serviço de inteligência nacional (Chile, 1975).

Além disso, outro diferencial da operação foi a permissão de que cada agência posicionasse suas equipes para operar nos países membros. Até então, essas ações eram limitadas à espionagem ou adidos militares formais nas embaixadas. Na prática, a Operação Condor garantiu que, em cada país, houvesse a presença de pelo menos um representante do Serviço de Inteligência dos outros membros, que atuaram junto às forças locais em diversas ocasiões (Dinges, 2004, p.110-136).

A partir de sua fundação oficial, a Operação Condor funcionou em três etapas operacionais com objetivos distintos, mas concomitantes. A primeira etapa consistiu na troca de informações e na cooperação na formação e manutenção do banco de dados. As atividades nessa fase incluem espionagem, infiltração e escutas telefônicas (CIPDH; UNESCO, 2015).

A segunda etapa focava em passar a informação adquirida por meio da espionagem de forma secreta e partir para a ação de controle e repressão transfronteiriça. Nesse momento, ocorriam as operações de detenção, tortura, deportação e assassinatos, que incluíam efetivos de mais um país membro atuando em conjunto em uma rede de centros clandestinos espalhados no Cone Sul (CIPDH; UNESCO, 2015).

Uma base de dados construída pelo projeto *Plán Condor*, fruto da parceria entre a Universidade de Oxford e as organizações *Sitios de Memoria*, *Pozo de Agua*

e *Oservatorio Luz Ibarburu*, listou mais de 848 lugares em que vítimas de violações transnacionais de direitos humanos foram associadas. Desses, 167 locais tiveram um fluxo de detenção e tortura considerável para as ações da Condor. A maioria desses locais não teve seu nome ou tipo de lugar determinado. Aqueles em que foi possível identificar-se foram divididos em dependências civis oficiais, dependências militares, dependências policiais, prisões e penitenciárias, prédios civis e dependências de outras forças de segurança.

Em um mapa (Figura 1, abaixo) produzido pelo projeto, com os 167 principais locais de detenção, é possível observar a efetividade da operação em alocar pontos de repressão espalhados e sistematizados no Cone Sul.

**Figura 1:** Mapa de trajetória das vítimas da Operação Condor



Fonte: Plan Condor [s.d].

Por fim, a terceira etapa da operação se configurou na execução de atentados contra líderes de oposição em destaque, com capacidade de influenciar a opinião pública em relação às ditaduras em curso na América do Sul. Essas operações deveriam ser extremamente secretas e poderiam ter curso fora do continente. Na prática, as principais ações da conhecida “*Phase III*” ocorreram na Europa e nos

Estados Unidos e sua principal referência internacionalmente foi o atentado que matou Orlando Letelier, em Washington, em 1976 (Dinges, 2004, p.110-136; CIPDH; UNESCO, 2015).

Segundo o Banco de Dados produzido pelo Informe Condor, lançado pela Universidade de Oxford, com investimento do Programa de Inovação e Investigação da União Europeia, em 2022, a maioria das vítimas da Operação Condor estavam divididas entre associados a partidos políticos ou movimentos armados. O restante das vítimas registradas pertencia a Organizações Internacionais, em sua maioria ao ACNUR, ou não tinham relação com nenhuma militância. Na tabela 1 a seguir, é possível observar a disposição percentual dessas vítimas segundo essas classificações.

**Tabela 1: Vítimas registradas, segundo afiliação e período de ocorrência dos fatos repressivos. Fatos correspondentes ao período de 1969-1981**

	PERIODOS				
	Interacción Embrionaria	Coordinación Policial	Cooperación híbrida	Sistema Cóndor	Dinámica PostCóndor
Agrupaciones políticas (AP)	3,1%	3,7%	9,4%	82,2%	1,6%
Organizaciones armadas (OA)	10,3%	8%	16,2%	33,1%	32,4%
Organizaciones internacionales	0%	19%	13,5%	67,5%	0%
Sin militancia	5%	5%	10,9%	66,3%	12,8%
Sin datos	8,8%	14%	14%	63,2%	0%

Fonte: Banco de Dados produzido pelo Informe Condor (2022).

Os dados acima demonstram que o objetivo principal da Operação Condor—reprimir movimentos de oposição política e organizações armadas ligadas a JCR—foi bem-sucedida, durante e após o seu período de atuação. Alguns casos marcantes exemplificam a articulação entre os países em investigação, perseguição e captura dessas vítimas. Nesse contexto, diferentes facetas de sistematização, recorte histórico e associações multilaterais da Condor serão brevemente discutidos em dois casos marcantes de perseguição de militantes neste tópico.

O primeiro caso se refere à prisão e “desaparecimento” de dois integrantes de grupos revolucionários em maio de 1975: Jorge Fuentes Alárcon, integrante e irmão do líder do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), da Argentina e Amilcar Santucho, líder do *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR), do Chile, ambos grupos parte da JCR (CIPDH; UNESCO, 2015, p.107-136).

Os dois foram presos no Paraguai tentando fugir da Argentina com passaportes falsos. A prisão somente foi possível graças à colaboração entre Argentina, Paraguai e Chile. O serviço de inteligência argentino forneceu as informações sobre o passaporte falso, a polícia paraguaia executou as prisões e torturas e transferiu Fuentes clandestinamente para a DINA, no Chile, de onde desapareceu desde janeiro de 1976 (CIPDH; UNESCO, 2015, p.107-136).

Além disso, um membro da embaixada estadunidense, em Buenos Aires, manteve a polícia investigativa chilena a par da situação durante todo o período de interrogatório no Paraguai. Santucho acabou sendo liberado após a repercussão internacional e pressão do Governo alemão, da Anistia Internacional e da Comissão Internacional de Juristas. Mais tarde, ele declarou que, em seu interrogatório, estavam presentes oficiais chilenos, argentinos e uruguaios (CIPDH; UNESCO, 2015).

Esse caso acabou sendo um catalisador da Primeira Reunião de Trabalho, organizada por Contreras, que institucionalizou a operação, mas demonstra que, mesmo antes da assinatura da ata, já havia ações multilaterais de repressão que moldaram as ações da Condor (Kornbluh, 2013, p. 331-403).

O outro caso a ser discutido foi o sequestro dos uruguaios associados ao *Partido para la Victoria del Pueblo* (PVP), também integrante da JCR. Os casos ocorreram sistematicamente, entre 1976 e 1978, em Argentina, Paraguai e Brasil, e mantinham o padrão de ação: ação conjunta de forças binacionais, sequestro em domicílio, inclusive de crianças filhas dos militantes, detenção, tortura e traslado clandestino (CIPDH; UNESCO, 2015, p.107-136).

Após períodos de tortura psicológica, era oferecido aos detentos um acordo, em troca da prisão– em vez do desaparecimento forçado, os militantes teriam que assumir um plano subversivo que teria sido descoberto pela polícia investigativa do país em que seriam plantados. A intenção era fortalecer a narrativa de focos guerrilheiros no Uruguai e nos outros países em um momento de atenção

internacional para a violação de direitos humanos no Cone Sul (CIPDH; UNESCO, 2015, p.107-136).

Dentre esse movimento de detenção de membros do PVP, um caso ganhou destaque, principalmente devido à cobertura da mídia brasileira. Em 1978, os uruguaios Lilian Celiberti e seus dois filhos e Universindo Díaz foram sequestrados, em Porto Alegre, por uma ação conjunta do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e efetivos uruguaios (Mariano, 2006, p. 23-28). Uma semana depois de seu sequestro, o desaparecimento deles foi denunciado pela jornalista Jan Rocha, correspondente da BBC no Brasil, a diversos jornalistas brasileiros. Três dias depois, o caso repercutiu nos canais nacionais e internacionais que pressionaram a Polícia Federal por um posicionamento (Cunha, 2017, p. 13-50).

Apesar de, internacionalmente, o caso ser reconhecido como sequestro, as autoridades brasileiras insistiram que era um desaparecimento, caso de rotina. No dia 25 de novembro do mesmo ano, as autoridades uruguaias anunciaram a localização dos desaparecidos. Segundo a versão policial, o grupo havia sido encontrado adentrando o território uruaio, com material subversivo e todos estavam em perfeito estado de saúde (Cunha, 2017, p. 51).

O sequestro de Lilian, seus filhos e Universindo fez parte de uma ação conjunta da Companhia de Contrainformações do Exército do Uruguai e do DOPS. O Itamaraty também tinha conhecimento do plano e ainda assim não agiu na sua dissuasão ou contribuiu na investigação posterior; fato que ficou claro a partir da uma ligação feita pelo advogado Décio Freitas ao porta-voz Luís Felipe Lampreia, três dias antes do sequestro na tentativa de impedir o caso (Cunha, 2017, p. 51; UNESCO, 2015, p.107-136).

Além de operações contra militantes, a Operação Condor também direcionou seu foco a figuras políticas de destaque internacional que se dedicavam a fazer oposição e denunciar as ditaduras no Cone Sul durante a chamada "Phase III". Dois casos ganharam repercussão por demonstrar o nível elevado de sistematização dos ataques e por terem como local de ação o território estadunidense: o assassinato de Letelier e as ameaças contra o deputado democrata Koch, em 1976 (Dalenogare Neto, 2018; Dinges, 2004, p.110-136).

Ed Koch era um deputado federal democrata na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, representante de um momento de fortalecimento do partido após o escândalo *Watergate*, a renúncia de Nixon e o curso da Guerra do Vietnã.

Com maioria na Câmara, os democratas começaram a discutir o apoio dos EUA às ditaduras da América do Sul frente às denúncias de violação de direitos humanos a esses regimes. Em 1976, Koch foi responsável por denunciar a repressão da ditadura uruguaia após o recebimento de uma denúncia da Anistia Internacional (Dalenogare Neto, 2018).

A Emenda Koch propunha cortar o repasse de \$3 milhões de dólares do Departamento de Defesa estadunidense ao Uruguai. Além disso, o deputado também abriu uma moção para condenar o país por seus atos repressivos e patrocinou uma resolução para facilitar o recebimento de perseguidos uruguaios (Dalenogare Neto, 2018).

Essas ações geraram intensos protestos da embaixada estadunidense no Uruguai e do próprio Departamento de Estado, conforme registros desclassificados em 2015 pelo *Office of Historian*, ligado ao mesmo departamento. Em um telegrama enviado da Embaixada ao Departamento, em maio de 1976, o embaixador Ernest Siracusa afirma que a Emenda se baseia em uma falsa impressão sobre o cenário dos Direitos Humanos no Uruguai e que a ação prejudicará os interesses dos EUA no país, sem de fato causar diferença na luta contra a violação desses direitos (United States, 2015).

Para o Uruguai, a Emenda Koch colocou o deputado no centro de uma operação de atentado internacional. A primeira vez em que se registrou o tópico foi por meio de um agente da CIA, que recebeu a informação de que essa ameaça tinha sido feita por dois oficiais uruguaios de alta patente, durante uma festa de aposentadoria com a presença de militares de outros países. A informação, contudo, foi arquivada pela CIA e somente foi repassada ao embaixador Siracusa e ao deputado Koch pelo FBI após o atentado de Letelier no mesmo ano, que demonstrou o poder efetivo da Condor em atuar nos EUA (Dalenogare Neto, 2018).

Orlando Letelier foi Ministro da Defesa do Governo Allende e, em 1976, era a principal voz internacional contra a Ditadura de Pinochet no Chile. Letelier estava exilado, em Washington D.C., desde o golpe de 1973, e integrava o Instituto de Estudos Políticos, além de ter acesso ao Congresso Nacional. O atentado foi coordenado pela DINA e o time de assassinos entrou nos EUA usando passaportes falsos (Kornbluh, 2013, p. 331-403). Após alguns dias monitorando as atividades de Letelier, o grupo plantou um explosivo no seu carro, vitimando-o e sua colega Ronni

Moffitt. A explosão ocorreu próximo a Casa Branca e gerou fortes reações públicas (Kornbluh, 2013, p. 331-403).

Apesar das acusações serem direcionadas ao governo chileno, o país negou veementemente sua participação e alegou que a morte de Letelier fazia parte de um plano da esquerda para deslegitimar o Chile na semana em que o Ministro de Relações Exteriores discursaria na ONU. A CIA colaborou com essa narrativa e liberou diversas versões para a imprensa, dissuadindo a participação da DINA. Foi o FBI que mais tarde enviou um relatório que ligava o atentado diretamente à fase três da Operação Condor (Kornbluh, 2013, p. 331-403).

A pressão mundial foi intensa em torno do caso e as comparações entre o atentado de Letelier e outros atentados ocorridos contra figuras políticas relevantes, como o caso Prats começaram a ser feitas. Após o relatório do FBI, o nome da Operação Condor se tornou conhecido internacionalmente e houve pressões políticas e sociais nos Estados Unidos para um posicionamento e investigação, principalmente da CIA, considerando que o atentado também vitimou uma cidadã estadunidense (Kornbluh, 2013, p. 331-403).

Com a exposição da Operação Condor aos olhos do mundo, vários oficiais dos países membros sinalizaram aos EUA que a operação deveria ser mantida em segredo, caso contrário seria explicitada a participação do país no sistema repressivo. O Embaixador chileno chegou inclusive a afirmar a um repórter do *Washington Star* que os EUA seriam o sexto membro da Condor e citou a viagem recente do vice-diretor da CIA ao Paraguai (McSherry, 2005, p. 162).

Após a repercussão do caso Letelier, as operações da fase três continuaram, agora buscando alvos na Europa. O Brasil, que já havia sinalizado reservas em relação à operação, decidiu manter suas atividades apenas nos territórios dos países membros. A partir daí, os treinamentos especiais foram direcionados para o Uruguai, Argentina e Chile, que se desenham como os países mais linha dura da Condor (Dinges, 2004, p. 221-237).

Em 1977, alguns conflitos entre os membros já denotavam o enfraquecimento das atividades da Condor. O Brasil, por exemplo, após diversas tentativas de assumir o controle da operação—o que foi visto com desconfiança pelos outros membros— parou de comparecer às conferências internacionais da Condor e, a partir desse ano, foi considerado fora do sistema (Lessa, 2022, p. 110-139).

Além disso, em 1978, a repressão de grupos opositores já se demonstrava bem-sucedida e a preocupação com a contrainsurgência passou a dar espaço às antigas tensões territoriais entre os países (Lessa, 2022, p. 110-139).

Na última reunião registrada da Operação Condor, em 1978, conflitos entre Argentina e Chile relacionados à disputa do Canal *Beagle* escalaram de vez a hostilidade entre os países que alegadamente “nunca mais poderiam se reunir na mesma sessão”. A partir de 1979, o sistema de repressão voltou a apresentar características anteriores a Condor, com cooperação de caráter bilateral entre os países do Cone Sul (Lessa, 2022, p. 110-139).

Percebe-se a efetividade da Operação Condor na sua penetração, tanto no território do Cone Sul quanto em territórios na Europa e nos Estados Unidos, em sua busca pela repressão e silenciamento de grupos ou figuras políticas de oposição. As ações de tortura, perseguição e assassinato demonstram uma profunda coordenação e padronização de técnicas, treinamento e doutrina entre os países, possibilitadas pela formação das Escolas Militares, da Doutrina de Segurança Nacional e pela atuação dos Estados Unidos na região.

As investigações e julgamentos realizados após a redemocratização demonstram que, para além da Condor, havia uma rede histórica de repressão transnacional ocorrendo entre esses países, que apenas encontrou seu ápice no momento da operação, e que continua a ocorrer, mesmo após o fim dos registros dos encontros multilaterais, em 1978. Cada país foi responsável por uma contribuição, de contingente pessoal, treinamentos ou informações para esse sistema repressivo e buscou seus próprios interesses.

Explicitadas as principais características da operação, seu processo de sistematização e seus principais acontecimentos, importa agora observar especificamente a atuação e o interesse do Brasil dentro da Condor, como o fim de responder à pergunta que direciona essa pesquisa.

### **2.3 A atuação brasileira na Operação Condor (1976-1978)**

A participação do Brasil em operações transnacionais de repressão se iniciou muito antes de sua participação na Operação Condor. Ao se tornar a primeira ditadura do Cone Sul, em 1964, o país começou a manter atividades de controle e captura de opositores fora de suas fronteiras. Destaca-se a parceria com o Uruguai,

devido à proximidade fronteiriça, mesmo antes do vizinho se tornar um governo autoritário. O Brasil inclusive, chegou a planejar uma invasão ao território uruguaio, caso o partido de esquerda vencesse as eleições, em 1973, na chamada Operação Trinta Horas (CNV, 2014, p. 219-249).

Isso demonstra que o país estava disposto a desestimular experiências de esquerda no seu entorno, o suficiente para intervir e investir capacidades políticas e militares em outros territórios, o que revela como o alinhamento anticomunista no Cone Sul era tratado como fator estratégico pelo regime.

Ainda em 1965 foram retomados cursos e conferências oferecidos na ESG sobre inteligência e repressão. Em 1973, tais cursos foram oferecidos pela recém-criada Escola Nacional de Informações (EsNI), que passou a ser responsável pela capacitação e pela formação de novos quadros das forças de segurança. Os cursos versavam sobre temas diversos como ideologia política, história, línguas estrangeiras e eram destinados aos oficiais do Cone Sul, contando inclusive com figuras de destaque como um dos dirigentes da DINA, Osvaldo Mena. A EsNI também foi espaço para conferências bilaterais no Cone Sul e troca de aparatos de repressão, como o “Dicionário de Termos e Expressões, Nomes e Siglas Utilizados pelos Subversivos Terroristas” (Krischke, 2008).

Em arquivos recuperados no CPDOC-FGV, do acervo do Gen. Antônio Carlos Murici, Chefe do Estado-Maior do Exército, entre 1969 e 1970, registra-se a atividade contínua de capacitação ou treinamento conjunto das Forças Armadas do Cone Sul. Em carta dirigida ao Gen. Murici, em 30 de setembro de 1970, o Gen. Alfredo Stroessner, Presidente do Paraguai de 1954 a 1989, afirma que estão avançados os estudos para a participação dos oficiais da Escola de Aplicação do Exército Paraguai em manobras da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Brasil.

Stroessner ainda destaca a importância do momento para o intercâmbio de conhecimento e experiências entre os exércitos. Em telegrama enviado ao Embaixador do Brasil no Paraguai, também em 1970, o Gen. Murici menciona uma viagem programada ao Paraguai para inspecionar a Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) (Murici, 20 de jul. 1970).

A Missão, fundada em 1942, tinha como objetivo organizar cursos de cavalaria, equitação e educação física, além de estreitar a presença diplomática e a cooperação militar entre os países (Souto; Silva, 2022). Durante sua execução, a

MMBIP garantiu a aproximação entre os dois países, em detrimento de pressões contrárias da influência argentina, e teve a participação de figuras destaques da Ditadura brasileira, como Couto e Silva e João Batista Figueiredo (Muller Neto *et. al*, 2021).

Em outro registro, desta vez enviado pelo Gen. Murici ao Embaixador Extraordinário da República Argentina, Osris Villegas, o primeiro destaca a intenção em estreitar os laços entre as Forças Armadas argentina e brasileira, em especial seus Exércitos, que compartilham ideais semelhantes de “democracia e consciência ideológica”. A mensagem possui tom de resposta a uma solicitação semelhante do Embaixador Osris Villegas e, ao final, reitera a disposição do Gen. Murici em implementar tal projeto (Murici, 1970).

Por fim, em documentos que registram as principais atividades do Estado-Maior do Exército, durante a chefia do Gen. Murici (1969-1970), destacam-se as atividades de “Ativação de intercâmbio de Informações Externas, tanto no âmbito interno quanto externo” e a “participação em reuniões interamericanas de Informações e na Conferência dos exércitos Americanos”, que denotam o direcionamento do órgão em integrar atividades de cooperação com Forças Armadas da América do Sul (Murici, 1970).

Esses registros são indicativos robustos que antes da institucionalização da Condor já havia um exercício do Brasil na direção de uma projeção regional, instrumentalizando pelo seu aparato militar e a experiência adquirida com os anos à frente de um regime autoritário. A exportação de terminologias, métodos e percepções em relação à doutrina subversiva colocou o país em uma posição de liderança regional nessa dimensão, ao passo que também contribuiu para o estreitamento das relações com estes países.

O papel do Brasil, nos anos iniciais da década de 1960, foi de treinar os serviços de inteligência em formação dos países da América Latina em técnicas de repressão, tortura e contrainsurgência, tornando-se uma voz para DSN na região. Nesse sentido, o país também colaborou de forma ideológica e logística com alguns golpes militares sucedidos mais tarde, na intenção de evitar que seus vizinhos se tornassem comunistas. O primeiro foi o da Bolívia, em 1971, em que o país enviou ao General Hugo Banzer aviões militares com armamentos para Santa Cruz de La Sierra (Krischke, 2008; McSherry, 2005, p.84).

Em 1973, além da possibilidade de implementar a Operação Trinta Horas, no Uruguai, o Brasil atuou na desestabilização do governo Allende e, posteriormente, apoiou a ditadura de Pinochet, em nível militar e econômico. Uma série de telegramas da Embaixada brasileira em Santiago revelam que, logo após o golpe no Chile, o país solicita ajuda financeira à chancelaria brasileira. O Governo concedeu, no mesmo ano, uma ajuda de US\$50 milhões para estimular as exportações chilenas, além de abrir linhas de financiamento no Banco do Brasil para empresários brasileiros que estivessem interessados em exportar para o país (Campos, 2012, p. 66-77).

Com o auxílio do Itamaraty, o Governo brasileiro monitorou diversos de seus exilados, uma vez capturados pelas forças militares do Chile no período do golpe. O MRE enviou telegramas às embaixadas da região pedindo que listassem qualquer brasileiro que ingressasse no país para nutrir os serviços de inteligência. O país enviou equipes de inteligência que interrogaram e torturaram uma série de brasileiros apreendidos no Estádio Nacional, utilizado como centro de repressão. Durante esse período inicial do golpe, o Consulado e a Embaixada do Brasil emitiram várias listas de brasileiros que estavam detidos ou haviam buscado asilo nas embaixadas de outros países (CNV, 2014, p. 219-249).

Durante o período pré-Condor, entre 1964 e 1975, o Itamaraty se tornou peça-chave no monitoramento e no controle dos exilados da Ditadura. Enquanto responsável por nutrir o governo de informações sobre os acontecimentos nos países vizinhos, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) manteve vários de seus funcionários e diplomatas desenvolvendo funções de espionagem para nutrir os serviços de inteligência. Um exemplo-chave dessa contribuição do MRE com o aparato repressivo transnacional foi a Operação Marco Polo, realizada em 1974, com a implantação de escutas nos hotéis da delegação da República Popular da China que estava em visita ao Brasil para negociar o restabelecimento das relações entre os países (CNV, 2014, p. 175-199).

Essas ações, que iniciaram ainda nos anos de 1960 e duraram até depois da Condor, com registros até os anos de 1980, tinham a responsabilidade de dois órgãos específicos dentro do Itamaraty. Em 1966, foi criado o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), órgão do Itamaraty ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Sua função era espionar opositores à ditadura que estiveram exilados em outros países, especialmente no Cone Sul. Com a presença significativa de asilados

no Uruguai, ainda uma democracia, a vigilância do CIEEx e as pressões do Brasil ao país eram constantes. Havia uma preocupação especial com a presença de Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, e do ex-Presidente João Goulart (Penna Filho, 2009).

Além do CIEEx, havia a presença da Divisão de Segurança e Informações (DSI), que foi criada em todos os ministérios. A ligação dos dois órgãos atendia diretamente as determinações do Ministro de Relações Exteriores ou do Secretário Geral, tendo um canal à parte da hierarquia. O CIEEx estabeleceu base nas embaixadas de diversas capitais e esteve envolvido principalmente em atividades não oficiais, já que o MRE nunca reconheceu a sua criação. Contudo, registros recuperados no Itamaraty demonstram que houve a participação oficial do ministério na troca de prisioneiros e negligência de auxílio a detidos brasileiros em outras ditaduras (CNV, 2014, p. 219-249).

Quando a Operação Condor se institucionalizou, entre o final de 1975 e início de 1976, o Brasil vivia o período Geisel (1974-1979). Integrante da ala moderada dos militares, Geisel havia prometido um projeto de “abertura lenta, gradual e segura” e a sua política externa tinha como princípio o pragmatismo responsável, cujo objetivo consistia em projetar o Brasil internacionalmente a partir de uma lógica autonomista, descomprometida com ideologias e de caráter universalista, o que contrastava com os regimes cada vez mais repressivos principalmente sob a ótica internacional. Esse pode ter sido um dos motivos para o Brasil integrar a Operação de forma mais pontual, oportunizando de forma estratégica e pragmática sua participação, contribuindo para o caráter informacional e participando de atentados apenas no território do Cone Sul (Bernardes; Adriani, 2024; Campos, 2012, p. 66-77; Cardoso; Miyamoto, 2013; Spektor, 2003).

Em um relatório sobre a política externa estadunidense e as relações dos EUA com o Brasil, localizado no acervo de Geisel nos arquivos do CPDOC (1974), aparecem sublinhados os pontos do documento que destacam a influência de escândalos recentes na política interna dos EUA, como *Watergate* e o curso da Guerra do Vietnã, na mudança de comportamento do Estado no Sistema Internacional. Em trechos destacados a lápis, aparecem definições como pragmática, racional e realista para a política externa, representada na figura de Henry Kissinger. Fica clara a percepção, pelo Presidente Geisel, de que os EUA

adentravam um momento de moderação do tom ideológico nas suas relações exteriores.

Como conclusão, o relatório destaca a necessidade do Brasil se manter solidário ao continente, mas isento de responsabilidade por quaisquer ações que não as suas, e sinaliza, também, que os EUA entendem o Brasil como ente individual, mais que como um porta-voz da América Latina. Por fim, o documento destaca a necessidade de haver um posicionamento nacional a ser defendido pela diplomacia brasileira para assim garantir os interesses nacionais no exterior (Geisel, [s.d]); trechos que também apresentam marcações feitas a lápis e se relacionam com posicionamentos que o país acaba adotando mais tarde.

Ainda que o Brasil tenha apresentado ressalvas em atuar nos atentados fora do continente, sua atividade em cooperação bilateral com os países da Condor se manteve intensa. Existiam acordos de troca de informações e treinamentos em curso com Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai, pelo menos desde o Governo Médici (1969-1974) (Lessa, 2022, p. 38-62).

No acervo do CPDOC-FGV, por exemplo, diversos documentos comprovaram o curso rotineiro dessas atividades. Em um *aide mémoire*, de 1975, registra-se a autorização presidencial para o envio de navios para o Paraguai com fins de comemorar a Independência do país, em que seriam também realizados exercícios de preparação para a Operação NINFA V. Essa operação, em curso desde 1971, corresponde a exercícios fluviais e ribeirinhos cujo objetivo era “desenvolver técnicas, doutrinas e táticas em ações anti-guerrilha” (Geisel, 1975).

Outro *aide-mémoire*, dessa vez de 1976, registra a visita de um Grupo-Tarefa brasileiro que esteve, durante dez dias, em operação com navios argentinos e os resultados positivos obtidos no fortalecimento político-diplomático e militar da relação entre os países (Geisel, 1976). Nessa mesma linha, demonstrando a busca do Brasil em manter essas relações com todos os países-membros da Condor, um *aide-mémoire*, de 1977, discute a insatisfação do Uruguai frente à ausência de um Adido Naval permanente em Montevideo, enquanto o país mantém um Adido permanente no Brasil. A queixa dos uruguaios ainda destaca um suposto tratamento inferior dado ao país pelo Brasil em relação àquele feito à Bolívia, Equador e Paraguai (Geisel, 1977).

Ainda em 1976, destaca-se um informe secreto produzido pela embaixada brasileira em Buenos Aires, em relação ao contexto político da Argentina nos

momentos antecedentes do golpe militar, ocorrido em 1976. Datado de fevereiro, o informe comunica a sinalização das Forças Armadas argentinas de que o golpe ocorreria dentro de um mês e que, em breve, o país apresentaria “uma nova cara ao mundo”, o que demonstra o conhecimento prévio do MRE das intenções anti-democráticas em curso e da discussão às claras entre as Forças Armadas argentinas e o Brasil sobre tais intenções (Silveira, 1976).

Apesar disso, neste mesmo momento, o clima de abertura política vivido no Brasil, pelo menos em nível de discurso, passou a atrair o retorno de exilados, principalmente em regiões de fronteira com países ainda bastante repressivos, como foi o caso do Rio Grande do Sul (RS). A presença dessas figuras intensificou a ação dos serviços de inteligência e cooperação dentro da Condor para sequestro e deportação para os países de origem. As equipes investigativas controlavam ligações telefônicas, lista de passageiros de transporte e hospedagem em hotéis (Padrós, 2012, p. 67-87).

Durante o governo Costa e Silva (1967-1969), foi promulgado o Decreto-Lei nº 5.449, de 04 de junho de 1968, que classificava, inicialmente, 71 municípios como áreas de segurança nacional. A partir de então, os Prefeitos passaram a ser nomeados pelo Governador, o qual, por sua vez, era designado pelo Presidente da República, podendo ser destituídos do cargo a qualquer momento (Steinke, 2016).

Destes, 21 municípios estavam situados no Rio Grande do Sul - RS (Simões Fernandes, 2012). Além disso, foram registrados 39 centros de detenção no estado, número superior a Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; estados também considerados estratégicos. Destaca-se que alguns desses centros, estiveram ligados a rota repressiva da Condor, como, por exemplo, a cidade fronteiriça de Uruguaiana (Steinke, 2016).

Devido a sua fronteira com a Argentina e o Uruguai, o Estado do RS se tornou rota de passagem tanto dos militantes em fuga quanto dos serviços de repressão. A intensificação do trânsito de fugitivos ocorreu especialmente em Uruguaiana, a partir de 1976, ano do golpe argentino. Além disso, como o Brasil apresentava ao mundo sua pretensa abertura democrática, a região aparentava ser o corredor ideal, tanto para sair da América do Sul como para permanecer no país (Steinke, 2016).

Esse fluxo de argentinos ingressando no Brasil país na condição de pessoas refugiadas chegou a preocupar a presidência, que estudou, inclusive, suspender a

autorização de funcionamento do ACNUR no país. No fim, ampliou-se o controle sobre o órgão e as pessoas refugiadas (Silveira Bauer, 2012).

Esse tipo de espionagem realizado em conjunto pelos membros da Condor no território brasileiro ocorreu dentro da Usina de Itaipu. Localizada na Tríplice Fronteira e importante conquista geopolítica do Brasil, Itaipu contava com a presença interna da Assessoria de Especial de Segurança e Informações (AESI), que estava presente em todas as repartições públicas do país durante a Ditadura e era ligada ao SNI. No caso da usina, as AESIs tinham escritórios separados, representando a Itaipu Paraguai e a Itaipu Brasil (Silva, 2010, p. 106-117).

À AESI, cabia a produção e as listas com nome, estado civil, endereço e atividades de figuras consideradas subversivas ou procurados que passavam pela região de Itaipu. Documentos encontrados nos Arquivos do Terror paraguaio demonstram que esses informes eram produzidos cotidianamente por ambos os países e ajudaram na circulação de informações pelos três países da tríplice fronteira, contendo inclusive nomes que foram identificados como vítimas fatais da ditadura argentina (Silva, 2010, p. 106-117).

Um desses arquivos produzidos pela AESI, desclassificado durante a investigação da Comissão Nacional da Verdade, datado de dezembro de 1976, informa a presença de “subversivos” paraguaios em Foz do Iguaçu para uma suposta reunião no Paraná, que estariam preparando ações de sabotagem ou atentados em pontos estratégicos na região, como em Itaipu ou na Ponte Internacional da Amizade (Brasil, 1976).

No cenário internacional, mesmo durante o pleno funcionamento da Condor, o Brasil se posicionou como dissimulador de denúncias de violações a direitos humanos feitas em foros multilaterais contra o país. Coube ao MRE articular essa atuação de forma sistemática. Inicialmente, foi formado um grupo de trabalho para atuar na questão, formado por MRE, Ministério da Justiça, Conselho de Segurança Nacional e Serviço Nacional de Informações. Apesar das denúncias terem sido intensas, entre 1969 e 1972, apenas no início do Governo Geisel (1974) o Brasil informou à ONU que as denúncias estavam sob consideração, o que por si só não garantia que seriam sequer comentadas pelo país (CNV, 2014, p. 199-219).

O Governo Geisel, então, definiu algumas diretrizes para tratar a questão nesses espaços e evitar o fortalecimento de discursos de oposição dentro e fora do país contra a Ditadura brasileira. Primeiro, ficou definido que o país responderia

apenas à ONU (foro mundial) e à OEA (foro regional), ignorando grupos de pressão de outra natureza, como a Anistia Internacional ou a Comissão Interamericana de Justiça (CNV, 2014, p. 199-219).

Em segundo lugar, foi criado um grupo informal para apoiar as ações do Brasil nesses espaços, coordenado pelo Ministério da Justiça, enquanto o MRE ficou responsável por sua implementação em nível internacional. Na prática, o país negou veementemente as denúncias e afirmou a independência da Justiça nacional. Nos casos em que as comissões julgaram o país como responsável por tais violações, duas medidas foram adotadas: pressão junto aos Secretários-Gerais para evitar a publicação dos relatórios negativos e pressão aos países membros para que apoiassem o arquivamento desses relatórios (CNV, 2014, p. 199-219).

Com o atentado de Letelier, em 1976, e a reação pública às ações da Condor, a operação começou a diminuir suas atividades da fase três, voltada a atentados internacionais. A partir de então, as ações ficaram concentradas na troca de informações e no território da América Latina. Além disso, o sistema repressivo tinha sido tão bem-sucedido que as organizações de oposição política tinham perdido bastante força. De 1978 em diante, não foram mais registradas reuniões multilaterais da Operação Condor (Dinges, 2004, p. 228-230; Lessa, 2022, p. 110-139).

A partir do declínio da Operação Condor e o retorno a dinâmicas prévias de relacionamento majoritariamente bilateral, questões regionais ligadas a disputas políticas e territoriais na região tomaram o espaço da contra insurgência nas preocupações do Cone Sul. (Lessa, 2022, p. 110-139).

Apesar disso, as operações de cunho bilateral, características das dinâmicas de repressão anteriores a Condor, continuaram a acontecer. Ainda em 1978, Equador e Peru se juntaram à operação. Ademais, o registro de atividades de detenção, como o sequestro dos uruguaios Lillian Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, ocorrido no Brasil, demonstram que ações de repressão transnacional continuaram a ocorrer. O último registro oficial que menciona a Operação Condor data de 1981, contudo alguns pesquisadores apontam atentados ocorridos na década de 90 como possíveis desdobramentos desse sistema repressivo (Lessa, 2022, p. 110-139).

Percebe-se que durante o final do século XX, o principal ponto de atuação no Brasil dentro do sistema repressivo transnacional estabelecido na América do Sul esteve ligado à construção de uma sistematização de doutrinas, treinamentos e

informações utilizadas para o controle de seus opositores. A deflagração do golpe militar ocorrido no país, anterior aos outros, em 1964, colaborou para que o Brasil exercesse uma influência política e logística não somente na composição dos outros golpes— como foi o caso de Uruguai, Chile e Bolívia— mas também na composição dos pontos centrais da estrutura da Condor, como a Central de Dados e o Sistema de Informações.

Outro ponto a se destacar pela análise dos documentos recuperados do Acervo Nacional e do CPDOC-FGV, é que o Brasil auxilia a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional na região e as primeiras ocorrências de cooperação bilateral no âmbito militar. Mais tarde, com a institucionalização de fato da Operação Condor, o país já é entendido como uma referência não somente em técnicas repressivas, como em detenção e tortura, mas também devido à proximidade político-diplomática construída com os países membros ao longo das cooperações bilaterais ocorridas anteriormente.

Nesse sentido, também se conclui que o Ministério das Relações Exteriores é um importante instrumento dessa coordenação repressiva para o Brasil fora do eixo dos serviços de informação e das Forças Armadas. A ação do Itamaraty por meio de seus órgãos CIEEx e DSI foi responsável por alimentar a rede de informações não somente do Brasil, mas do sistema Condor, característica essencial para manter a operação. Além disso, quando a comunidade internacional inicia os questionamentos relativos à violação dos Direitos Humanos, novamente o MRE se coloca como artifício importante na defesa e na dissimulação desses casos, distanciando ou negando a associação do Brasil a esse tipo de ação repressiva.

No início do governo Geisel, em 1974, não somente o Brasil, mas o Sistema Internacional, vivenciava um período de mudanças na sua lógica hegemônica. Com o fortalecimento dos Democratas, a partir de crises políticas internas vivenciadas pelos Estados Unidos e a consequente atenuação da Guerra Fria, o Governo brasileiro busca absorver e redirecionar a Política Externa do Brasil de forma mais pragmática com interesses bem definidos para o país, a ser discutidos no próximo capítulo. Esse fato torna importante se conectar, pelo menos no nível de discurso, com um momento de abertura e relaxamento das linhas repressivas internas.

Por esse motivo, no momento da institucionalização da Condor (1975-1978), o Brasil coloca de forma cautelosa a sua participação, focando nas cooperações bilaterais que sempre desenvolveu e olhando especificamente para a região do

Cone Sul e em suas regiões de fronteira. Ainda que tenha demonstrado preocupação com a conjuntura internacional, fica claro, também a partir da análise de documentos recuperados no CPDOC-FGV, que o país manteve, ao longo da Condor, o monitoramento e a captura de figuras consideradas subversivas e perigosas ao governo brasileiro e aos governos dos países membros.

Com o declínio da Operação Condor e o retorno a características anteriores do sistema repressivo transnacional, a partir de 1978, é possível perceber que houve uma evolução, tanto em nível de relacionamento político-diplomático do Brasil com os países membros quanto em nível militar, a partir do fortalecimento das suas Forças Armadas.

Nesse sentido, é possível dizer que a atuação do Brasil na Operação Condor ocorreu de forma instrumentalizada. O país tanto contribuiu quanto se aproveitou desse sistema transnacional de repressão, mas colocou as ações dentro da operação sempre ao dispor dos seus objetivos políticos, militares e diplomáticos de longo prazo. Ou seja, a sua ação cautelosa esteve ligada a necessidade de se manter ativo enquanto agente de repressão, mas de forma racional e pragmática.

Sendo assim, é importante, para a sequência da pesquisa, avaliar esses objetivos e meios definidos pelo Brasil durante esse recorte temporal (1969-1979), em nível interno e externo, para analisar a relação entre essa ação instrumentalizada na Operação Condor e a efetivação desse planejamento nacional. Por isso, o próximo capítulo abordará a perspectiva teórica da Grande Estratégia e as características próprias à construção de uma Grande Estratégia brasileira no período, responsável pelo estabelecimento dos objetivos de longo prazo do Estado e da articulação de ações do país com essa finalidade.

### **3 A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DA DITADURA MILITAR (1971-1979)**

Este capítulo se dedicará a debater o conceito de Grande Estratégia a partir de uma revisão sistemática dos principais autores que discutem o tema e, em seguida, adentrar nas particularidades da Grande Estratégia brasileira, em especial os dois documentos lançados durante a Ditadura Militar: Os Planos Nacionais de Desenvolvimento I (1971) e II (1974).

O objetivo dessa seção é delimitar o conceito de GE trabalhado nessa pesquisa e promover uma articulação direta entre ele e os Planos Nacionais de

Desenvolvimento (PNDs), demonstrando como eles podem ser lidos enquanto expressão de uma Grande Estratégia brasileira. Além disso, o capítulo debaterá como o desenvolvimento foi instrumento central da estratégia nacional durante a Ditadura e peça fundamental na discussão de Grande Estratégia brasileira. Apesar de sua importância, essa relação entre o desenvolvimentismo e a Grande Estratégia de Potências médias é fonte de discussões complexas que não serão exploradas de forma central por essa pesquisa, sendo discutida de forma breve para introduzir a possível relação entre os PNDs e uma GE brasileira

Primeiro, esta seção irá apresentar a discussão resultante da revisão sistemática de literatura do conceito, incluindo também fontes advindas de literatura cinza direcionadas ao seu entendimento no contexto de potências médias, em especial na experiência brasileira. Definido o recorte conceitual que embasa essa pesquisa, o capítulo irá discutir de maneira aprofundada a gênese da GE brasileira a partir do estudo das tradições geopolíticas produzidas na época e do papel do desenvolvimento para a definição e emprego de uma estratégia nacional. Por fim, o capítulo tratará dos PNDs, o contexto político de cada um, seus principais objetivos, semelhanças e dissonâncias.

O uso do termo Grande Estratégia (GE) tem seu *boom* a partir do final da Guerra Fria. É no início da década de 90, que os estudos estratégicos e de segurança apresentarão de maneira recorrente discussões sobre GE, para além da política externa de um país. A Grande Estratégia relaciona meios e fins não apenas do âmbito militar ou político, mas também econômico e social. Portanto, seu emprego envolve a integração de políticas que devem operar por décadas ou até séculos na busca dos objetivos finais que perpassam tempos tanto de paz quanto de guerra (Kitchen, 2010; Silove, 2018).

Devido à falta de consenso em torno do conceito de Grande Estratégia, questionamentos quanto a sua relevância ou, até mesmo, existência frente a outros conceitos da área são constantes. Como a maioria dos trabalhos da área são prescritivos e direcionados para o estudo do caso estadunidense, existem três limitações principais nos debates de GE, são eles: o que de fato a define? Quando o conceito cabe de ser empregado? Quais casos realmente se encaixam na análise dentro desse contexto? As perguntas apontam para a necessidade de expandir os estudos para uma óptica mais explicativa, para além da mera prescrição conceitual. (Balzacq; Dombrowski; Reich, 2019).

Liddell Hart (1954) é o primeiro a tentar delinear as diferenças entre a estratégia militar e a Grande Estratégia ainda nos anos 50 do século XX. Para ele, a estratégia deve ser resultado da aplicação do esforço militar para suprir um objetivo político mais elevado. Esse objetivo político, por sua vez, representa um nível mais alto da estratégia, a Grande Estratégia, que deve, então, coordenar e direcionar os objetivos de uma nação (ou um grupo de nações) em torno desse objetivo central. Nesse sentido, a busca por poder e a aplicação das capacidades militares são um dos instrumentos de uma Grande Estratégia e devem ser acompanhados pela aplicação de poder econômico, diplomático, comercial e ético.

Balzacq, Dombrowski e Reich (2019) diferenciam duas tradições de pensamento nos estudos de Grande Estratégia: os classicistas e os internacionalistas. Os primeiros entendem que a GE se direciona para o alcance do interesse nacional, mais precisamente, analisam como o aparato militar deve ser empregado para atingi-lo. Portanto, classicistas como Barry Posen (1984) e Colin Gray (2010), enfatizam as capacidades militares na análise de Grande Estratégia e entendem o interesse nacional em um contexto de guerra e preparação para a guerra. Nesse sentido, há uma aproximação do conceito com os estudos de estratégia militar e do conceito de Grande Estratégia desenvolvido no século XIX, bastante preocupado com questões militares.

Em contrapartida, a tradição de Relações Internacionais expande o conceito no sentido temporal e substantivo. Os pensadores dessa tradição, consideram além da militar as capacidades econômicas, políticas e sociais na construção de uma Grande Estratégia. Ademais, a GE é vista como um conjunto de ações de curto prazo mas com objetivos de médio e longo prazo, ou seja, temporalmente sua escala de compreensão é longa e, por vezes, compreende mais de um governo, preferencialmente analisando uma conjuntura sistêmica específica, como a Guerra Fria, por exemplo. Por fim, esses acadêmicos diferenciam Grande Estratégia e Política Externa, no sentido de que aquela fornece o guia ou a estrutura que esta deve seguir (Balzacq; Dombrowski; Reich, 2019).

Kennedy (1991) dialoga com a tradição anterior representada por Liddell Hart e expande o entendimento da Grande Estratégia como um instrumento que integra diferentes dimensões do poder nacional e um Estado na perseguição de um objetivo. Para ele, o Estado deve unificar capacidades militares e não militares em

torno da preservação dos interesses de longo prazo. É necessário, nesse sentido, que a GE considere três questões centrais: 1) o equilíbrio entre meios (aplicação das capacidades) e fins (objetivos), para balancear o uso dos recursos nacionais; 2) o uso da diplomacia como instrumento relevante de construção de alianças, redução de inimigos e posição do país (evitando ao máximo uso de força militar); 3) manutenção da moral nacional para garantir o apoio e a vontade do povo em torno da busca por esses objetivos.

Brands (2014), por sua vez, considera a Grande Estratégia como a conexão das ações de curto prazo com os objetivos de médio e longo prazo de um Estado. Para o historiador estadunidense, a GE deve ser resultado de um processo adaptativo, já que mesmo grandes potências enfrentam limitação de recursos e precisam garantir a melhor aplicação desses aspectos na maximização dos benefícios do Estado. Além disso, defende que, mesmo com intenções claras, a GE não precisa estar articulada em uma doutrina ou escrita em um documento para se caracterizar como tal, basta que haja intencionalidade nas ações e pensamento orientado no alcance de objetivos de longo prazo. Silove (2018), corrobora essa ideia, e defende que a Grande Estratégia pode ser um plano (geralmente documentado); um princípio ou um comportamento.

Seguindo a lógica do grande plano, a GE tem o papel de coordenar e direcionar todos os recursos de uma nação em direção ao objetivo definido para ser atingido em longo prazo. É preciso então, alinhar todas as esferas políticas: militar, diplomática e econômica, detalhando seus meios de aplicação para alcançar objetivos de médio e curto prazo, que combinados se aproximam do objetivo final. Naturalmente, esse nível de detalhamento pode ser expresso em um documento escrito, a exemplo do National Security Strategy, documento estadunidense (Silove, 2018).

Já os estudiosos que compartilham da ideia de Grande Estratégia como um princípio organizador a enxergam como um guia, sendo o princípio menos detalhado que um plano. Não há a necessidade de detalhar em um documento, e as ações são baseadas em uma ideia preexistente. Nesse sentido, considerando a GE como um princípio, é mais fácil identificá-la em diversos governos, já que não há necessidade de um documento comprobatório. Esse princípio geralmente é definido por um termo ou frase que sintetiza a doutrina a ser seguida, como é o caso da Grande Estratégia

de contenção dos EUA em relação à URSS no período da Guerra Fria (Silove, 2018).

Um problema dessa abordagem, é que a única diferença entre um princípio e um plano é o nível de detalhamento, levantando o questionamento se os conceitos são realmente distintos. Além disso, na ausência de um documento definindo as ações e os meios, a observação dos atores se torna complexa, para entender suas motivações (Silove, 2018).

Por fim, Silove (2018) define o significado de uma GE ligada ao comportamento. Seguindo esse ponto de vista, o padrão no comportamento é, por si só, definidor de uma Grande Estratégia, não sendo necessário o detalhamento em um plano ou a elucidação de um princípio orientador. Há um debate se esse comportamento se origina ou não de um plano ou princípio, mas, de toda forma, há uma análise apenas do comportamento. Alguns autores ainda assinalam a importância da ação de agentes individuais na construção dessa GE.

Ao seguir essa lógica, é possível entender que qualquer Estado, inclusive os pequenos, possui escopo e preocupação suficientes para construir uma Grande Estratégia, já que possui interesses nacionais expressos em objetivos de longo prazo e dispõe de meios para instrumentalizar seus recursos (Balzacq; Dombrowski; Reich, 2019).

Outra divisão, feita por Miller (2010), entende a Grande Estratégia de Grandes Potências distinta em relação aos objetivos de políticas de segurança e em relação aos meios no emprego dessas políticas. Aqueles que se dividem em relação ao objetivo podem ter uma GE realista, quando as estratégias focam em balancear capacidades com os oponentes, ou uma GE ideológica, a qual foca em promover uma ideologia, tais como a democracia ou o livre mercado. Já para aqueles que se dividem no sentido dos meios que adotam, tem-se a GE ofensiva e a defensiva. Aquela advoga em prol do uso massivo e unilateral da força militar, enquanto esta defende o uso mínimo e multilateral. Por multilateral entende-se uma coalizão capaz de impor constrangimentos institucionais efetivos, mesmo quando no hegemon (diferentemente do que ocorre no Conselho de Segurança da ONU).

Nesse contexto, existe uma sobreposição das divisões de meios e objetivos. Por exemplo, pode-se ter uma GE ideológica, que busca projetar uma noção específica, por meios defensivos ou ofensivos (com uso da força) ou uma GE

realista que adota meios defensivos ou ofensivos. A combinação dessas dimensões resulta em quatro tipos ideais de Grande Estratégia: realista ofensiva; realista defensiva; promotora de ideologia defensiva e promotora de ideologia ofensiva (Miller, 2010).

A GE realista ofensiva disputa hegemonia e aplica o uso massivo e unilateral de força; a defensiva realista foca em maximizar a segurança por meio do balanceamento, da dissuasão e do uso multilateral de forças. A promotora de ideologia ofensiva enfatiza na mudança de regime pelo uso da força (como na imposição democrática comumente aplicada pelo ocidente). E, por fim, a GE promotora de ideologia defensiva foca em utilizar *soft power*, instituições e diplomacia para solucionar conflitos. Esses tipos ideais, contudo, foram pensados dentro da lógica de uma construção de GE por Grandes Potências (Miller, 2010).

Buzan (2014) também estabelece quatro funções de uma Grande Estratégia: 1) estabelecer critérios de formulação para política externa e segurança; 2) criar um ambiente estável e coerente para essas escolhas políticas; 3) legitimar essas políticas explicando-as à sociedade e 4) projetar uma imagem do país a nível externo (seja ela ofensiva, defensiva ou mesmo de manutenção de *status quo*). Além disso, uma GE pode ser avaliada por quatro parâmetros principais: custos, riscos, probabilidade de sucesso e moral, este último sendo condicionado aos padrões universais para ser avaliado.

Outrossim, em GEs focadas no crescimento (aqui no sentido de avançar na hierarquia sistêmica), Buzan aponta duas opções: ou a GE será voltada para o bélico ou para o crescimento pacífico. Nessa lógica, uma GE que se volta para o crescimento por meio de ações ofensivas prepara o Estado para uma Guerra hegemônica, algo que parece não aderir ao contexto sistêmico desde o século XX. Sendo assim, então, atualmente prevalece-se a GE focada em crescimento pacífico, a qual determina um processo de via dupla: o poder emergente se adequa as regras e estruturas presentes; e em paralelo outras Grandes Potências aderem a mudanças nessa estrutura para acomodar as novas configurações e status de poder que vão surgindo (Buzan, 2014).

Ademais, para Buzan (2014) em países autocráticos apresenta-se a necessidade de balancear o poder do Estado como agente principal e a permissão

de participação de parcelas civis, por meio de mecanismos como o *soft power*, por exemplo.

Ao seguir essa lógica entende-se que o processo de formulação de uma GE envolve sim, a definição de um interesse nacional por um líder, mas não apenas. Existem constrangimentos que advêm do contexto doméstico e não apenas no campo da aprovação ou legitimidade. Entende-se que há influência de vários grupos de interesse, tais como *policy makers*, lobistas, grupos sociais, grupos de empresários etc. (Kitchen, 2010).

Para Kitchen (2010) a Grande Estratégia de um país não resulta apenas da junção de fatores exógenos e sistêmicos, considerações de poder e segurança, mas também de fatores culturais e ideológicos domésticos. Apesar da importância em considerar fatos empíricos para determinar uma ameaça, não se pode diminuir a relevância da percepção na construção dessa ideia. Mesmo que não haja capacidade ou intenção, ideias em relação à cultura, à ideologia e à história podem determinar um Estado como ameaça.

De forma complementar a essa ideia, Goddard e Krebs (2015) discutem a importância da legitimidade na construção e efetividade de uma Grande Estratégia. Por legitimidade, entende-se aqui a forma que atores políticos justificam suas ações frente a uma audiência na intenção de garantir a aprovação e suporte delas para tal. Isso se dá, pois, a legitimidade é central no processo de formação dos elementos constitutivos da GE: interesse nacional; priorização de ameaças; definição dos caminhos de vencer tais ameaças (aqui mais uma vez esclarece-se a possibilidade de médios e pequenos estados de identificar esses caminhos já que possuem também certas capacidades e recursos a seu dispor) e mobilização de recursos domésticos para emprego diplomático internacionalmente na busca por neutralizar oponentes.

Rogers (2009) aponta a importância do discurso político na construção de uma GE, ou seja, como os desafios e ameaças são definidos pelos atores e quais medidas são tomadas para lidar com tais questões. Nesse sentido, a ideia de meios e fins, central para a construção de uma Grande Estratégia, perpassa pela articulação de uma ideia por um agente hegemônico. Essa noção por si só, enfraquece o argumento de que apenas atores internacionais bastante militarizados

podem possuir uma Grande Estratégia, já que a cultura de segurança de uma comunidade pode ser entendida como contexto para motivar a ação.

Em suma, a definição de objetivos e a legitimidade destes por uma comunidade pode ser observada dentro dessa ótica de construção de discurso, a exemplo da GE dos EUA na Guerra Fria ou a própria GE do Brasil durante o período militar.

Para Couto e Silva (1991, p.23-25) a Grande Estratégia pode ser entendida como política de Segurança Nacional, já que a guerra moderna é uma guerra total a estratégia nacional moderna deve também ser total e unificada. Nesse contexto, a Segurança Nacional está intrinsecamente ligada ao combate à expansão comunista, o que garante que na base dos objetivos da GE brasileira do período houve conexão profunda com a construção da Doutrina de Segurança Nacional e o chamado combate à subversão. Além disso, Couto e Silva (1991, p. 23-25) defende a necessidade de analisar os fatores geopolíticos nacionais (aspectos geográficos, militares, econômicos e psicossociais) enquanto componentes da Segurança Nacional, já que é fundamental para articular o poder nacional e projetar o país internacionalmente, em especial na América do Sul.

Nesse sentido, mesmo considerando que existam interesses privados e individuais por trás de uma GE, apenas uma estratégia baseada no interesse nacional pode ser facilmente legitimada e, portanto, entendida como algo a serviço de um bem-estar nacional a longo prazo (Goddard; Krebs, 2015).

Finalmente, a legitimidade se mostra inerente ao processo de execução de uma Grande Estratégia, já que a concentração de recursos perpassa a mobilização do público doméstico. A conquista de aliados internos possibilita sustentar os objetivos no âmbito internacional de forma longínqua. Ademais, a legitimação do público internacional também se faz relevante, pois, o significado de eventos globais e do surgimento de novas estruturas não é atribuído de forma automática, precisa ser incluído nesse processo de aceitação (Goddard; Krebs, 2015).

O ambiente doméstico também traz desafios. Tópicos como ideologia partidária e interesses econômicos específicos podem afetar diretamente a formulação de uma política externa e, em maior grau, de uma GE. Seguir uma agenda comum entre governos distintos (diferentes mandatos presidenciais) implica em uma concordância de interesses entre as elites domésticas. Em caso de

ausência dessa comunhão, insistir no plano de longo prazo pode ser contraprodutivo, em face de mudanças governamentais extremas um planejamento flexível pode ter mais chance de atingir sucesso (Popescu, 2018).

Em relação à temporalidade conferida à Grande Estratégia, quando os objetivos e meios são definidos a longo prazo, torna-se mais difícil que Estados e seus agentes formuladores da GE prevejam o futuro do sistema internacional. Na Guerra Fria, entre as décadas de 40 e 90, era mais fácil formular previsões e, assim, definir objetivos e ações dentro do longo prazo. Hoje, muitos líderes e agentes consideram desvantajoso investir numa GE de forma bem-sucedida (Popescu, 2018).

Levanta-se, portanto, a discussão do emprego de ações de curto prazo na GE, seus custos e benefícios para um *policy maker*. O fato é que essa discussão que se apresenta hoje em grandes potências já é central em estados médios e pequenos, considerando que as interferências sistêmicas e domésticas são mais intensas, portanto o longo termo mais suscetível às instabilidades. Pensar a GE dentro não só do longo termo, mas a nível de governos, buscando um equilíbrio entre longo e curto prazo, é uma alternativa para essa questão.

Segundo Golbery (1991, p. 23-25) a Estratégia Nacional deve ser resultante dos objetivos nacionais permanentes (O.N.P.), os objetivos de longo prazo, e os objetivos nacionais atuais (O.N.A), objetivos de médio e curto prazo que servem ao propósito de traduzir os objetivos permanentes em ações palpáveis e adaptáveis. Os O.N.A. evoluem em função dos acontecimentos e das forças (favoráveis ou desfavoráveis) que atuam nos campos nacional e internacional. Dessa forma o Estado garante a manutenção do longo prazo sem se deixar abater pelas ameaças e conjunturas que surgem no curto prazo, o que garante a manutenção dessa Estratégia Nacional.

Para Pacheco, Carvalho e Montenegro (2025), a manutenção desse longo prazo é uma dificuldade para as Potências Médias. Esses Estados que não são grandes nem pequenos, com projeção de poder primariamente em seu entorno regional, e capacidade de influência internacional com impacto sistêmico reduzido geralmente enfrentam instabilidades políticas com mais frequência, além de desafios relacionados ao desenvolvimento econômico e limitação de recursos.

Nesse contexto, potências médias tendem a focar nos ganhos de curto e médio prazo, obtendo o máximo de ganhos possíveis dentro da conjuntura em que se inserem. Além disso, o desenvolvimento econômico ocupa lugar de destaque entre os objetivos dessas GEs, já que essas potências médias precisam quebrar cadeias de dependência e alcançar a industrialização, pois um país com economia mais robusta está mais apto a expandir outras formas de poder, incluindo o militar (Pacheco, Carvalho e Montenegro, 2025).

A Grande Estratégia do Brasil é um caso representativo desse processo. Enquanto país periférico, o Brasil precisa articular seus objetivos a partir de um contexto de instabilidade política e recursos limitados. Por esse motivo sua GE depende de condições domésticas favoráveis e também do progresso econômico. Para além desses fatores a preocupação com o entorno regional é outro fator marcante da GE brasileira e de potências médias. Como essas potências se caracterizam pela sua forte influência regional é nesse plano que estão contidas as principais preocupações em termos de segurança dessas potências. Por fim, destaca-se a importância do poder militar nesse processo, que deve ser um instrumento disponível para aplicação direta ou indireta (Alsina Júnior, 2014).

No caso específico do Brasil, Alsina Júnior (2014) apresenta a Grande Estratégia do Barão do Rio Branco (1902-1912) como exemplo dessas características. Suas políticas buscavam uma hegemonia regional, firmando o país como primeira potência da América do Sul, em que o fortalecimento da força militar, em especial da força naval, era central para a soberania e o prestígio internacional. Ademais, suas políticas visavam articular a força diplomática e econômica do país na garantia desse objetivo (Alsina Júnior, 2014).

Percebe-se que as discussões em torno do conceito de Grande Estratégia envolvem dois entendimentos distintos do que deve ser seu objeto principal e sua forma de materialização. A corrente classicista, usando a classificação de Balzacq; Dombrowski; Reich (2019), se alinha a um conceito precedente de Grande Estratégia que advém dos estudos da estratégia militar, portanto, autores como Liddel Hart (1954), Posen (1989) e Gray (2010) focam na alocação de recursos militares e a definição de planos, objetivos e metas que envolvam resolução de conflitos dessa natureza como teor principal.

Internacionalistas, por outro lado, compõem uma corrente com debates diversos com autores como Kennedy (1996) e Brands (2014) que englobam outras dimensões do poder estatal: econômico, cultural e político, além de autores como Rogers (2009), Kitchen (2010), Goddard e Krebs (2015) e Buzan (2014) que incluem debates sobre a influência das elites domésticas e da legitimidade na construção e manutenção de uma Grande Estratégia.

Essa corrente também inclui discussões sobre as diferentes formas dessa Grande Estratégia ser materializada por meio de documentos ou princípios (Silove, 2018) e ainda sua relação com o longo, médio e curto prazo a partir das limitações enfrentadas por cada estado (Popescu, 2018).

É também dentro desse escopo que são incluídas discussões sobre a construção de uma Grande Estratégia por potências médias, se afastando da ideia clássica de que apenas grandes potências têm capacidades suficientes para materializar seus objetivos de longo prazo (Alsina Júnior, 2017; Pacheco, Carvalho e Montenegro, 2025).

Também se destacam a construção teórica voltada para o caso brasileiro, especificamente partindo de Couto e Silva nos anos 60 mas mais expandida para o contexto atual considerando diferentes expressões e tentativas de construção de uma Grande Estratégia brasileira. Debates como os de Alsina Júnior (2017), Pacheco, Carvalho e Montenegro (2025) Milani e Nery, Alves (2022) e Barcellos (2017) encorpam a discussão de que em diversos momentos o Brasil pode ter tentado construir um planejamento de longo prazo que aplicasse seus diferentes recursos em torno de um interesse nacional.

Por essa razão essa pesquisa se alinha à vertente internacionalista e comparativa de estudos de Grande Estratégia e enquadra a experiência do Brasil enquanto construção de Grande Estratégia por uma Potência Média, usando como base empírica principal a taxonomia de Silove (2018). Além disso, debate a utilização de recursos que envolvem as capacidades mais variadas do Estado, para além da militar e entende a necessidade de expandir a análise para identificar expressões que podem ou não estar documentadas ou arquitetadas no longo prazo mas que demonstrem intenção de direcionar o país para construir uma estratégia de Estado em busca de alcançar um interesse nacional bem delimitado.

Ao analisar o recorte sob o qual se debruça essa pesquisa, identifica-se ainda na construção da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento as bases iniciais daquilo que viria ser uma Grande Estratégia brasileira. Nesse contexto, principalmente na busca por uma hegemonia regional, houve a centralidade do desenvolvimento econômico como força motriz de ações conjunturais que visavam o fortalecimento do país de forma sustentável a longo prazo.

Essas características foram primeiramente desenhadas a nível teórico pela obra de Golbery do Couto e Silva, mas perpassam a construção de uma escola geopolítica brasileira que se preocupou com questões de território, segurança, projeção regional e principalmente o desenvolvimento. Visando então compreender a centralidade do desenvolvimento enquanto agenda comum na Geopolítica brasileira e conseqüentemente da formulação de uma Grande Estratégia dentro dos desafios e limites de uma potência média, o próximo tópico terá as principais discussões e contribuições dessa escola como foco.

### **3.1 A questão do desenvolvimento para a Geopolítica brasileira**

O objetivo deste tópico é salientar a simbiose entre a agenda da Geopolítica brasileira, entre as décadas de 30 e 60, e a formulação de uma Grande Estratégia nacional. Ambas tinham o desenvolvimento econômico como caráter central das suas discussões e projetavam uma ideia semelhante de Brasil, focada na hegemonia regional, instrumentalização de seus recursos naturais e de seu território. Inclusive, parte dos objetivos e metas apresentados nos dois planos nacionais de desenvolvimento têm as ideias e contribuições da escola geopolítica brasileira como base teórica.

Sendo assim, este tópico irá inicialmente apresentar as ideias discutidas pelas duas gerações da geopolítica brasileira do período e as principais contribuições desses autores para a GE brasileira. Em seguida, o tópico debaterá a influência do desenvolvimento na construção desse interesse nacional compartilhado e, conseqüentemente, na estruturação dos documentos estratégicos brasileiros.

Segundo Kjellen (*apud* Teixeira Júnior, 2017), o termo geopolítica se refere à relação entre o espaço físico e os acontecimentos políticos, ou seja, se dedica ao estudo de estratégias para os territórios nacionais e estrangeiros. A separação entre

o campo da geopolítica e da geografia política ocorreu no início do século XX a partir das contribuições de Mackinder, instituidor da teoria do poder terrestre

A partir da década de 30, desponta o pensamento geopolítico brasileiro, que é bastante influenciado pela teoria do poder terrestre (Albuquerque, 2011). A teoria do poder terrestre defende a existência de uma “ilha mundial” a qual concentra uma área pivô, o *heartland*, dotado de recursos naturais e demográficos além de ser defensivamente estratégico pela sua localização. Ao partir-se de uma lógica em que os oceanos são uma só superfície líquida os continentes são entendidos como ilhas, nesse sentido a “ilha mundial” é composta pela Eurásia e pela África. Assim, o domínio da Europa Oriental garante o controle do *heartland*, o que garante o controle da “ilha mundial” e, por conseguinte, do mundo (Teixeira Júnior, 2017).

Em geral, o pensamento geopolítico nacional é marcado pela produção de militares e diplomatas mais timidamente, destaca-se a contribuição de dois civis nesse contexto Beckheuser e Therezinha de Castro (Albuquerque, 2011). Segundo Miyamoto *apud* Freitas (2004) o pensamento geopolítico brasileiro pode ser dividido em cinco fases temporais. A primeira fase compreende a sistematização inicial da Geopolítica, marcada por nomes como Mário Travassos e Beckheuser, e se deu entre os anos de 1920 e 1930. A segunda fase, iniciada a partir da década de 1940, marcou a expansão da área no país, especialmente na produção de trabalhos teóricos. A terceira fase caracteriza-se pela forte influência da Escola Superior de Guerra e têm caráter bastante doutrinário, conversando com o contexto internacional da Guerra Fria, um dos principais nomes dessa fase é Golbery do Couto e Silva.

A quarta fase inicia-se com a ditadura militar em 1964 e é marcada pelo binômio segurança e desenvolvimento e a preocupação em tornar o país uma Grande Potência, destacam-se os trabalhos de Therezinha de Castro e Meira Mattos. Por fim, a quinta fase compreende o período entre 1980 e 1990 e é marcada pela transição democrática e as questões da globalização (Miyamoto *apud* Freitas, 2004). Para entender a origem da Grande Estratégia brasileira a ser produzida entre 1971 e 1974 é indispensável se debruçar pelos estudos desenvolvidos nas quatro fases iniciais da Geopolítica brasileira.

Em relação à contribuição militar, nota-se a influência do alinhamento ideológico histórico com os EUA, mas que a partir dos anos 60 começou a buscar

um novo centro gravitacional para a sua geopolítica inspirado na PEI<sup>4</sup> (idealizada por Goulart e Quadros). A solidificação do campo coube a Escola Superior de Guerra (ESG), que estabeleceu para o pensamento geopolítico nacional o binômio Segurança e Desenvolvimento e teve a marca de pensadores como Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos e Meira Mattos, que também tiveram papel enquanto construção da ideologia da Ditadura Militar (Albuquerque, 2011).

Mário Travassos inaugura as discussões ressaltando a importância da extensão territorial do Brasil para sua projeção enquanto potência regional (Meira Mattos, 2000). Ele estabelece três pontos centrais da geografia do continente que caracterizam o complexo geopolítico sulamericano: a tendência dos países de possuírem mais de uma saída para o mar, podendo ser mares diferentes (Atlântico e Pacífico), a aspiração pelo domínio das bacias hidrográficas e a propensão dos Estados a expandir o seu domínio pelas vias de tráfego, algo ilustrado pela própria expansão argentina pela via ferroviária (Travassos, 1938).

Segundo Travassos (1938), o continente sul-Americano é formado por dois antagonismos principais: a oposição dos oceanos Atlântico e Pacífico e a oposição entre a bacia do Amazonas e a bacia do Prata. No caso da oposição entre os oceanos, além de se dar ao longo de toda a extensão continental percebe-se uma barreira física entre eles formada pela Cordilheira dos Andes. Já o antagonismo entre as bacias se dá entre a porção norte e sul do território, essencialmente na porção atlântica.

Nesse contexto continental, o Brasil se destaca como possuidor de dois terços da costa atlântica e parte das bacias amazônica e platina. Estas, por suas características físicas e econômicas, marcam a divisão de dois brasis: o amazônico que se conecta diretamente com o Oceano e tem ampla capacidade de penetração e o platino que apesar de não se conectar naturalmente ao oceano, conta com uma quantidade expressiva de portos. Fica clara a disposição de recursos naturais e geopolíticos que essas três características conferem ao país (Travassos, 1938).

Uma forma central de explorar estes recursos e obter progresso é a integração de modais diversificados de transporte, especialmente aproveitando-se as bacias hidrográficas. Uma política de comunicação entre todos os meios de

---

<sup>4</sup> Política Externa do Período Quadros (1961)- Goulart (1961-1964) caracterizada por caráter nacionalista e pragmático que buscou atingir os objetivos nacionais se afastando de preconceitos ideológicos (Cervo; Bueno, 2015, p. 331.)

transporte fortalecida, então, é a garantia de uma projeção continental forte do Brasil em contexto geopolítico e econômico. Além disso, a articulação de uma rede de transporte para a região da Bolívia e Paraguai, mais especificamente o triângulo formado por Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e Sucre (*heartland* sulamericano) era essencial ao Brasil para garantir o acesso aos recursos econômicos e a hegemonia da região (Travassos, 1938).

Para Backheuser (*apud* Meira Mattos, 2000), a interiorização se fazia essencial, além de uma redefinição de capital e estabelecimento de novas fronteiras. De fato, seu pensamento influenciou a criação dos territórios federais de Amapá, Roraima, Rondônia, Fernando de Noronha, Ponta Porã e Foz do Iguaçu.

Golbery do Couto e Silva, para além da formulação da Doutrina de Segurança Nacional que ditou os rumos institucionais na repressão durante o período militar brasileiro e esteve na gênese da Operação Condor, contribuiu com a inclusão da Amazônia nos debates geopolíticos brasileiros. (Albuquerque, 2011; Freitas, 2004).

Sua contribuição também foi importante para fundamentar a Geopolítica brasileira enquanto doutrina sustentadora da Estratégia Nacional ou Grande Estratégia. Nesse contexto, a Geopolítica é o campo em que a política, estratégia e geoestratégia se encontram e por sua vez são subordinadas à Política de Segurança Nacional (Couto e Silva, 1967, p.24-25; 150-155).

Nesse sentido, ele idealiza a Doutrina de Segurança Nacional a Grande Estratégia e a Geopolítica como campos integrados: a Geopolítica alimenta a construção da Estratégia, que por sua vez deve ter seus Objetivos Nacionais, permanentes ou adaptáveis, a serviço da DSN. Sendo assim, deve-se entender ações do Brasil ligadas à DSN, como a sua participação na Operação Condor como parte integrante ou até mesmo norteadora dos seus princípios geopolíticos e estratégicos.

Couto e Silva ainda dividiu as diretrizes geopolíticas entre internas e externas. A principal preocupação interna é a valorização e integração do território, sendo o povoamento extremamente importante para a proteção das áreas de fronteira e do *heartland* brasileiro formado pelas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. No âmbito externo, frisou a importância do Nordeste brasileiro como ponto central de domínio do Atlântico Sul e estratégico para ataques a Europa e África e nesse sentido também ponto de vulnerabilidade máxima a ataques, assim como a fronteira

com o Uruguai no Sul se estendendo até o Mato Grosso (aqui num contexto de ataques regionais) (Freitas, 2004).

No caso das diretrizes externas, Couto e Silva (1967, p.93-94) destaca a importância de manter a atenção à proteção de fronteiras e o compromisso celebrado com os EUA de salvaguardar o hemisfério. Além disso, ele recomenda a preocupação com a manutenção de valores de interesse em todo o território internacional e destaca o papel do Brasil em se posicionar como porta-voz desse processo para além da América do Sul, nesse sentido destacando a necessidade de cooperar internacionalmente com esse objetivo em mente.

Ainda nesse viés, destaca-se a posição estratégica do Brasil em participar da “defesa da civilização ocidental”. Isso se deve pela localização geográfica do país, integrante do segundo bloco de segurança no ocidente, atrás apenas da América do Norte. Nesse sentido, o principal risco enfrentado pelo país e seus vizinhos latino-americanos seria a infiltração do comunismo na região. Mais uma vez pontua-se a importância da colaboração com os países vizinhos na manutenção da segurança nacional e o destaque estratégico que ela pode trazer ao país (Couto e Silva, 1967, p. 227-246).

A Meira Mattos coube o papel de elevar o pensamento geopolítico de expansão para além da América do Sul. Meira Mattos (1975) enxergava o Brasil como uma potência mundial em expansão e com plenas capacidades de inserir-se na competição dada no Sistema Internacional. Além disso, destacou a importância da Amazônia enquanto grande extensão territorial dentro da América do Sul e enquanto reserva de água doce e florestas e nesse sentido a necessidade de explorar tais recursos (Freitas, 2004).

Ele acreditava que o Brasil já possuía um status de potência média entre as décadas de 60 e 70 e possuía todas as características necessárias para galgar um espaço de Grande Potência naquele momento: dimensão geográfica; população; recursos naturais; capacidade tecnológica e científica e coesão interna. Sendo assim teve ampla influência na construção da ideia de um “Brasil Potência”, que segundo ele seria uma realidade até o ano 2000 (Freitas, 2004).

Ao aliar as contribuições sobre o poder continental de Mário Travassos (1935) com instrumentos de análise prospectiva, Meira Mattos (1959) fundamentou uma ideia de que o Brasil possuía a capacidade para se tornar uma potência mundial. A chamada fórmula do poder perceptível ( $Pp = (C + E + M) \times (S + W)$ ) buscou medir

as capacidades nacionais a partir do seu conjunto de capacidades econômicas, militares, estratégicas e incluía também a vontade nacional e a massa crítica. Para materializar esse processo, ele acreditava que o desenvolvimento deveria ser a peça-chave das políticas nacionais (Meira Mattos, 2000).

Em relação ao território Meira Mattos (1975) destaca a grande extensão continental do Brasil e a necessidade de dominar meios tecnológicos para garantir a conservação do seu espaço territorial, a exemplo da experiência de outros países como França, Estados Unidos e China. Sendo assim, ele defende que o avanço da ciência e tecnologia fornecem os recursos necessários para vencer as dificuldades naturais e nesse sentido a geopolítica moderna deve tratar o espaço como algo equipado por diversos instrumentos: portos, túneis, ferrovias, necessários não só para manter, mas também para expandir o espaço territorial (Meira Mattos, 2000).

Destaca-se, nesse processo, a importância de valorizar a interiorização do Brasil. O projeto desenvolvimentista naquele momento dependia diretamente da proteção e valorização do espaço continental brasileiro, mas em especial do espaço amazônico e da conexão com o centro-oeste do país. Isso seria garantido pelos altos investimentos na construção de uma infraestrutura de transporte e comunicação, além do povoamento nessas regiões. Essas ideias estavam também bastante expressas no projeto político já em curso na época embasado pelo Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1971), focado em grandes investimentos, grandes obras e na construção do que seria a ideia de “Milagre Econômico” e traziam as importâncias da segurança interna aliada à já bastante defendida defesa da segurança nacional no contexto externo, ambos pilares do desenvolvimento nacional (Meira Mattos, 2000).

Por fim, Castro destaca-se pela sua contribuição nos estudos geopolíticos do Atlântico Sul e pelo seu pioneirismo nos estudos antárticos (Castro, 2009, p. 341-367).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Castro também reforçou a centralidade da região amazônica enquanto a área estratégica na região do Atlântico Sul, por representar uma conexão com áreas geográficas igualmente importantes, principalmente na região da Bolívia. Seu principal argumento foi na instrumentalização da bacia amazônica para gerar uma “atração repulsiva”, ou seja, utilizar a atração da região de potências externas para gerar desenvolvimento e integração local e assim garantir a autonomia da comunidade (Castro, 2009, p. 341-367).

Além disso, reitera-se novamente a importância do Atlântico Sul enquanto ponto estratégico na segurança do hemisfério. Especificamente para Castro o Brasil ocupa uma posição geográfica pivô para defesa ocidental, não só por conta da sua extensão territorial, mas pela sua área de litoral extenso. Nessa lógica, o litoral brasileiro representaria um ponto central de passagem entre a região caribenha e austral e também extrema proximidade da região nordestina com o litoral ocidental

Havia um entendimento comum, apesar das diferenças teóricas, entre os pensadores de geopolítica brasileira de que as principais ameaças ao país estavam em sua grande extensão de fronteiras e na baixa integração territorial no contexto doméstico. Isso contribuiu para a percepção de que a concentração do poder e o fortalecimento do Estado eram essenciais para o processo de superação desses desafios e conseqüentemente alcançar o progresso nacional. A busca pelo progresso, por sua vez, alimentou a construção de um projeto geopolítico do Brasil enquanto potência, mundial ou regional, indissociável da agenda do desenvolvimento econômico (Farias, 2021).

Em sua gênese a preocupação da geopolítica brasileira se centraliza principalmente na vasta extensão do território nacional, na dificuldade em integrar esse território demograficamente, e na necessidade de se posicionar como a hegemonia regional. Apesar dos pensadores abordarem estas questões de formas distintas, uma noção é central: o Brasil precisa instrumentalizar seus recursos naturais para garantir a sua sobrevivência e se destacar enquanto potência, seja ela regional ou mundial.

A partir de Couto e Silva, a ideia de que o caminho para atingir esses objetivos é o planejamento e a estratégia começa a se difundir para além do campo geopolítico. Outros pensadores, como Meira Mattos e Castro, também vão defender o investimento na infraestrutura interna para garantia de segurança de fronteiras e desenvolvimento econômico forte para fortalecer a autonomia decisória do país. O que é necessário para viabilizar esses projetos é unânime: o Estado deve interferir e

---

africano, tornando a sua dimensão marítima estratégica. Apesar disso, a relação com os Estados Unidos é repensada criticamente por ela, diante do contexto de discordâncias com o Brasil a partir da evolução do pragmatismo responsável entre 1974 e 1979, e conseqüentemente, do posicionamento do Brasil em pautas mais próximas dos países periféricos além da evolução de agendas fortalecedoras do poder nacional como o programa nuclear em detrimento dos interesses estadunidenses (Castro, 2009, p. 341-367).

Em relação à Antártica, Therezinha de Castro foi pioneira ao determinar a importância em reivindicar um espaço na região. Ela desenvolveu a Teoria da Defrontação, em que determinava parâmetros longitudinais os quais definiam o direito dos países da América do Sul a determinadas porções territoriais na Antártica. Segundo esses critérios, o Brasil possuía direito a maior porção territorial e por isso deveria liderar as negociações diplomáticas para partilha das terras. A importância estratégica dessa região se fundamentava em três pontos principais: primeiro, em caso de fechamento do Estreito de Magalhães o Estreito de Drake localizado na região seria a alternativa para passagem de navios porta-aviões; segundo, a região poderia ser uma localização de bases de controles de transportes supersônicos e bombardeiros dirigidos e por fim, em caso de avanço científico no estudo do clima a região poderia contribuir para o Brasil numa possível guerra meteorológica já que lá se originam as massas de ar para o hemisfério sul (Castro, 2009, p. 369-399).

direcionar as ações econômicas, militares e políticas, instrumentalizando recursos para atingir objetivos estratégicos. Por fim, os pilares principais do interesse nacional se estabelecem como desenvolvimento econômico e a proteção contra a subversão (alinhada ao contexto político e ideológico da época), nesse sentido indissociável.

### **3.1.1 O desenvolvimentismo e a Doutrina de Segurança Nacional do Brasil**

A própria noção do que seria o desenvolvimento econômico foi pensada de forma dependente de um projeto nacional de longo prazo que tinha por objetivo a evolução na hierarquia internacional e a projeção de poder. As principais definições de desenvolvimento entre 1930 e 1980 no Brasil entendiam esse processo como resultado de ações que não viriam naturalmente e precisariam da confluência de interesses domésticos e oportunidades internacionais mediadas pela ação estatal (Farias, 2021).

Para Furtado (2016, p. 24) a teoria do desenvolvimento econômico compreende uma perspectiva macroeconômica do aumento da produtividade do trabalho. Essa análise, por sua vez se divide em dois patamares: o primeiro se dedica a análise teórica do crescimento, ou seja, propõe e discute modelos econômicos, o segundo patamar é a verificação do comportamento desses modelos econômicos no plano histórico, assim se dedica a compreender a influência da estrutura econômica para determinação do grau de desenvolvimento de um Estado.

Um Estado desenvolvido é aquele em que só é possível aumentar a produtividade do trabalho (*per capita*) a partir da introdução de novas técnicas ou tecnologias, novas combinações de fatores e produção. Portanto, Estados que podem aumentar sua produtividade com a aplicação de técnicas e tecnologias já existentes são considerados subdesenvolvidos em diferentes graus, já que possuem algum nível de deficiência em utilizar os fatores de produção disponíveis. Ambas as classificações levam em conta o contexto histórico atual em que os Estados e a produção se inserem (Furtado, 2016, p.93-95).

Enquanto ideologia, o desenvolvimento tem por objetivo principal superar a pobreza e o subdesenvolvimento, ou seja, alcançar o desenvolvimento econômico. Para tal, parte de algumas premissas ideológicas centrais: 1) o caminho para superar o subdesenvolvimento é a industrialização, 2) para alcançar a industrialização é necessário que o Estado possua um planejamento, visto que ela não ocorrerá de maneira espontânea, 3) esse planejamento deve definir quais

setores devem ser expandidos, em que medida isso deve ocorrer e quais meios necessários e por fim, 4) o Estado deve controlar essa expansão a partir da captação de recursos financeiros inclusive internacionais (Bielschowsky, 1988, p. 7-8).

No Brasil, o desenvolvimento resulta de várias correntes de pensamento que se desenvolveram separadamente durante o século XIX, são elas: o positivismo, o nacionalismo, o intervencionismo econômico e a defesa da industrialização. Além disso, é entendido como um guia de ação, ou seja, políticas deliberadamente implementadas e que precisam de vontade para ocorrer, sendo a vontade superar o contexto em que o país se insere (Fonseca, 2015).

Ainda no campo ideológico, o desenvolvimento entende que o Estado deve se caracterizar pelo capitalismo político, em que ele controla os investimentos e os lucros, deve haver também um discurso explícito voltado para a defesa do desenvolvimento e da intervenção do Estado na sua promoção. além de uma institucionalização burocrática bem estabelecida. Em suma, o desenvolvimento deve representar um projeto ou estratégia deliberada para a nação, como perspectiva de futuro, a intervenção consciente do Estado para alcançar esse projeto e por fim, a industrialização como principal meio para aceleração do crescimento econômico (Fonseca, 2015).

Ao Estado desenvolvimentista cabe um caráter mais ligado ao planejamento, mensuração de metas e taxas a serem buscadas e os meios para alcançá-las. Destaca-se que para classificar um Estado como desenvolvimentista é preciso observar não só aquilo que foi alcançado, mas também a intenção de determinado projeto, mesmo que este não tenha tido êxito (Fonseca, 2015).

No caso do governo Geisel (1974-1979) pode-se identificar sete variáveis principais associadas ao caráter desenvolvimentista: 1) a existência de um projeto nacional de superação do subdesenvolvimento; 2) definição do crescimento econômico com prioridade e a intervenção estatal como meio para viabilizá-la; 3) A implementação de políticas voltadas para o crescimento econômico; 4) A intenção (e efetivação) da entrada de capital estrangeiro; 5) presença de uma burocracia estatal sólida; 6) a elaboração de um documento técnico que expressava todos esses interesses por meio de objetivos e metas e 7) a utilização de um banco de desenvolvimento para fomentar a produção (Fonseca, 2015)

A partir do governo Costa e Silva (1967-1969) o Brasil começou gradativamente a atuar com uma postura pragmática. O argumento em volta do interesse nacional foi sendo fortalecido, e sempre que o alinhamento automático com o norte hegemônico, principalmente Estados Unidos, confrontava esses interesses o país passou a buscar a diversificação nas suas relações diplomáticas, o Pragmatismo Ecumênico do Governo Geisel foi o ápice desse processo. Nesse sentido, o desenvolvimento e a modernização começaram a ocupar um papel de importância para fortalecer essa autonomia, a formação de um complexo Industrial militar, por exemplo, entrou em voga como um projeto necessário e urgente (Barcellos, 2017).

A Doutrina de Segurança Nacional então passa a servir o interesse de submeter a segurança a esse processo de desenvolvimento: agora a segurança não seria mais uma questão estritamente militar, mas também um pilar para o desenvolvimento econômico. Assim, a dimensão do combate à subversão é adicionada a outra preocupação estratégica: colocar em prática o projeto de um “Brasil Potência”. As doutrinas militares do período de 1949-85 unem direcionamentos de segurança e desenvolvimento para galgar o espaço global de projeção de poder ao Brasil. O paradigma nacional-desenvolvimentista da PEB inicia o processo de autonomia da PEx nacional e direciona os esforços para a superação do subdesenvolvimento a partir de Costa e Silva com o lançamento do PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento), aprimorado por Médici no I Plano Nacional de Desenvolvimento e atinge seu auge no período Geisel com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (Barcellos, 2017).

Dessa forma, os projetos geopolíticos pensados pelas escolas brasileiras do período traziam justamente o impulso às elites nacionais em projetar o Brasil internacionalmente por meio de políticas de estímulo ao crescimento, industrialização e superação do subdesenvolvimento, sempre posicionando a defesa da segurança nacional enquanto o elemento constitutivo e estimulador desse processo (Farias, 2021).

Fica evidente, então, que a construção dos objetivos nacionais e posteriormente de um planejamento estruturado e que podem ser os indicativos empíricos da tentativa de imprimir uma Grande Estratégia brasileira, nascem das ideias postas pelo pensamento geopolítico nacional. Não só pela origem semelhante, já que ambos os pensamentos são produzidos no seio militar e por

vezes pelos mesmos pensadores, mas também pelo enfoque dado ao desenvolvimento pela Geopolítica nacional, que define como e porque o Brasil deve-se alçar como player global no intuito de atingir o ápice de seus recursos e capacidades.

O resultado disso é o estabelecimento de uma doutrina que vai direcionar as ações do Estado brasileiro principalmente entre os governos Médici e Geisel: A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, adaptada pelo pensamento geopolítico com características estruturais essencialmente brasileiras. Ao retomar-se a classificação de Silveira (2018), entende-se que DSN nesse cenário funciona como um Grande Princípio, que orienta o interesse e guia as ações do Estado e em seu ápice influencia a construção de um Grande Plano, estruturado por alguns instrumentos institucionais, em especial os Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Esse entendimento é corroborado pela própria estrutura que Couto e Silva (1981) define para a Grande Estratégia: a Segurança Nacional enquanto pilar do interesse nacional engloba a GE, que por sua vez enquanto competência do Governo estrutura os objetivos permanentes do Estado aliando-os sempre a análise de fatores conjunturais para determinar de diretrizes governamentais nos campos econômico, político, social e militar.



Fonte: Couto e Silva (1981), adaptado pela autora.

É possível afirmar que os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento lançados no período buscam materializar esse planejamento estratégico voltado para o alcance do interesse nacional e, portanto, são a expressão da ação estatal em busca desses objetivos estratégicos delineados pela geopolítica brasileira. A

próxima seção se dedica então a explicitar as características desses planos enquanto expressão da Grande Estratégia brasileira.

### **3.2 Os documentos de Grande Estratégia do Brasil: Os Planos Nacionais de Desenvolvimento I (1971) e II (1974)**

O objetivo desse tópico é explicitar as principais características de cada Plano Nacional de Desenvolvimento: Quais são os seus principais objetivos e metas, as principais diferenças entre eles e como eles se enquadram enquanto documentos estratégicos do Brasil. Para isso, essa seção inicia fazendo um breve contexto histórico em que cada plano é lançado e em seguida posiciona cada plano dentro do contexto internacional, dimensionando como as metas de cada PND se relacionam com o interesse nacional do recorte em que ele se insere.

No período referente aos governos Médici e Geisel (1969-1979), o Brasil direcionou seus esforços para alçar o espaço de Grande Potência e para tal buscou alinhar ações que unissem estratégias geopolíticas e objetivos desenvolvimentistas. Diferente do que havia se instituído nos governos de Castelo Branco (alinhamento automático) e de Costa e Silva (tentativa de retomada da PEI), Médici busca executar o plano de um Brasil Potência, idealizado por Golbery e Meira Mattos. Na prática isso se desenhou com o lançamento de dois planos (documentos) que continham as diretrizes futuras de ações para país: o Programa de Metas e Bases (1970), que define os enfoques e ações futuras e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1971) que continha de fato os objetivos nacionais e nesse sentido pode ser entendido como a primeira materialização da GE brasileira (Pacheco, Carvalho e Montenegro, 2025).

A partir de 1968 a doutrina esguiana tomou a direção do nacionalismo autoritário e atrelou de vez o conceito de segurança ao desenvolvimento econômico. O governo Médici vai ser responsável por iniciar a materialização dessas ações, sob o argumento do projeto Brasil Potência o Estado vai assumir cada vez mais o controle do processo de desenvolvimento e, por conseguinte, de setores estratégicos da economia. Quando o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento é lançado o contexto internacional é de alta disponibilidade de capitais no mercado, o que corrobora a pretensão do governo brasileiro em absorver maiores fluxos de capital estrangeiro. Entre 1968 e 1973 o fluxo de investimento direto do Brasil saltou

de U\$61 milhões para U\$900 milhões de dólares ao lado de uma também galopante taxa de juros que saiu de 5,81% a.a no final de 1972 para 10,50% a.a no final de 1973 (Moniz Bandeira, 2013, p.453-504).

O I PND tinha três objetivos centrais para o desenvolvimento nacional: colocar o Brasil na categoria de nação desenvolvida; duplicar a renda per capita até 1980 e elevar a economia por meio de três dimensões: aumento da taxa de emprego, redução da inflação e aceleração da política econômica internacional. Para alcançar esses objetivos o plano julgava necessário a manutenção de um contexto de estabilidade política e segurança nacional interna e externa e traçou estratégias que englobam os âmbitos político, econômico e social e continham metas de médio e longo prazo (Brasil, 1971).

Em relação ao crescimento interno as estratégias envolveram a expansão da fronteira econômica; aproveitamento dos recursos humanos (qualificando-os) e solidificação do mercado interno. Na dianteira do processo, estão o setor de Indústria e Agricultura fortalecidos por uma estrutura nacional competitiva e com suas regiões bem integradas. Um exemplo de ações para suporte dessas metas foram o Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais, o Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização, desenvolvimento de novos setores industriais e o fortalecimento de indústrias básicas (Brasil, 1971).

Além disso, para alcance da estratégia de aproveitamento da continentalidade do território nacional e conseqüentemente do desenvolvimento do Nordeste foram estipuladas ações como o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste). Para a Amazônia, as ações se desenharam de dois eixos: integração física, econômica e cultural tanto com o Nordeste no sentido Leste-Oeste, quanto com o Planalto Central no sentido Norte-Sul, a partir de obras como a Rodovia Transamazônica e ocupação econômica com concessão de incentivos fiscais e isenções (Brasil, 1971).

No que se refere a estratégia voltada para o âmbito internacional, o plano reafirmou a fidelidade brasileira com o sistema interamericano de instituições e, portanto, o objetivo de consolidar órgãos como: CECLA, BID, ALALC e CECON. Além disso, também era objetivo diversificar as exportações na intenção de aumentá-las; aumentar a parcela de importações brasileiras nos mercados de países desenvolvidos e a constituição de uma infra-estrutura no exterior capaz de dar suporte a essas operações, tais como: consórcios de exportação, aumento dos

prazos de financiamento e ampliação de redes de banco nacionais no exterior e entrepostos comerciais (Brasil, 1971).

O Brasil de Médici tinha a intenção de se posicionar enquanto potência emergente, se diferenciando de um país tradicional do terceiro mundo. Contudo, não havia o interesse em alterar o *status quo* apenas a pretensão de subir na hierarquia internacional. Nesse sentido, o país se distancia de ações que fortaleceriam a interdependência e resistiu a pressões dos Estados Unidos em diversos âmbitos para garantir a execução dos objetivos nacionais, chegando inclusive a competir com o mercado estadunidense na exportação de produtos manufaturados, capitais e serviços para países da América Latina, África e Oriente Médio. (Moniz Bandeira, 2013, p. 453-504).

Ações ligadas à segurança hemisférica também integram esse quadro de interesses expressos no plano: após apoiar os golpes da Bolívia (1971), do Uruguai (1971) e do Chile (1973), além de garantir a retração da esquerda em sua vizinhança, o Governo tratou de expandir suas fronteiras econômicas firmando acordos comerciais com esses países (Moniz Bandeira, 2013, p. 453-504).

Por fim, foram programadas ações de investimento e incentivo em áreas consideradas de grande prioridade. Setores como Educação, Ciência e Tecnologia, Agricultura-Abastecimento, Saúde-Saneamento, Habitação, Integração Social, Transportes, Comunicações, Energia, Mineração, Desenvolvimento Industrial tinham programação para receber recursos e financiamentos especialmente para o setor privado. No contexto da expansão tecnológica houve o destaque para a inclusão do Brasil em áreas de progresso rápido: energia nuclear, eletrônica e pesquisa espacial. Para a energia nuclear as ações previstas incluíram a implantação de um complexo de obtenção de um combustível nuclear e a assimilação gradativa da tecnologia nuclear na indústria nacional. No caso da pesquisa espacial os objetivos incluíram expansão na área civil e militar envolvendo setores de meteorologia; satélites; foguetes de sondagem e ciência espacial (Brasil, 1971).

No início do governo Geisel a conjuntura internacional é de crise. As crises do petróleo, o déficit na balança de pagamentos e retração de clientes tradicionais direcionavam o governo para ações pró-recessão e de ajustes fiscais. Contudo, o que se inicia com o lançamento do II PND é uma tentativa de manter o crescimento ainda que reduzido em relação à experiência do milagre econômico vivenciado no governo Médici. A nível estratégico o que ocorre é o encontro de um argumento

conjuntural com um objetivo antigo: A Doutrina de Segurança Nacional já virava seus esforços para o projeto de nação pautado na autonomia política e no desenvolvimento econômico. O período recessivo forneceu pelo menos a nível econômico, o argumento necessário para o Brasil diversificar ainda mais as parcerias e se afastar de vez de argumentos ideológicos ligados ao alinhamento com os Estados Unidos (Moniz Bandeira, 2013, p.505-576).

Nesse sentido, é possível dizer que o II Plano Nacional de Desenvolvimento traz para o plano econômico um desejo que é antes de tudo político: alcançar de vez a autonomia em relação aos Estados Unidos não só a nível econômico, mas também político e principalmente militar para seguir galgando espaço de potência.

O II PND, lançado no governo Geisel, inicia abordando a crise energética internacional e a adaptação dos planos de desenvolvimento nacional dentro desse contexto. Os objetivos definidos foram: aumento da renda per capita; aumento do PIB; aumento da oferta de emprego e aumento do nível de comércio exterior do Brasil (todos em relação aos dados anuais). O plano esclareceu que para atingir esses objetivos o país precisaria se adaptar à escassez recente de petróleo e, portanto, fortalecer sua indústria, garantindo um modelo de economia competitivo. A política de energia, portanto, ocupou um lugar central na estratégia nacional (Brasil, 1974).

Para alcançar os objetivos definidos, o II PND destaca a importância da união de fatores internos como vontade política, setor público, iniciativa privada e comunidade. Em relação ao I PND, afirma que as metas previstas foram atingidas com 1 ano de antecedência, e inclui a partir do novo contexto: recessão nas rivalidades ideológicas e fortalecimento da multipolaridade e fortalecimento de iniciativas de comércio internacional, cooperação financeira e intercâmbio tecnológico entre países. Nesse sentido o novo PND pretende continuar seguindo o binômio desenvolvimento e segurança e preservar o crescimento acelerado experienciado a nível econômico. Para tal, reforça a necessidade de manter a estabilidade social e política e a nível internacional o pragmatismo e universalismo (Brasil, 1974).

Entre as novas estratégias estava o amplo investimento no setor energético, muito em razão do contexto de crise do petróleo. O plano traçou objetivos de investir em novas fontes energéticas como a solar e de hidrogênio, além de aumentar sua produção interna de petróleo e energia elétrica, inclusive com intenção de exportá-la.

Além disso, em relação aos planos de integração nacional, previu o direcionamento de R\$ 100bi para os programas de investimento no Nordeste e expansão dos planos de ocupação territorial e econômica da Amazônia e do Centro-Sul, com projetos como o POLAMAZÔNIA e o Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais (Brasil, 1974).

Em relação ao desenvolvimento industrial, os planos foram de expandir os setores de manufaturados para exportação, impulsionando a sua complexidade tecnológica; reduzir os desníveis industriais do Sul e Nordeste em relação ao eixo sudeste com auxílio do BNDE e expandir complexos industriais regionais. Ademais, foram estabelecidas metas de desenvolvimento social e urbano, visando o reajuste anual de salários, a redução da poluição e a preservação do meio ambiente como frentes de melhoria da qualidade de vida e redução de desigualdades. Por fim, previu-se também a expansão dos programas nucleares e espaciais iniciados no I PND (Brasil, 1974).

Percebe-se que ambos os planos delimitaram objetivos e os meios para alcançá-los no contexto brasileiro em que foram lançados, e portanto, cumprem a diretriz básica de um documento de Grande Estratégia. Ao seguir a análise de ambos, também fica claro o seu caráter tridimensional, conforme definido por Kennedy (1996) na tentativa de empregar recursos militares, econômicos e políticos e pensar nas estratégias de médio e longo prazo unindo essas dimensões (Brasil, 1971; 1974).

Apesar dos planos conterem essencialmente metas, indicadores e objetivos, discutindo a médio e curto prazo, é inegável que em várias passagens eles se relacionam com a visão de um Brasil a longo prazo. O objetivo central em ambos os PNDs é a superação do subdesenvolvimento, e assim os planos reiteram o tempo todo o seu compromisso em galgar um espaço de potência, de grandeza, de “nação rica” o que acaba indubitavelmente se relacionando com uma perspectiva mais longínqua do que os quinquênios e decênios a que eles se referem mais diretamente (Brasil, 1971; 1974).

O contexto internacional e os constrangimentos sistêmicos são a todo momento visitados na construção das estratégias. Os dois PNDs buscam relacionar os objetivos de médio e curto prazo com vetores de mudança que permeiam o cenário internacional não só no campo econômico, mas também político, ambiental e energético. Em especial, o II PND traz enquanto direcionador sua preocupação

com a tendência de crise do cenário externo e o posicionamento do Brasil frente a uma transição energética praticamente imposta. Nesse contexto, ambos relacionam esses fatores conjunturais com uma visão de futuro buscando oportunizar essas questões para posicionar o Brasil na vanguarda de mudanças vistas como inevitáveis naquele momento (Brasil, 1971; 1974).

Além disso, a questão central do desenvolvimento econômico, característica importante para a GE do Brasil, se apresenta como fim maior dos PNDs. Ambos os planos citam diretamente a relação do desenvolvimento econômico com a segurança nacional colocando os dois vetores enquanto simbióticos do interesse nacional brasileiro (Brasil, 1971, p.9; 1974, p.28).

As limitações e possibilidades domésticas e do entorno regional são bastante frisadas. Nesse sentido, a importância da extensão continental do Brasil é constantemente destacada e os caminhos de instrumentalizá-la definidos por Travassos (1938) se encontram de forma expressa em várias metas definidas nos planos (Brasil, 1971; 1974).

Sobre o controle da Amazônia, a maioria dos estudos de geopolítica dedicou algum tipo de análise à importância territorial dessa região para o Brasil. Em geral, ressalta-se a sua relevância pela enorme quantidade de recursos naturais e políticos a serem explorados, além de fornecer uma conexão com o oceano e proximidade com o *heartland* sulamericano. Também foi explorada a sua importância como barreira natural contra invasões de vizinhos e o papel central do controle da Amazônia para a definição do Brasil como hegemonia regional (Albuquerque, 2011; Freitas, 2004; Travassos, 1938; Mattos, 2000).

Em ambos os PNDs o controle da região amazônica é amplamente explorado como meta econômica, populacional e territorial. Destaca-se a importância da integração física e econômica com a Amazônia tanto no sentido Leste-Oeste quanto no sentido Norte-Sul, para tal estabelece-se como meta a realização de obras de conexão territorial (transamazônica); programas de investimentos (POLAMAZÔNIA); uma série de isenções e incentivos fiscais e a expansão populacional (Brasil, 1971; 1974).

O desenvolvimento regional também é bastante discutido no campo da geopolítica brasileira. Tem-se grande atenção para a rivalidade histórica com a Argentina na disputa pelo controle da região e, portanto, a importância de estabelecer o lugar de potência do Brasil. Para tal, destaca-se a importância de

investir numa rede de transportes que conecte o país com o *heartland* sulamericano (algo já iniciado pela Argentina) e a manutenção das atenções com a Bacia do Prata, em razão da fronteira. Além disso, Castro destaca a importância da Antártica como área-pivô e a necessidade de seu controle para garantir o espaço de domínio geopolítico brasileiro (Albuquerque, 2011; Freitas, 2004; Travassos, 1938; Mattos, 2000).

As ações empregadas nesse sentido pelos planos se referem principalmente à manutenção do sistema financeiro interamericano e nesse sentido estimular o estabelecimento de iniciativas como CECLA; BID; ALALC e CECON. Ademais, destaca a intenção de manter a maior integração econômica possível com a América Latina, em especial seus países vizinhos (Brasil, 1971; 1974).

No que tange à integração interna e o processo de interiorização há sem dúvida uma prioridade estabelecida pelos estudos geopolíticos. Travassos (1938) já inicia o processo destacando a necessidade de integrar, por meio de diversos modais de transporte, o grande território do Brasil para então instrumentalizar sua projeção continental em busca de uma projeção de poder. Além disso, foi mencionada a importância do povoamento em direção ao interior para não só integrar, mas garantir a proteção do *heartland* brasileiro e também a expansão dos modais hidroviários em direção a região da Amazônia (Freitas, 2004; Mattos, 2000).

Nos planos de desenvolvimento a integração também foi um eixo de atenção. No primeiro plano destacou-se principalmente a integração da região amazônica com o resto do país, tanto com o nordeste quanto com o centro-sul. Ademais, estabeleceu-se o setor de transportes como um dos eixos da meta de investimento. No segundo PND esses projetos foram expandidos na figura de diversos planos de investimento, como a destinação de R\$100 BI para o Nordeste, o aumento da ocupação territorial no centro sul e amazônia (PROTERRA; Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais) (Brasil, 1971; 1974).

É possível dizer que os Planos Nacionais de Desenvolvimento se relacionam de maneira significativa com a DSN, que se dedicou a pensar um projeto de nação. Mesmo com seu foco no campo econômico eles representam um interesse central do Brasil que é a busca pelo desenvolvimento econômico, trazendo uma característica inédita da escola brasileira que é a relação desta dimensão com a segurança nacional.

Eles podem ser considerados documentos parte da Grande Estratégia brasileira apenas pela sua intenção em estabelecer esse princípio norteador, mas vão além trazendo a tônica do planejamento estratégico e pensando o longo prazo a partir dos recursos e ativos nacionais disponíveis. Características essas destacadas, debatidas e pulverizadas pelas tradições geopolíticas brasileiras.

A diferença entre eles reside nos contextos conjunturais e domésticos em que ambos se inserem. O governo Médici é resultado de um período de otimismo relacionado ao milagre econômico e ao intenso fluxo de investimentos. Além disso, sua política externa buscou diversificar parcerias e chegou a manter certa ressalva a direcionamentos estadunidenses, mas não incorporou o discurso autonomista vivenciado no governo seguinte. Sendo assim, o I PND é um programa principalmente de estabilização macroeconômica com a intenção de dar os primeiros passos na direção de um reposicionamento brasileiro no *status quo* vigente.

O governo Geisel, por outro lado, é um dos principais representantes do Nacional-Desenvolvimento no Brasil. O II PND é a representação de uma política mais pragmática e autônoma. Apesar da intenção em dar continuidade às medidas econômicas iniciadas no I PND, devido ao momento de crise, o plano readapta seus objetivos de forma a manter-se na busca pelos interesses do Brasil em continuar crescendo e de forma independente, principalmente em setores estratégicos, caso do Acordo Nuclear assinado com a Alemanha.

Mesmo com essas diferenças, os planos e os seus Governos se inserem num período de continuidade do interesse nacional, que foi capaz de influenciar ações do Brasil nos âmbitos econômico, político e militar. E nesse contexto, eles compartilham características ideológicas e estratégicas que outras ações do país no campo do Internacional, como é o caso da Operação Condor. As relações políticas, militares e econômicas do Brasil com os países do Cone Sul nesse período são, dessa forma, indissociáveis da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico praticada nesses dois Governos. Por isso, o próximo capítulo realizará uma análise de congruência entre as ações realizadas pelo Brasil durante sua participação na Operação Condor e os objetivos delineados pelos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento.

#### **4 A RELAÇÃO ENTRE A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA E A OPERAÇÃO CONDOR**

Neste capítulo será analisada a congruência entre a atuação do Brasil na Operação Condor e a Grande Estratégia brasileira, materializada nos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (1971; 1974), objetivo central desta pesquisa. Visto que essa ferramenta metodológica ajuda a fornecer explicações sobre como as teorias se relacionam com os casos estudados, entende-se sua aderência em responder a pergunta de pesquisa: Como a Grande Estratégia brasileira formulada durante a Ditadura Militar se relaciona com as ações do país na Operação Condor? (1969-1979).

É importante ressaltar que a congruência entre os documentos oficiais de Grande Estratégia e a participação do Brasil na Operação Condor não é total, pois os documentos não fazem menção direta a aparatos repressivos clandestinos. Essa percepção surgiu durante a pesquisa, a partir do estudo do objeto, que evidenciou que a Operação não foi oficialmente citada pelo Brasil. Ainda assim, é possível identificar relações indiretas entre essas ações e os objetivos estratégicos definidos nos PNDs, revelando benefícios que, embora não formalmente previstos, se alinham ao contexto ideológico compartilhado.

Na primeira seção serão explicitadas as etapas de análise, as vertentes analíticas analisadas e suas hipóteses de verificação, as ações esperadas de cada hipótese, a classificação da força e importância de cada hipótese e por fim a classificação do nível de congruência.

Uma vez definidos estes fatores, a seção seguinte fará as matrizes de comparação que não serão excludentes entre si, mas sim um teste de alinhamento. Parte-se do princípio de que a ferramenta metodológica da análise de congruência busca avaliar o nível de alinhamento entre uma ou diversas perspectivas teóricas e evidências empíricas observadas e não necessariamente confirmar ou negar a relação entre as teorias e o objeto (Wauters; Beach, 2018).

O primeiro passo para realizar uma análise de congruência é a definição das teorias de interesse e os casos relevantes de observação (Wauters; Beach, 2018). Inicialmente, a pergunta de pesquisa delimita a Grande Estratégia brasileira como arcabouço conceitual e teórico escolhido. Contudo, a partir da discussão teórica realizada no capítulo 2, entende-se que devido às características particulares da

experiência brasileira a divisão desse arcabouço em duas vertentes analíticas torna a investigação mais consistente. Como o próprio conceito de Grande Estratégia engloba diferentes dimensões e entendimentos, a divisão em duas vertentes de análise corrobora a observação mais aprofundada das suas contribuições explicativas e normativas.

Mantém-se a intenção de analisar a congruência dos Planos Nacionais de Desenvolvimento enquanto expressão de planejamento da GE brasileira do período. Conforme discutido no capítulo 2, a Grande Estratégia de potências médias como o Brasil incorpora o desenvolvimento econômico como fator indissociável do interesse nacional.

Dessa forma, enquanto documentos frutos da lógica desenvolvimentista e relacionados com a intenção de transformar em planejamento a vontade de um “Brasil Potência”, os PNDs compõem os objetivos de curto, médio e longo prazo do país, seus interesses prioritários e seus instrumentos estatais aplicados, encaixando-se ao conceito de um “Grande Plano”. Sendo assim, fornecem o pano de fundo necessário para a análise do nível macro e programático da congruência da GE brasileira e das ações do Brasil na Condor.

A subdivisão ocorre com o destaque da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Devido a sua relevância para a formulação tanto da Grande Estratégia brasileira, quanto da própria Operação Condor, admite-se que os seus direcionamentos doutrinários devem ser observados separadamente enquanto contribuição ideológica e operacional. Além disso, como a GE compreende também uma dimensão de princípio orientador, que pode ou não vir acompanhada de um planejamento (Silove, 2018), a DSN brasileira por si só pode ser considerada a raiz da GE do Brasil e, portanto, indispensável enquanto vertente teórica escolhida para observação. Em suas discussões, Silove (2018) destacou que essas categorias não são necessariamente excludentes, portanto, para melhor compreensão da dimensão teórica optou-se por considerar a GE brasileira do período como representante dessas duas classificações.

O segundo passo se dá com a elaboração de hipóteses para cada uma dessas vertentes analisadas. Essas hipóteses, por sua vez, não são mecanismos causais, mas fatores esperados em determinado recorte temporal caso a teoria se aplique ao objeto de estudo (Wauters; Beach, 2018). O terceiro passo envolve a observação dos fatos empíricos. Com a definição das hipóteses para cada vertente

de análise, é possível definir o que se espera observar empiricamente em relação ao objeto. A partir da coleta de dados, registra-se a quantidade de vezes que aquele fator esperado pode ser observado, assim como sua qualidade, centralidade e robustez e é esse conjunto de fatores que definirá o nível de congruência. O teste então é feito com base nesse padrão de ação (Wauters; Beach, 2018).

A seguir apresenta-se as hipóteses analíticas, que não possuem relação com a hipótese causal dessa pesquisa e se dedicam a verificar o alinhamento e compatibilidade entre ideia e prática, e suas respectivas ações esperadas que funcionarão como indicadores de congruência de cada vertente. Além disso, cada hipótese está classificada em relação a sua força, e de acordo com o proposto por Wauters e Beach (2018), são críticas quando se colocam como centrais para a confirmação da congruência da vertente analítica e secundárias quando não são estritamente necessárias para essa confirmação.

**Tabela 2- Vertente I: Planos Nacionais de Desenvolvimento (documentos da GE brasileira)**

<b>Força</b>	<b>Hipóteses</b>	<b>Tipo de ações esperadas</b>
Crítica	Espera-se que as ações do Brasil na Operação Condor apresentem congruência com as prioridades políticas, regionais e institucionais estabelecidas nesses documentos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio institucional a mecanismos de cooperação repressiva;</li> <li>• Uso de capacidades estatais para além do território nacional;</li> <li>• Definição de objetivos e metas de médio e curto prazo voltados ao estreitamento das relações com o Cone Sul</li> </ul>
Crítica	Espera-se que o Brasil tenha utilizado a força militar como meio para atingir objetivos de médio e curto prazo, alinhados com seu objetivo permanente de longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de infraestrutura militar, logística e técnica a países do Cone-Sul</li> <li>• Interferência militar direta ou indireta em países do Cone Sul</li> <li>• Participação de acordos de cooperação militar</li> <li>• Posição de líder ou influência doutrinária das operações militares da região</li> </ul>
Crítica	Espera-se que a atuação brasileira na Operação Condor tenha visado não apenas a contenção de ameaças internas, mas também a consolidação da hegemonia regional, projetando o Brasil como líder estratégico na América do Sul.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estreitamento das relações militares, políticas e econômicas com os países da Condor</li> <li>• Lugar de liderança na Operação Condor</li> <li>• Atuação ativa em mecanismos regionais de segurança;</li> <li>• Envolvimento em arranjos que reforcem sua posição de liderança;</li> <li>• Posicionamento da estabilidade política regional como interesse estratégico.</li> </ul>
Secundária	O Brasil intensificou suas relações com países do Heartland do Cone Sul, reforçando a articulação estratégica na região	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento em integração territorial e logística com países da Condor</li> </ul>

	para assegurar sua posição de liderança em processos de segurança e desenvolvimento regional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adensamento de relações econômicas com países da região</li> <li>• Uso das relações estabelecidas pela Condor para aumentar a influência militar, diplomática e econômica na região</li> </ul>
--	---	---

**Tabela 3- Vertente II: Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (princípio orientador da GE brasileira)**

Força	Hipóteses	Tipo de ações esperadas
Crítica	Espera-se que a participação do Brasil na Operação Condor reflita os pressupostos doutrinários da DSN, em especial a noção de inimigo interno, a lógica da guerra interna permanente e a legitimação da cooperação repressiva transnacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo a governos autoritários e da interferência estatal nas liberdades civis</li> <li>• Legitimação da repressão transnacional;</li> <li>• Cooperação interestatal em inteligência;</li> <li>• Relativização da soberania em nome da segurança.</li> </ul>
Crítica	A atuação do Brasil na Operação Condor reflete a materialização do princípio central da Grande Estratégia brasileira, que integra segurança, desenvolvimento e projeção internacional como fatores indissociáveis do interesse nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conexão explícita entre segurança e desenvolvimento em documentos oficiais</li> <li>• Instrumentalização da participação na Condor a partir de ações pragmáticas</li> <li>• Participação expressiva de países da Condor nas atividades econômicas brasileiras</li> <li>• Expansão do poder militar a partir da cooperação estabelecida com a Condor</li> <li>• Diversificação de recursos empregados na Operação (diplomáticos, econômicos, militares, culturais)</li> <li>• Associação entre projetos de cooperação econômica e militar</li> </ul>
Secundária	A atuação do Brasil na Operação Condor reflete sua função como protetor dos valores ocidentais na América do Sul, consolidando sua posição de liderança política e ideológica na região	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e disseminação de ideologias doutrinárias na região do Cone Sul</li> <li>• Destaque em treinamento técnico, logístico e tático dentro da Operação Condor</li> <li>• Interferência no contexto político de países vizinhos</li> <li>• Participação de operações repressivas internacionais</li> </ul>
Crítica	A segurança hemisférica foi instrumentalizada como um ativo para a agenda de desenvolvimento econômico do Brasil, buscando garantir a estabilidade interna e regional para a promoção de políticas econômicas estratégicas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão da burocracia estatal sob justificativa de ameaças internas</li> <li>• Aumento da interferência estatal na economia</li> <li>• Diminuição da participação popular no processo político</li> <li>• Estabelecimento de agendas</li> </ul>

Em relação aos níveis de congruência, serão utilizadas quatro legendas de classificação: alta congruência para hipóteses com padrões de ação bastante próximos às ações previstas e sustentados por evidências empíricas robustas; congruência seletiva para hipóteses com padrões de ação próximos ao esperado, mas com pouca evidência, ou vice-versa e baixa congruência para registro inferior tanto na proximidade da ação quanto no volume de evidências que a sustente. Essas classificações são de elaboração própria, mas se baseiam na discussão estabelecida por Wauters e Beach (2018), em relação a análise da comprovação empírica.

Para facilitar a visualização da análise, esses níveis serão reforçados pelo seguinte código de cores:

Nível de congruência	Cor
alto	
seletivo	
baixo	

Ao final do processo de definição dos níveis de congruência das hipóteses, propõe-se estabelecer, então, a congruência entre cada vertente com o objeto em estudo, de forma não excludente entre eles.

No próximo tópico serão elencadas as comprovações empíricas observadas ao longo dessa pesquisa. O principal insumo de coleta é o material já analisado no capítulo 1 e 2, que versaram sobre a participação do Brasil na Operação Condor e promoveu inclusive pesquisa documental no referido período e as diretrizes da sua GE. Quando necessário serão incluídas referências não mapeadas inicialmente ou fora do recorte trabalhado na análise (1969-1979), principalmente quando envolver ações consideradas norteadoras para a hipótese em questão. Nesses casos, a comprovação será classificada como um padrão de comportamento mais frágil que aqueles identificados no escopo previsto e ativo de aprofundamento de agendas de

pesquisa futuras, já que não atuam diretamente na comprovação da pergunta investigada nesta pesquisa.

#### 4.1 Evidências empíricas da relação entre os PNDs I e II e a atuação do Brasil na Condor

A partir da definição das hipóteses e ações esperadas de cada vertente de análise, neste tópico serão realizados cruzamentos do que se considera comprovação empírica de cada ação proposta. Em seguida, será avaliado o nível de congruência de cada hipótese.

A primeira vertente a ser analisada é o que versa sobre os Planos Nacionais de Desenvolvimento. A sua primeira hipótese é: Espera-se que as ações do Brasil na Operação Condor apresentem congruência com as prioridades políticas, regionais e institucionais estabelecidas nestes documentos. Isso porque se os PNDs podem ser a representação documentada da Grande Estratégia brasileira, eles devem expressar quais os objetivos e meios de atingi-los no curto, médio ou longo prazo, associados ao interesse nacional e se são parte desse planejamento, as ações da Condor devem se inserir nesse contexto. Na tabela a seguir, observa-se a matriz de relação entre cada ação e as comprovações empíricas identificadas:

**Tabela 4- Hipótese 1**

Hipótese	Ação Esperada	Comprovações Empíricas
Espera-se que as ações do Brasil na Operação Condor apresentem congruência com as prioridades políticas, regionais e institucionais estabelecidas nesses documentos.	Apoio institucional a mecanismos de cooperação repressiva;	1. PND I cita a segurança interna e externa como parte integrada dos objetivos nacionais e pressuposto indispensável para o desenvolvimento (p. 09) 2. PND II cita o binômio de segurança e desenvolvimento como pilar do objetivo nacional (p. 28)
	Uso de capacidades estatais para além do território nacional;	1. Criação e atuação do Ciex (ligado ao Itamaraty) na perseguição e captura de opositores às ditaduras da região; 2. Atuação de membros do SNI nos países da Condor, em parceria com às forças locais em diversas ocasiões; 3. Envio de aviões militares com armamentos para Santa Cruz de La Sierra para apoiar o golpe de Banzer; 4. Adidos navais permanentes em países da Condor.

	Definição de objetivos e metas de médio e curto prazo voltados ao estreitamento das relações com o Cone Sul	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fidelidade com o sistema interamericano de instituições como: CECLA, BID, ALALC e CECON (PND I);</li> <li>2. Intensificar a cooperação comercial, financeira, técnica e cultural com os países amigos da América Latina (PND I);</li> <li>3. Nível do comércio exterior brasileiro, no final do II PND, estará acima dos US\$ 40 bilhões, ou seja, cerca de 15 vezes o que era na altura de 1963. (PND I);</li> <li>4. Menção no PND II de manter a maior integração econômica possível com a América Latina</li> <li>5. Menção no PND a II múltiplos programas de integração física e de intercâmbio empresarial</li> <li>6. Realização de projetos binacionais, nos campos de energia e indústrias básicas. (PND II)</li> </ol>
--	---	---

As ações esperadas se debruçam sobre três tripés principais que podem caracterizar ações ligadas a Condor: participação de cooperações repressivas; uso de capacidades estatais na região do Cone Sul e estreitamento das relações com os países dessa região. Ao analisar o aparato empírico coletado e avaliado nos capítulos anteriores verifica-se ações de destaque do Brasil nesses três sentidos.

Em relação à primeira ação, mesmo não havendo menção direta à cooperação repressiva transnacional, até porque boa parte dessas atividades ocorreu de forma clandestina, ambos os PNDs abrem com citações a defesa da segurança nacional e também externa como pilar dos objetivos nacionais. Inclusive, o II PND traz o termo “binômio segurança e desenvolvimento” que dá a tônica da DSN da região que embasa a Operação Condor.

Já na análise da segunda ação esperada, percebe-se que, durante o período analisado, o Brasil direcionou capacidades militares e políticas para atuação internacional no intuito de garantir a manutenção dos seus interesses, mesmo antes da Condor. Após a institucionalização da Operação, os aparatos repressivos serão utilizados para manter essa lógica e a presença militar e ação de inteligência junto a outros países será constante. Essas ações ganham destaque pois fortalecem a noção defendida por Couto e Silva (1981) do Brasil ser o defensor de uma dita sociedade ocidental e demonstram a maturidade do país em saber posicionar seus recursos para direcionar resultados convenientes no seu entorno mais próximo, como é o caso do apoio militar ao golpe boliviano. Nesse sentido, a Operação não é a força direcionadora das ações, mas integra uma lógica de prioridades ligada a um interesse nacional bem definido.

Por fim, a terceira ação esperada traz destaques atribuídos a objetivos expressos nos documentos que representem a importância e a centralidade do Cone Sul para o interesse nacional. Novamente, a Condor pode ser entendida nesse cenário como mais um viés de controle e aproximação com essa região, integrando um quadro de objetivos que busca o adensamento das relações e a projeção do Brasil nesse espaço. Ambos os PNDs apresentam interesse em intensificar as relações econômicas com a América Latina, instrumentalizando esse mercado consumidor. Além disso, a nível geopolítico e estratégico os planos reforçam a aproximação com sistemas interamericanos de instituições e o estabelecimento de projetos de desenvolvimento territorial, logístico e tecnológico em cooperação com esses países.

A segunda hipótese trata do aproveitamento da Operação para alcance de objetivos no campo militar e nesse sentido de ações do Brasil que envolvam o uso dessa capacidade. A hipótese: Espera-se que o Brasil tenha utilizado a força militar como meio para atingir objetivos de médio e curto prazo, alinhados com seu objetivo permanente de longo prazo, também abarca uma dimensão da Grande Estratégia trabalhada nesta pesquisa. O intuito de analisá-la de forma separada se dá pelo caráter principal da Operação, que é a segurança hemisférica.

Em geral buscou-se identificar nos PNDs objetivos ou menções a atividade militar do Brasil no Cone Sul ou o uso dessas relações para expansão de capacidades. Como os documentos são de natureza econômica e administrativa, as comprovações empíricas são advindas estritamente da análise realizada nos capítulos anteriores sobre a participação do Brasil na Condor. Por essa razão, entende-se essa hipótese já com nível de congruência seletiva. Apesar disso, como as ações identificadas ocorreram em um contexto que não podia ser expressamente institucional, sua relação com os objetivos de crescimento do Brasil foi analisada e considerada relevante.

**Tabela 5- Hipótese 2**

Hipótese	Ação Esperada	Comprovações Empíricas
----------	---------------	------------------------

Espera-se que o Brasil tenha utilizado a força militar como meio para atingir objetivos de médio e curto prazo, alinhados com seu objetivo permanente de longo prazo	Disponibilização de infraestrutura militar, logística e técnica a países do Cone-Sul	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Operação 30 horas</li> <li>2. Envio de aviões militares com armamentos para Santa Cruz de La Sierra para apoiar o golpe de Banzer</li> <li>3. Adidos navais permanentes em países da Condor</li> <li>4. Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP)</li> <li>5. Operação NINFA V.</li> <li>6. Noções Básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo</li> <li>7. Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)</li> </ol>
	Interferência militar direta ou indiretamente em países do Cone Sul	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apoio a grupos militares chilenos opositores ao governo Allende</li> <li>2. Operação 30 horas</li> <li>3. Envio de aviões militares com armamentos para Santa Cruz de La Sierra para apoiar o golpe de Banzer</li> <li>4. Adidos navais permanentes em países da Condor</li> <li>5. Apoio a grupos militares argentinos opositores ao governo Perón</li> </ol>
	Participação de acordos de cooperação militar	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação dos oficiais da Escola de Aplicação do Exército Paraguaio em manobras da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Brasil</li> <li>2. Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP)</li> <li>3. Operação NINFA V.</li> </ol>
	Posição de líder ou influência doutrinária das operações militares da região	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP)</li> <li>2. Operação NINFA V.</li> <li>3. Noções Básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo</li> <li>4. Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)</li> </ol>

As quatro ações esperadas buscam explicitar a intenção do Brasil em despontar como líder militar na região e ainda dinamizar a sua participação militar a fim de garantir a manutenção dos seus objetivos políticos. A primeira ação trata da disponibilização de infraestrutura militar e logística e capacitação técnica às forças da região. Como o Brasil assume a dianteira na corrida rumo ao autoritarismo acaba também por assumir a liderança no desenvolvimento de aparatos repressivos, tendo principal destaque na Operação a transmissão desses ensinamentos aos países do Cone Sul fortalecendo as redes transnacionais de tortura e perseguição (Siqueira, 2023).

Para além dos centros de treinamento e manuais identificados, nota-se a participação de missões e operações em conjunto com outros países-membros, visando o desenvolvimento de ambas as forças e ainda as já mencionadas interferências no processo político dos países vizinhos como Uruguai e Bolívia. a quarta ação parte desse mesmo princípio de análise mas se debruça exclusivamente sobre o estabelecimento de influência doutrinária na região, por isso são trazidos como comprovação os treinamentos desenvolvidos e fornecidos pelo Brasil ainda antes da Condor ser institucionalizada.

A segunda ação esperada, por sua vez, dá o destaque à interferência militar em países do Cone Sul. Nesse ponto, além da interferência direta nos casos de Uruguai e Bolívia evidencia-se o apoio dado aos grupos militares de oposição responsáveis pelos golpes do Chile e Argentina.

Por fim, a terceira ação esperada busca comprovar a celebração de acordos de cooperação militar entre o Brasil e os demais países membros da Operação, que tivessem intuito de desenvolver ambas as forças. Nesse cenário, não foram identificados acordos militares celebrados entre esses países durante esse recorte analisado. Contudo, devida a ênfase dada nos documentos encontrados às missões conjuntas de treinamento, faz-se uma pequena aspa a essa participação do Brasil e a utilização dessas atividades como também ambiente de projeção e influência.

No caso da terceira hipótese: Espera-se que a atuação brasileira na Operação Condor tenha visado não apenas a contenção de ameaças internas, mas também a consolidação da hegemonia regional, projetando o Brasil como líder estratégico na América do Sul, a intenção é destacar a importância da Condor para o estabelecimento do Brasil enquanto potência regional, objetivo permanente discutido nos dois PNDs. As ações esperadas tem o sentido de estreitar as relações de forma utilitária e usar desse novo canal para projetar influência a nível regional.

**Tabela 6- Hipótese 3**

Hipótese	Ação Esperada	Comprovações Empíricas
----------	---------------	------------------------

<p>Espera-se que a atuação brasileira na Operação Condor tenha visado não apenas a contenção de ameaças internas, mas também a consolidação da hegemonia regional, projetando o Brasil como líder estratégico na América do Sul.</p>	<p>Estreitamento das relações militares, políticas e econômicas com os países da Condor</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP)</li> <li>2. Telegrama do Gen. Antônio Carlos Murici mencionando a intenção de estreitar laços com as Forças armadas argentinas</li> <li>3. Adidos navais permanentes em países da Condor</li> <li>4. Tratado de Cooperação Amazônica</li> <li>5. Parcerias de concessão de linhas de créditos no valor de 10 milhões de dólares para Peru, Equador e Bolívia</li> <li>6. Acordos de parcerias financeiras com Equador, Bolívia e Paraguai</li> <li>7. Tratado de Itaipu</li> <li>8. Fidelidade com o sistema interamericano de instituições como: CECLA, BID, ALALC e CECON</li> <li>9. Oferecimento de empréstimos ao Chile pós golpe de Pinochet e abertura de financiamento no Banco do Brasil para empresários brasileiros que estivessem interessados em exportar para o país</li> </ol>
	<p>Lugar de liderança na Operação Condor</p>	<p>Apesar de diversas tentativas, a liderança da Operação coube ao Chile, mesmo assim o Brasil se destacou na contribuição ideológica para o estabelecimento desse aparato</p>
	<p>Atuação ativa em mecanismos regionais de segurança;</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação da JID (posteriormente incorporada a OEA)- 1942</li> <li>2. Assinatura do TIAR 1947</li> <li>3. Participação do Primeiro Seminário Policial sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul</li> <li>4. Assinatura da ata que institucionalizou a Operação Condor (1976)"</li> </ol>
	<p>Envolvimento em arranjos que reforcem sua posição de liderança;</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Oferecimento de cursos e conferências na ESG e na EsNI para membros das forças de segurança dos demais países</li> <li>2. Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP)</li> <li>3. Operação NINFA V.</li> </ol>
	<p>Priorização da estabilidade política regional como interesse estratégico.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Menção direta de Médici em reunião com Nixon de preocupação com eleição uruguaia</li> <li>2. Primeiro país a reconhecer o governo ditatorial de Pinochet</li> <li>3. Envio de aviões militares com armamentos para Santa Cruz de La Sierra para apoiar o golpe de Banzer</li> <li>4. Operação 30 horas</li> <li>5. Conhecimento prévio de atividades golpistas de grupos militares argentinos em 1976</li> </ol>

A primeira ação esperada buscou identificar o estreitamento das relações com os países da Condor nas três dimensões principais de uma GE: política, econômica e militar. No caso das relações econômicas, boa parte das comprovações empíricas estão expressas indiretamente como objetivo nos PNDs (para a América Latina) e

representam já o resultado desse planejamento estratégico: As parcerias de concessão de linhas de crédito e abertura de financiamento para empresas com interesse em exportar para esses países, além dos Tratados de Itaipu e de Cooperação Amazônica que representam objetivos mais transversais de desenvolvimento e integração territorial.

No âmbito militar, como já mencionado, o insumo principal são os documentos coletados para análise das ações do Brasil na Operação. É possível identificar o interesse do Brasil em estreitar a relação entre as forças a partir da participação de missões conjuntas, condução de treinamentos e envio de adidos navais permanentes. No âmbito político não foram identificadas comprovações contundentes, ou menções diretas nos PNDs. Contudo, leva-se em conta a ideologia doutrinária compartilhada por esses países e conseqüentemente sua participação concomitante no sistema interamericano de instituições.

A segunda ação buscou identificar o posicionamento do Brasil enquanto líder da Condor, algo que comprovadamente não ocorreu. Houve inclusive uma participação estratégica do país em determinadas atividades para não contaminar o curso de outros objetivos e prejudicar a sua Política Externa (McSherry, 2005; Lessa, 2022; Dinges, 2004). Nesse contexto, a quarta ação que também analisa seu envolvimento em arranjos em posição de liderança retoma os destaques do Brasil no treinamento e disseminação de técnicas e doutrinas repressivas.

A terceira ação esperada busca comprovar a atuação ativa do Brasil em mecanismos regionais de segurança, se relacionando com o princípio da DSN do país que defende o papel participativo na manutenção da segurança hemisférica. Quanto a isso, registra-se a participação do país em diversos mecanismos durante toda a Guerra Fria, sendo a Operação Condor o próprio ápice desse processo. Como exemplo pode-se citar sua participação na Junta Interamericana de Defesa, a assinatura do TIAR e a sua participação no Primeiro Seminário Policial sobre a Luta Anti Subversiva no Cone Sul, já no momento pré-Condor.

Por fim, a quinta ação esperada trabalha a interferência do Brasil no contexto político regional de forma a manter o cenário propenso aos seus interesses. Nesse caso, como principal fator de comprovação tem-se a sua participação ou apoio no estabelecimento de regimes ditatoriais no Cone Sul entre as décadas de 60 e 70. Entende-se que o principal objetivo do Brasil era garantir que seus vizinhos

mantivessem a mesma inclinação doutrinária e dessa forma, pelo menos em um momento inicial, o país se posicionou como um vetor de controle da DSN na região.

A última hipótese trata do viés mais geopolítico da Grande Estratégia brasileira: O Brasil intensificou suas relações com países do Heartland da América do Sul, reforçando a articulação estratégica na região para assegurar sua posição de liderança em processos de segurança e desenvolvimento regional. Nesse sentido, busca identificar o fortalecimento de relações com países do considerado heartland sulamericano (Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e Sucre). Mais uma vez, não há menção direta a isso nos PNDs, apesar de algumas ações terem influência indireta dos objetivos dos planos, por essa razão essa hipótese também é considerada de nível seletivo de congruência.

**Tabela 8- Hipótese 4**

Hipótese	Ação Esperada	Comprovações Empíricas
O Brasil intensificou suas relações com países do Heartland da América do Sul, reforçando a articulação estratégica na região para assegurar sua posição de liderança em processos de segurança e desenvolvimento regional.	Investimento em integração territorial e logística com países da Condor	1. Tratado de Cooperação Amazônica
	Adensamento de relações econômicas com países da região	1. Menção no PND II de manter a maior integração econômica possível com a América Latina 2. Tratado de Cooperação Amazônica 3. Parcerias de concessão de linhas de créditos no valor de 10 milhões de dólares para Peru, Equador e Bolívia 4. Acordos de parcerias financeiras com Equador, Bolívia e Paraguai
	Uso das relações estabelecidas pela Condor para aumentar a influência militar, diplomática e econômica na região	1. Adidos navais permanentes em países da Condor 2. Tratado de Cooperação Amazônica 3. Parcerias de concessão de linhas de créditos no valor de 10 milhões de dólares para Peru, Equador e Bolívia 4. Acordos de parcerias financeiras com Equador, Bolívia e Paraguai

Como o heartland sulamericano compreende cidades bolivianas, foram observadas as ações que envolviam principalmente esses atores da Operação. No caso do investimento em integração territorial com o heartland, bastante frisado pelas escolas geopolíticas brasileiras, pode-se destacar a celebração do Tratado de Cooperação Amazônica. Em relação ao adensamento de parcerias econômicas e aumento da influência brasileira nesses países, as comprovações virtuem no mesmo contexto das concessões de crédito e tratados já citados. Nota-se que não foram

identificadas políticas específicas para o heartland, nem usando a Operação como canal e nem de forma concomitante.

A partir da análise dessas hipóteses tem-se a seguinte conclusão em relação aos níveis de congruência da vertente I:

Força	Hipótese	Nível de Congruência
Crítica	Espera-se que as ações do Brasil na Operação Condor apresentem congruência com as prioridades políticas, regionais e institucionais estabelecidas nesses documentos.	Alto
Crítica	Espera-se que o Brasil tenha utilizado a força militar como meio para atingir objetivos de médio e curto prazo, alinhados com seu objetivo permanente de longo prazo	Seletivo
Crítica	Espera-se que a atuação brasileira na Operação Condor tenha visado não apenas a contenção de ameaças internas, mas também a consolidação da hegemonia regional, projetando o Brasil como líder estratégico na América do Sul.	Alto
Secundária	O Brasil intensificou suas relações com países do Heartland da América do Sul, reforçando a articulação estratégica na região para assegurar sua posição de liderança em processos de segurança e desenvolvimento regional.	Baixo

As hipóteses 1 e 3 apresentam alta congruência pois possuem quantidade relevante de comprovação empírica diretamente relacionada com os PNDs e a Condor. Já no caso da hipótese 4, conforme mencionado, não foram identificadas relações diretas ou indiretas suficientes, por isso o nível de congruência é baixo.

No que se refere ao segunda vertente: Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento as hipóteses buscam comprovar a relação das ações do Brasil na Condor com quatro aspectos centrais da DSN brasileira: a ideologia anticomunista, o

desenvolvimentismo, a proteção dos ditos valores ocidentais e a própria Grande Estratégia.

A primeira hipótese: Espera-se que a participação do Brasil na Operação Condor reflita os pressupostos doutrinários da DSN, em especial a noção de inimigo interno, a lógica da guerra interna permanente e a legitimação da cooperação repressiva transnacional, aborda a influência doutrinária para as ações desenvolvidas na Condor, os principais insumos analisados são oriundos das discussões já realizadas pelos capítulos 1 e 2.

**Tabela 9- Hipótese 1**

Hipótese	Ação Esperada	Comprovações Empíricas
Espera-se que a participação do Brasil na Operação Condor reflita os pressupostos doutrinários da DSN, em especial a noção de inimigo interno, a lógica da guerra interna permanente e a legitimação da cooperação repressiva transnacional.	Estímulo a governos autoritários e da interferência estatal nas liberdades civis	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apoio a grupos militares chilenos opositores ao governo Allende</li> <li>2. Operação 30 horas</li> <li>3. Envio de aviões militares com armamentos para Santa Cruz de La Sierra para apoiar o golpe de Banzer</li> <li>4. Primeiro país a reconhecer o governo ditatorial de Pinochet</li> </ol>
	Legitimação da repressão transnacional;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação da Conferência dos Exércitos Americanos (CEA)</li> <li>2. Participação do Primeiro Seminário Policial sobre a Luta Anti Subversiva no Cone Sul</li> <li>3. Atuação de membros do SNI nos países da Condor, em parceria com às forças locais em diversas ocasiões</li> <li>4. Oferecimento de cursos e conferências na ESG e na EsNI para membros das forças de segurança dos demais países</li> <li>5. Noções Básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo</li> </ol>
	Cooperação interestatal em inteligência;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação da Conferência dos Exércitos Americanos (CEA)</li> <li>2. Criação e atuação do Ciex (ligado ao Itamaraty) na perseguição e captura de opositores às ditaduras da região</li> <li>3. Atuação de membros do SNI nos países da Condor, em parceria com às forças locais em diversas ocasiões</li> <li>4. Criação da AESI na Itaipu Paraguai e na Itaipu Brasil</li> </ol>
	Participação de organizações e acordos transnacionais de segurança e defesa	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação da JID (posteriormente incorporada à OEA)-1942</li> <li>2. Assinatura do TIAR 1947</li> <li>3. Participação do Primeiro Seminário Policial sobre a Luta Anti Subversiva no Cone Sul</li> <li>4. Assinatura da ata que institucionalizou a Operação Condor (1976)</li> </ol>

A primeira ação esperada retoma a participação direta ou indireta do Brasil na manutenção de regimes autoritários na região do Cone Sul. Novamente se

destacam as suas interferências ainda prévias à própria Operação, mas que auxiliaram o estabelecimento de governos autoritários no Chile, Bolívia e Uruguai. Em seguida a segunda ação trata da legitimação do Brasil de diversos aparatos de repressão transnacional, aqui destacam-se sua participação em várias conferências voltadas para o combate à subversão, a atuação do seu aparato de inteligência em conjunto com outros países da Condor e fora de seu território e a própria disseminação de conhecimento sobre técnicas repressivas a nível regional pelo país.

Em relação a cooperação interestatal em inteligência pontuam-se as ações do Brasil dentro da própria Operação, mas também atividades pontuais de cooperação bilateral com países fronteiriços, como a instrumentalização das AESIs em Itaipu. Além disso, evidencia-se também a atuação do Ciex que utilizou a estrutura do Itamaraty para corroborar a perseguição e captura de opositores aos regimes do Brasil e de outros países-membros. No caso da participação de organizações e acordos transnacionais, cita-se novamente a participação do Brasil em mecanismos regionais de segurança, incluindo a própria Condor.

A segunda hipótese: A atuação do Brasil na Operação Condor reflete a materialização do princípio central da Grande Estratégia brasileira, que integra segurança, desenvolvimento e projeção internacional como fatores indissociáveis do interesse nacional, retoma a conexão entre a Doutrina de Segurança Nacional e a Grande Estratégia brasileira. Parte das comprovações observadas não esteve inicialmente contida na discussão realizada nos capítulos anteriores, foram analisadas novas fontes com intuito de fortalecer o resultado.

**Tabela 10- Hipótese 2**

Hipótese	Ação Esperada	Comprovações Empíricas
A atuação do Brasil na Operação Condor reflete a materialização do princípio estratégico central da Grande Estratégia brasileira, que integra segurança, desenvolvimento e projeção internacional como fatores indissociáveis do interesse nacional	Conexão explícita entre segurança e desenvolvimento em documentos oficiais	1. PND I cita a segurança interna e externa como parte integrada dos objetivos nacionais e pressuposto indispensável para o desenvolvimento (p.9) 2. PND II cita o binômio de segurança e desenvolvimento como pilar do objetivo nacional (p.28)"
	Instrumentalização da participação na Condor a partir de ações pragmáticas	1. Recusa em participar da Phase III (atentados fora da Latam)

	Participação expressiva de países da Condor nas atividades econômicas brasileiras	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Tratado de Itaipu</li> <li>2. Acordos de parcerias financeiras com Equador, Bolívia e Paraguai</li> <li>3. Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM)</li> <li>4. 2º Plano de Construção Naval</li> <li>5. Exportação a países da condor entre 1975-1992</li> </ol>
	Expansão do poder militar a partir da cooperação estabelecida com a Condor	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PNEMEM</li> <li>2. 2º Plano de Construção Naval</li> <li>3. Exportação a países da condor entre 1975-1992</li> </ol>
	Associação entre projetos de cooperação econômica e militar	<ol style="list-style-type: none"> <li>2. Tratado de Cooperação Amazônica</li> <li>3. Acordo Nuclear *</li> <li>4. Programa Nuclear Paralelo *</li> </ol>

A primeira ação esperada foi a conexão explícita entre segurança e desenvolvimento, os dois pilares centrais da DSN. Em ambos os PNDs a Segurança nacional e hemisférica foi colocada como objetivo permanente ao lado do crescimento econômico, inclusive, no II PND o binômio segurança e desenvolvimento que é oriundo da DNS brasileira é citado diretamente. No caso da segunda ação, em que se buscou identificar que a participação do Brasil na Condor variou conforme seus interesses nacionais, não houve destaques ou menções diretas para esse aspecto. Ainda assim, entende-se que a recusa em participar da Phase III e o foco maior na cooperação ideológica com os países por si só configura uma participação pragmática do Brasil e alinhada com objetivos exclusivos.

As duas ações seguintes, respectivamente: participação expressiva dos países da Condor nas atividades econômicas brasileiras e expansão do poder militar a partir da cooperação com países da Condor, apresentam comprovações que se enquadram nessas categorias, mas não é possível dizer que houve uma participação expressiva ou uma expansão militar diretamente ligada a esse fator com base nas análises realizadas nessa pesquisa. Mesmo assim foram pontuadas ações comprobatórias que se enquadram nessas categorias e que indicam pelo menos a existência de atividades nesse sentido.

Por fim, em relação à associação entre projetos de cooperação econômica e militar, pode-se citar principalmente o programa de desenvolvimento nuclear como um todo, ainda que ele tenha enfrentado constrangimento internacional no campo militar (Barcellos, 2017). O Tratado de Cooperação Amazônica também é entendido como parte comprobatória, pois mesmo que tenha caráter mais econômico, versa

sobre a interiorização e controle de uma região estratégica territorialmente para a segurança do país.

A terceira hipótese: A atuação do Brasil na Operação Condor reflete sua função como protetor dos valores ocidentais na América do Sul, consolidando sua posição de liderança política e ideológica na região, relaciona o papel de proteção da segurança ocidental que o Brasil busca assumir e a sua também busca pela liderança política regional. Parte das comprovações empíricas advém das ações do Brasil na Operação e parte ocorre ainda no momento pré- Condor, mas inseridas num contexto de construção da Doutrina de Segurança Nacional e disseminação regional de aparatos repressivos.

**Tabela 11- Hipótese 3**

Hipótese	Ação Esperada	Comprovações Empíricas
A atuação do Brasil na Operação Condor reflete sua função como protetor dos valores ocidentais na América do Sul, consolidando sua posição de liderança política e ideológica na região	Criação e disseminação de ideologias doutrinárias na região do Cone Sul	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação da ESG</li> <li>2. Teoria dos Circulos Concêntricos elaborada pela Escola Superior de Marinha Naval</li> <li>3. Oferecimento de cursos e conferências na ESG e na EsNI para membros das forças de segurança dos demais países</li> <li>4. Noções Básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo</li> <li>5. Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)</li> </ol>
	Destaque em treinamento técnico, logístico e tático dentro da Operação Condor	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Oferecimento de cursos e conferências na ESG e na EsNI para membros das forças de segurança dos demais países</li> <li>2. Dicionário de Termos e Expressões, Nomes e Siglas Utilizados pelos Subversivos Terroristas</li> <li>3. Participação dos oficiais da Escola de Aplicação do Exército Paraguaio em manobras da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Brasil</li> <li>4. Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP)</li> <li>5. Operação NINFA V.</li> <li>6. Noções Básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo</li> <li>7. Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)</li> </ol>

	Interferência no contexto político de países vizinhos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apoio a grupos militares chilenos opositores ao governo Allende</li> <li>2. Operação 30 horas</li> <li>3. Envio de aviões militares com armamentos para Santa Cruz de La Sierra para apoiar o golpe de Banzer</li> <li>4. Conhecimento prévio de atividades golpistas de grupos militares argentinos em 1976</li> </ol>
	Participação de operações repressivas internacionais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação no sequestro, tortura e desaparecimento de uruguaios associados ao PVP entre 1976 e 1978</li> <li>2. Atuação de membros do SNI nos países da Condor, em parceria com às forças locais em diversas ocasiões</li> </ol>

A primeira ação esperada versa justamente sobre criar e disseminar ideologias doutrinárias na região, algo que conforme já demonstrado em outras hipóteses o Brasil tem destaque. Tem-se como comprovação desde a criação da própria Escola Superior de Guerra como o desenvolvimento de teorias, táticas de guerra revolucionária, a criação de centros de instrução e o oferecimento de cursos e conferências para Forças Armadas de toda América Latina e conseqüentemente dos países do Cone Sul.

A segunda ação aborda ainda essa vertente de disseminador técnico e ideológico do Brasil, mas exclusivamente dentro da Operação. Aqui, para além dos cursos já mencionados, destacam-se as missões conjuntas e o recebimento de militares de outras forças do Cone Sul para treinamento no país, algo destacado nos documentos do período. Em seguida, retoma-se novamente o posicionamento do Brasil como controlador, em alguns momentos, do contexto político de países vizinhos (influência e participação indireta nos golpes de Estado), o que se relaciona diretamente com a sua vontade em ocupar a função de protetor desses valores anticomunistas.

A última ação esperada trata sobre a participação de operações repressivas fora do seu território. Sabe-se que o Brasil não participou da Phase III da Operação Condor, que organizou atentados fora da América Latina, mas houve registro da participação brasileira em perseguições, sequestros e tortura de opositores aos regimes de países membro tanto dentro do Brasil quanto na região do Cone Sul.

A última hipótese: A segurança hemisférica foi instrumentalizada como um ativo para a agenda de desenvolvimento econômico do Brasil, buscando garantir a estabilidade interna e regional para a promoção de políticas econômicas estratégicas, pretendeu relacionar a agenda desenvolvimentista com a segurança hemisférica. Nesse caso, a congruência analisada não foca na Operação Condor e busca trazer um viés mais geral da instrumentalização da repressão e da pauta de segurança para suprir uma agenda das elites internas. Por essa razão, essa hipótese só pode ser seletiva ou de baixa congruência. A maior parte dessas comprovações foram retiradas dos objetivos e metas descritos nos PNDs.

Tabela 12- Hipótese 4

Hipótese	Ação Esperada	Comprovações Empíricas
A segurança hemisférica foi instrumentalizada como um ativo para a agenda de desenvolvimento econômico do Brasil, buscando garantir a estabilidade interna e regional para a promoção de políticas econômicas estratégicas.	Expansão da burocracia estatal sob justificativa de ameaças internas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação do Conselho Econômico de Desenvolvimento, comandado pelo presidente</li> <li>2. Criação do SNI</li> <li>3. Criação da DSI em todos os ministérios</li> <li>4. Criação da AESI</li> <li>5. criação de unidades permanentes de planejamento, orçamento e reforma e modernização administrativa nas Secretarias-Gerais</li> <li>6. Operação do sistema nacional de planejamento, permitindo a ação conjunta do planejamento federal com o dos Estados, regiões metropolitanas e principais municípios, para compatibilização de prioridades.</li> </ol>
	Aumento da interferência estatal na economia	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação de subsidiárias do BNDES para expandir empresas privadas brasileiras em associação com capital estatal</li> <li>2. Estatização de empresas em setores estratégicos: siderúrgico, petroquímico, papel e celulose, fertilizantes, mineral, indústria de base, dentre outros</li> <li>4. Controle do setor financeiro (bancos comerciais, bancos de investimentos, financeiras, corretoras, etc.)</li> <li>3. Criação do Conselho Econômico de Desenvolvimento, comandado pelo presidente</li> <li>4. Diversificação da pauta de exportações</li> <li>5. Política de produção para o exterior: consórcios de exportação; ampliação da rede de agências bancárias nacionais no exterior; ampliação do prazo e volume de financiamento às vendas etc.</li> <li>6. posicionamento em ambientes multilaterais e bilaterais de contrariedade a tendências neoprotecionistas</li> <li>7. Política de absorção de tecnologia</li> <li>8. Vedação de aumento de Impostos</li> <li>9. Estimulo a abertura de capital das empresas</li> </ol>
	Diminuição da participação popular no processo político	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. AI5</li> <li>2. Pacote de Abril</li> </ol>
	Estabelecimento de agendas econômicas de interesse de elites apoiadoras do regime	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. priorização da agenda agroexportadora (PRONATERRA, EMBRAPA)</li> <li>2. priorização da agenda industrial</li> </ol>

A primeira ação esperada trabalha a expansão da burocracia estatal usando as ameaças internas, nesse contexto, o comunismo, como justificativa. Aqui tem-se como comprovação aparatos administrativos criados no contexto dos PNDs, principalmente a partir do governo Geisel, em determinados momentos inclusive os planos citam a importância do controle e da manutenção desses aparatos frente a um contexto geral de desordem para garantir o desenvolvimento. Também se evidencia instrumentos que foram sendo criados ao longo do regime para sustentar a atividade repressiva como o SNI e as AESI.

A segunda ação se refere ao aumento da interferência do Estado na economia, fator muito explorado pelo regime ao longo dos dois PNDs. É possível observar na descrição dos objetivos econômicos diversas ações que favorecem o controle do Governo Central à economia nacional e, portanto, dos caminhos da política de crescimento, tais como: estatização de empresas consideradas estratégicas, controle do setor financeiro, e vedação do aumento de impostos.

As duas ações finais, respectivamente: diminuição da participação popular e estabelecimento de agendas econômicas de interesse das elites, também não tiveram comprovação direta apenas com o escopo dessa pesquisa. Contudo, menciona-se exemplos discutidos mais a fundo por outras fontes analisadas que podem se enquadrar nessas categorias como o próprio estabelecimento do AI5 e a priorização da agenda agroexportadora e industrial durante o recorte analisado.

Com a análise dessas hipóteses tem-se a seguinte conclusão em relação aos níveis de congruência da vertente II:

Força	Hipótese	Nível de Congruência
Crítica	Espera-se que a participação do Brasil na Operação Condor reflita os pressupostos doutrinários da DSN, em especial a noção de inimigo interno, a lógica da guerra interna permanente e a legitimação da cooperação repressiva transnacional.	Alto
Crítica	A atuação do Brasil na Operação Condor reflete a materialização do princípio estratégico central da Grande Estratégia brasileira, que integra segurança, desenvolvimento e projeção internacional como fatores indissociáveis do interesse nacional	Baixo

Secundária	A atuação do Brasil na Operação Condor reflete sua função como protetor dos valores ocidentais na América do Sul, consolidando sua posição de liderança política e ideológica na região	Alto
Crítica	A segurança hemisférica foi instrumentalizada como um ativo para a agenda de desenvolvimento econômico do Brasil, buscando garantir a estabilidade interna e regional para a promoção de políticas econômicas estratégicas.	Alto

A hipótese um tem nível de congruência alto, pois conta com número relevante de comprovações empíricas da participação do Brasil na construção e disseminação dos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional. A segunda hipótese, por sua vez, tem nível de congruência baixo, pois a maioria das ações esperadas traz comprovações que por si só não demonstram a integração direta entre segurança e desenvolvimento dentro da Condor especificamente. A terceira e a quarta hipóteses também apresentam o nível de congruência alto, pois trazem um número considerável de comprovações empíricas oriundas tanto das ações do Brasil na própria Operação quanto da Grande Estratégia descrita nos PNDs.

## 5 METODOLOGIA

Para atingir o objetivo de analisar a relação entre as ações empregadas pelo país na Operação Condor e a sua Grande Estratégia com a finalidade de investigar se a atuação do Brasil na Operação integra um braço da sua GE esta pesquisa utilizou o método hipotético-dedutivo pois parte de uma hipótese teórica (a influência da GE nas ações brasileiras) e buscou avaliá-la a partir do cruzamento com documentos, discursos e ações político-militares.

Ela é de nível básico, pois busca ampliar o entendimento de um fenômeno e tem foco teórico e interpretativo. Quanto ao seu objetivo, tende a ser explicativa, pois busca explicar a relação entre a GE brasileira e suas ações na Operação Condor e a possível compatibilidade entre a vertente teórica e esse objeto de observação empírica. Por fim, esta pesquisa tem abordagem qualitativa, pois analisa documentos históricos, discursos e interpretações.

Como aporte teórico-metodológico a pesquisa recorre a interdisciplinaridade, integrando correntes que discutem Grande Estratégia como: Kennedy (1991), Brands (2014), Silove (2018), Alsina Jr (2018), Milani e Nery (2019), Balzacq, Dombrowski, Reich (2019) e Liddell Hart (1954). Correntes que discutem Geopolítica brasileira: Couto e Silva (1981), Meira Mattos (1969), Travassos (1938) . Correntes que discutem Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimentismo: Bielschowsky (1988), Furtado (2016) e Fonseca (2015) e correntes que debatem a Operação Condor: McSherry (2005), Dinges (2004), Lessa (2022) e Cunha (2017).

Foram utilizadas duas ferramentas metodológicas principais: a revisão sistemática de literatura (Alves *et al.*, 2022) e a análise de congruência (Blatter, 2012), ambas associadas ao estudo de caso que tem como objeto principal a atuação do Brasil na Operação Condor. A identificação de onde e como foram aplicadas nesta pesquisa será feita mais a frente.

Para contextualizar a Operação Condor e, por conseguinte, a atuação do Brasil, foram analisadas fontes primárias e secundárias do período. Para acesso às fontes primárias, foram visitados presencialmente os acervos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV) e o Arquivo Nacional do Exército (AHEx), em 28, 29 e 30 de abril de 2025, respectivamente.

No CPDOC- FGV foram analisados três fundos: o arquivo do Gen. Antônio Carlos Murici, o arquivo do ex-presidente Ernesto Geisel e o arquivo de seu ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, estes dois últimos disponibilizados

online no site da instituição. O critério para escolha dos arquivos foi a participação dos seus titulares nos Governos que lançaram os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, ou seja, o período Médici e Geisel (1969-1979).

Em seguida para seleção da série de cada um dos arquivos foram consumidas aquelas enquadradas no período temporal de interesse e/ou referente a sua atuação no Governo. A partir da escolha das séries todas as pastas foram investigadas e selecionados os documentos que tivessem relação e relevância com a discussão empreendida pela análise das fontes secundárias.

No arquivo do Gen. Antônio Carlos Murici a série selecionada foi a Atuação político-militar, a qual compreende 1167 documentos incluindo seu período enquanto chefe do Estado-Maior do Exército do qual os documentos analisados foram retirados. Os documentos selecionados foram 3 cartas trocadas entre embaixadas e com figuras políticas de destaque de países do Cone Sul e um balanço de suas atividades ao fim do seu tempo como chefe do Estado-Maior.

Já no arquivo do ex-presidente Ernesto Geisel a série selecionada foi a Presidência, contendo documentos 3251 referentes a seu período no comando do Brasil. Os documentos selecionados incluíram relatórios produzidos pelo seu Ministro de Relações Exteriores e *aides-mémoire* (lembretes) resultantes de despachos com o Ministro da Marinha e o próprio Azeredo da Silveira.

Por fim, no arquivo de Azeredo a série selecionada foi a Ministério das Relações Exteriores que contém 66915 documentos. Dado o alto volume de fontes foram eleitos critérios de exclusão para análise de pastas que estivessem mais relacionadas ao objeto da pesquisa. Foram analisadas as pastas referentes às Relações Bilaterais e Relações com a Bacia do Prata. Os tipos de documentos selecionados são semelhantes aos do arquivo de Geisel com adição de telegramas e telefonemas trocados entre embaixadas.

Como o período militar do Brasil e sua participação na Operação são pouco investigados, o que compromete a existência de fontes primárias nacionais, foram analisadas também fontes estadunidenses referentes ao período de Guerra Fria e a influência dos EUA na política latino-americana e na formação da própria operação, a exemplo dos documentos do *National Security Archive*.

As fontes secundárias foram coletadas em plataformas de acesso a livros e periódicos como *Google Scholar*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e

Dissertações (BDTD), *Redalyc* e *SCIELO*, e *sites* governamentais, como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e o site do Ministério das Relações Exteriores.

A RSL foi utilizada como método de coleta de dados e mapeamento do estado da arte dos estudos de Grande Estratégia, para a partir disso identificar onde as discussões sobre Grande Estratégia brasileira se encaixam nesse âmbito. Após a realização da revisão e obtenção dos resultados conforme critérios definidos, foram analisadas conjuntamente bibliografia proveniente de literatura cinza considerada relevante sobre o tema para aprofundar a discussão.

Para realização da revisão sistemática de literatura foram utilizados dois conjuntos de palavras-chave “grande estratégia” e “grand strategy” combinadas com o operador booleano OR. Inicialmente, havia a pretensão de incluir também o conjunto “potências médias” mas após uma busca inicial em três bancos de dados (*Scopus*, *Redalyc* e *Scielo*) verificou-se o baixo volume de resultados (cerca de 10 juntados os 3 repositórios) e para dar prosseguimento ao método, manteve-se apenas o conjunto referente a Grande Estratégia, nas duas línguas de interesse, inglês (como língua de maior alcance e publicações) e português (por haver o interesse em possíveis estudos sobre GE brasileira e/ou feita por pesquisadores brasileiros).

O banco de dados escolhido foi o *Scopus* por concentrar revistas de grande relevância e alcance nas áreas de estudos abrangidos e sua aderência ao ranking Scimago de classificação. Para coleta no Scopus, foi utilizado o software de buscas *Publish or Perish* e gerada uma planilha em Excel, na qual foi feito o processo de triagem e extração de dados. Foram filtrados trabalhos que citassem as palavras-chave em seu título, resumo, palavras-chave e/ou corpo do texto. Neste momento, não foi utilizado nenhum filtro de exclusão e obteve-se o limite máximo de resultados de busca do software, 200 resultados.

Em seguida foi feita uma busca para excluir os resultados duplicados por meio do Excel. Ao total foram identificados seis resultados repetidos e 194 passaram para o processo de triagem. No que se refere a triagem, foram definidos três critérios iniciais de inclusão e exclusão, respectivamente: exclusão de todos os resultados que não estivessem no formato de artigo; exclusão de todos os artigos que estivessem abaixo da classificação Q1 e Q2 do Ranking SJR (disponível no site do Scimago); exclusão dos artigos que não apresentaram discussão substantiva no

título ou resumo. Por discussão substantiva entende-se aqui o debate do conceito de Grande Estratégia a nível teórico, mesmo que de forma pouco aprofundada.

Foi usado o seguinte sistema de código e cores para explicitar esses critérios:

**Tabela 13: Sistema de código e cores para inclusão e exclusão**

COLOR CODING	
TIPO	Formato da Publicação
DS	Discussão Substantiva
SJR	Ranking SJR

Fonte: Produzido pela autora

Em primeiro lugar, foi analisado o formato desses resultados a partir da classificação fornecida pelo *Publish or Perish*, filtrando na planilha todas as classificações que não eram artigos. Dos 194, 71 foram excluídos conforme esse critério e, portanto, 123 seguiram para a avaliação seguinte. Partiu-se então para a avaliação das revistas de cada artigo no ranking do Scimago. Verificou-se o ISSN fornecido pelo *Publish or Perish* de cada um dos textos e manteve-se apenas aqueles cuja revista possuía classificação Q1 e Q2. Desses, quatro não atenderam aos critérios estabelecidos, restando 119 artigos para a discussão substantiva.

Nesta etapa, buscou-se, primeiramente, nos títulos e resumos, quais artigos de fato se referiam ao estudo da GE, ou seja, além de citar Grande Estratégia propriamente, tinham como proposta, mesmo que no resumo, discutir teoricamente essa categoria. De 119 artigos, 66 foram aprovados de acordo com o último critério de exclusão.

Em seguida, no processo de extração de dados foi feita a leitura dos artigos selecionados e a coleta das informações: motivo da escolha; número de citações; autor(es); país de publicação; tema; título; classificação SJR; ano de publicação; revista de publicação; editora; DOI; ISSN; resumo; palavras-chave (se houvesse); resultados e limitações. Como a variável de interesse é discutir teoricamente Grande Estratégia, quais seus objetos de estudo e suas limitações; ao identificar artigos que

não atendiam esse parâmetro já durante o processo de extração, uma nova exclusão foi feita. Dos 66 artigos selecionados, apesar de citarem no resumo a intenção de debater GE, a maioria trazia um viés prescritivo no corpo do texto, ou seja, buscava indicar a melhor forma de estabelecer uma Grande Estratégia ou o modelo mais adequado a certo contexto internacional, enquanto trazia pouca discussão teórica ou mesmo definição básica do conceito.

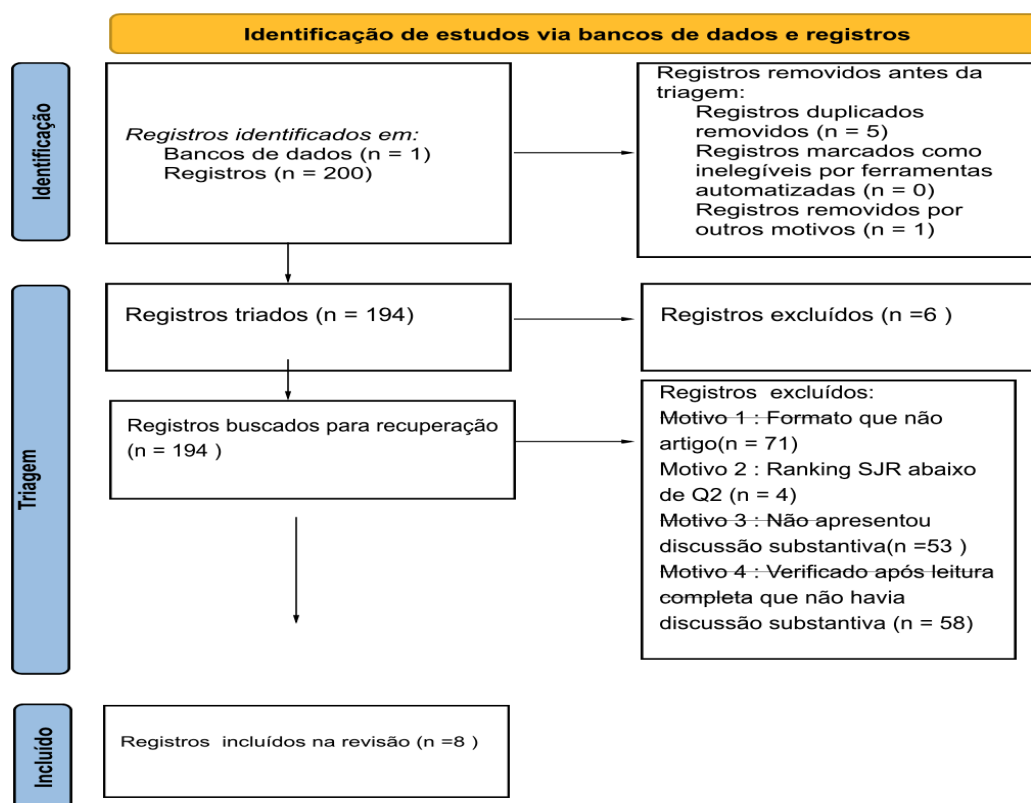
Dessa forma, dos 66 artigos aprovados, apenas 8 englobam a variável de interesse (discutir teoricamente Grande Estratégia, quais seus objetos de estudo e suas limitações) e, portanto, tiveram seus dados extraídos e análise feita na segunda parte deste artigo. Os artigos que atenderam, portanto, todos os critérios estabelecidos na RSL foram:

**Tabela 14: Resultado final de artigos resultantes da RSL**

<b>DOI</b>	<b>citações</b>	<b>Ano</b>	<b>país de publicacao</b>
10.1080/09636412.2017.1360073	86	2018	UK
10.1080/09636410903546426	57	2010	UK
10.1111/j.1468-5965.2009.02007.x	96	2009	UK
10.1080/01402390.2017.1288109	24	2018	UK
10.1080/09636412.2018.1508631	26	2019	UK
10.1080/09636412.2014.1001198	95	2015	UK
10.1017/S0260210509990532	143	2010	UK
10.1093/cjip/pou032	45	2014	UK

**Fonte: produzido pela autora**

O fluxograma a seguir apresenta os resultados com base no protocolo desta revisão:



Fonte: produzido pela autora com base no modelo de fluxograma do protocolo PRISMA (2020)

A partir da triagem e leitura dos artigos excluídos nessa fase notou-se a presença massiva de artigos que apresentavam estudos de caso e tinham como objetivo final trazer prescrições sobre a GE de determinado país, majoritariamente EUA, China e Reino Unido. Tal fato pode ser alinhado com a dificuldade em unificar um conceito de Grande Estratégia.

Como a maioria dos artigos trabalhados nesse espaço amostral não se dedica a delimitar o conceito que utiliza, suas classificações e objetos de análise, tem-se a propagação de um efeito difuso e frágil teoricamente. Faz-se necessário um entendimento desse quadro também analisando outros formatos de publicação acadêmica para expandir a assertividade da análise, mas é possível afirmar que na discussão da variável de interesse desse trabalho, essa se mostrou a primeira limitação da pesquisa.

Em relação aos oito artigos finais analisados, focou-se em três aspectos principais nos dados recolhidos: objetivo geral; país de publicação; resultados e limitações (utilização do conceito). No que tange o primeiro aspecto, apenas metade traz exclusivamente a discussão teórica, tendo os outros focado em discutir a GE de

um país ou bloco específico apesar de trazer no mínimo um tópico de discussão teórica em torno do conceito, o que promoveu contribuições relevantes à pesquisa. Contudo, mais uma vez, em outro espaço amostral, mais reduzido, apresenta-se a popularidade de discussões específicas de experiências únicas de GE e a fragilidade do conceito construído.

Apesar da discussão massiva da Grande Estratégia estadunidense, todos os artigos selecionados foram publicados no Reino Unido. Conclui-se que o centro das discussões sobre Grande Estratégia ainda é no seio das Grandes Potências. Ainda que não se debata a sua própria GE, trata-se sempre de outra Grande Potência, ou para alguns autores analisados aqui, da GE do hegemom do sistema internacional (EUA).

Por fim, tratando-se dos resultados e limitações, três dos quatro artigos que focaram do debate teórico propõem divisões e classificações de agendas de estudo dentro do emprego e análise de GEs, são eles o texto de Silove (2018); Miller (2010) e Balzacq; Dombrowski; Reich (2019). O artigo destoante foi o de Kitchen (2010), que observa a influência de fatores domésticos no processo de formulação de uma GE e propõe uma aderência teórica com o realismo neoclássico.

Dentre os outros quatro artigos que trazem estudos de caso e/ou trabalhos prescritivos, dois debatem também a influência de fatores domésticos no processo de formulação da GE e ainda incluem debates sobre a legitimidade dentro de um viés construtivista de análise; são os textos de Rogers (2009) e Goddard e Krebs (2015). Por fim, tem-se o artigo de Popescu (2018), que debate o processo de definição de objetivos e a disputa entre curto e longo prazo no campo da efetividade da GE e o artigo de Buzan (2014), que foca em analisar a GE chinesa e suas características contribuindo apenas com algumas reflexões ao conceito.

A seguir compartilha-se o checklist do protocolo PRISMA e a planilha com o protocolo e resultados da RSL: **planilha e checklist**

Esta pesquisa utiliza também o estudo de caso aliado à ferramenta da análise de congruência (Blatter, 2012). Aqui, a escolha da análise de congruência como ferramenta se dá pela intenção de comprovar, ou não, a influência do arcabouço teórico da Grande Estratégia brasileira (expressa nos PND I e II) no objeto de análise, a atuação do Brasil na Operação Condor, durante o recorte referido.

O uso da análise de congruência tem sido uma alternativa para sofisticar as abordagens metodológicas em estudos de caso. Essa ferramenta se utiliza do estudo de caso para explicar a relevância de uma abordagem teórica ou reforça a aspiração de novas teorias ou paradigmas a serem reconhecidos em um campo de pesquisa (Blatter, 2012).

Na prática, a análise de congruência se constrói em duas etapas: primeiro, deduz-se uma série de implicações observadas em uma teoria específica e, depois, compara-as a uma série de observações empíricas em que supostamente se encontram essas características teóricas. A construção de uma análise de congruência ocorre então da seguinte forma: há comparação entre as inferências teóricas e os fatos empíricos, fase majoritariamente de interpretações e reflexões e esta pode levar a três cenários: as observações estão de acordo com as expectativas; estão em desacordo; ou não estão de acordo, mas não chegam a causar desacordo (Blatter, 2012).

Uma outra etapa que pode ser empregada é a demonstração de que não apenas a teoria converge com os fatos empíricos, mas que ela converge de forma mais elevada que outras e, então, são incluídas etapas de comparação entre as congruências e deduções com outras teorias e os mesmos fatos empíricos (Blatter, 2012).

## 6 CONCLUSÃO

O problema central sob qual essa pesquisa se debruçou foi a possível relação entre a Grande estratégia brasileira dos governos Médici e Geisel e as ações do país dentro da Operação Condor. A partir das análises empregadas evidencia-se que a relação entre PNDs e Condor não foi de determinação direta, mas de convergência dentro de uma mesma matriz doutrinária, estratégica e autoritária.

Em primeiro lugar buscou-se entender e explicitar o que foi a Operação, qual o contexto histórico de sua formação, seus principais feitos e o papel do Brasil nesse processo.

A Operação Condor foi fruto de uma agenda comum estabelecida entre os países do Cone Sul durante a década de 70, cujo objetivo era combater aquilo que se entendia como subversão, ou seja, as organizações de esquerda, as guerrilhas armadas ou qualquer aliado político e social que fosse oposição aos regimes estabelecidos. A primeira reunião entre os países que determinou a institucionalização da Condor ocorreu no Chile em 1975 e foi organizada pelos seus serviços de inteligência, a DINA (Dinges, 2004).

A partir das análises empreendidas no capítulo um, identificou-se que a Doutrina de Segurança Nacional deu as bases ideológicas para a formação desse aparato. Destaca-se o papel de influência dos Estados Unidos e dos mecanismos regionais interamericanos da época, responsáveis por formular e disseminar essa doutrina inicialmente. Contudo, ao observar a experiência local, nota-se que as elites internas de cada um desses países em conjunto com suas forças militares trabalharam no processo de adaptação e reformulação de uma Doutrina de Segurança Nacional própria e alinhada com objetivos internos.

No caso do Brasil, evidencia-se o papel da Escola Superior de Guerra e de outros aparatos que surgiram mais tarde como o IBAD e o IPES, responsáveis por pensar e desenvolver a chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que atrelava a segurança nacional e o combate à subversão a pauta do desenvolvimento econômico. Essa construção doutrinária ajudou não só a legitimar e implantar o regime ditatorial no país, mas também deu as bases para a construção de uma Grande Estratégia nacional.

Para garantir a manutenção dessa segurança nacional e, portanto, superar o subdesenvolvimento, pilares do interesse nacional, fazia-se necessário o estabelecimento de uma estratégia de longo prazo. Esta deveria ser formada por objetivos permanentes e objetivos de médio e curto prazo adaptáveis, a partir da aplicação e alocação dos recursos disponíveis no país.

Por essa razão o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar como a Grande Estratégia brasileira desse período se relaciona com as ações do Brasil na Operação Condor, já que ambos se constroem sobre o mesmo arcabouço doutrinário e se desenrolam no mesmo período temporal. Para isso, foi realizada inicialmente uma análise documental e bibliográfica acerca da participação do Brasil na Operação. Em seguida, foi realizada uma revisão sistemática de literatura para atualizar o estado da arte e delimitar qual o conceito de Grande Estratégia trabalhado nessa pesquisa, além de discutir os dois documentos entendidos como a expressão material dessa GE nacional: os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Por fim, foi realizada uma análise de congruência entre esses dois tópicos: o objeto da pesquisa, a atuação do Brasil na Operação, que representa a parte empírica e a Grande Estratégia brasileira, que é a parte teórica a que se desejou avaliar o nível de congruência. No caso da participação do Brasil na Operação Condor, após as discussões realizadas no primeiro capítulo, é possível perceber que a sua principal distinção foi a sistematização doutrinária, o treinamento e o fortalecimento de táticas e aparatos repressivos entre os países do Cone Sul, mesmo antes da institucionalização dessa operação.

Em geral, a Condor foi um processo bem-sucedido de perseguição, tortura e desaparecimento de opositores, não só dentro do território da América Latina, mas também na Europa e Estados Unidos, graças a sua exponencialidade tecnológica e a cooperação contínua entre as inteligências dos países-membro.

Em razão do seu momento político já mais avançado na experiência autoritária, em confluência com a sua política externa pragmática e ecumênica a partir do Governo Geisel, o Brasil pendulou sua participação na Condor, evitando integrar atividades mais arriscadas e violentas fora do território regional. Destaca-se principalmente, sua recusa em participar da Phase III, que organizou atentados a figura de destaque político internacional. Isso não significa que o país não tenha colaborado com a perseguição e captura de opositores próprios e de outros países,

dentro do Brasil e também nas regiões vizinhas. O Brasil teve extensa participação no monitoramento de exilados principalmente no entorno da Bacia do Prata, colaborando bilateralmente com Uruguai, Argentina e Paraguai por diversas vezes.

Ao tratar da Grande Estratégia brasileira, o segundo capítulo tem a iniciativa de delimitar o conceito trabalhado nesta pesquisa e incluir à discussão autores que trazem uma perspectiva mais recente do tema e conversam com a realidade de potências médias, como Silove (2018), Alsina Júnior (2014), Brands (2014) e Pacheco, Carvalho e Montenegro (2025).

Ainda que não haja consenso em relação ao conceito trabalhado, a partir da discussão realizada entende-se a Grande Estratégia como uma camada superior do planejamento político, que envolve a adequação das capacidades totais de um país em torno de um interesse nacional marcado por objetivos de curto, médio e longo prazo. Essas capacidades envolvem as mais variadas dimensões: política, militar, econômica e cultural.

Essa GE também pode ser expressa de formas multifacetadas: ela pode ser um plano transcrito em um documento com seus objetivos e planos metas bem definidos, mas também pode ser advinda de um princípio orientador que norteia as ações do Estado em determinado período ou até mesmo um padrão de comportamento que se repete durante determinado recorte histórico.

Nesse contexto, potências médias também podem construir estratégias próprias a partir da disposição de seus recursos e interesses. Contudo, diferente das Grandes Potências, elas vão enfrentar constrangimentos e limitações em suas capacidades. Como o quadro de limitações é maior e mais instável, a alocação de recursos pensando no médio e curto prazo se torna mais central do que o planejamento de longo prazo. Por isso, discute-se a utilização de canais que fujam diretamente do uso das capacidades militares como a diplomacia, a política externa e os arranjos econômicos especialmente a nível regional, que se torna o ambiente propício para atuação e destaque dessas potências médias.

É importante fazer a ressalva de que mesmo que as primeiras discussões sobre Grande Estratégia tenham sido pensadas em contextos de Grandes Potências, também foi levada em conta que esses Estados enfrentam limitações em suas capacidades e por isso precisam também lidar com certo nível de constrangimento internacional. Nessa discussão, fica clara a centralidade para esses

países da superação da sua principal limitação, que é o subdesenvolvimento econômico.

Portanto, é possível dizer que o desenvolvimento é parte importante da Grande Estratégia de potências médias, dando a dimensão econômica uma centralidade na definição do interesse nacional frente às demais capacidades estatais, entendendo que sem essa garantia de crescimento não seria possível atingir os demais objetivos. A partir dessa conclusão foi incluída a análise do pensamento geopolítico brasileiro da época, que trabalhou na formulação de uma ideia de Brasil com capacidade para ser potência e corroborou a pauta desenvolvimentista.

Identificou-se, que esse estímulo à pauta do desenvolvimento foi absolvido não só pela Doutrina de Segurança Nacional, mas também pela Grande Estratégia brasileira da época, que são dois pilares entendidos como indissociáveis a partir daqui. Ou seja, o entendimento do Brasil enquanto potencial líder regional e mundial, a definição de seus principais recursos e desafios foi uma pauta concomitante das escolas geopolíticas da época que ajudaram a corroborar a conexão do desenvolvimento com a segurança nacional. Isso embasou não só o estabelecimento de um regime ditatorial no Brasil, mas mais tarde teve seu ápice com o lançamento de dois documentos estratégicos representando esses interesses.

Os dois PNDs (1971; 1974) trazem esse discurso ideológico que une a segurança nacional e o desenvolvimento como pilares do interesse nacional e define como objetivo permanente galgar o país a um espaço de grande potência. Além disso, os documentos trazem objetivos e metas a médio, curto e longo prazo que vão expressar o caminho para atingir esse espaço, que aqui é entendido como principalmente econômico, mas dialoga com outras dimensões. Ademais, pode-se dizer que a GE do período é em parte representada pelo próprio princípio ideológico da DSN brasileira.

Essa conclusão dá origem às vertentes de análise a serem observados no capítulo 3 enquanto possíveis influências teóricas das ações do Brasil na Condor. A própria Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento enquanto o princípio norteador da GE e os Planos Nacionais de Desenvolvimento, enquanto documentos materiais dessa Grande Estratégia. Mesmo não sendo teorias por si só, essas são categorias indissociáveis de influência, por isso a congruência de cada uma dessas

vertentes não elimina ou diminui o outro e a confluência dessas duas análises permite uma conclusão mais completa em relação a pergunta que se busca responder.

Em relação à análise de congruência da primeira vertente: os Planos Nacionais de Desenvolvimento, as hipóteses foram pensadas para relacionar as ações do Brasil na Condor com objetivos expressos nos dois documentos. Em segunda instância também foram pensadas hipóteses para relacionar o uso de capacidades que envolvessem as dimensões de uma Grande Estratégia em geral, não necessariamente expressas nos PNDs. Por fim, também foram verificadas relações com objetivos definidos pela GE da época, mas que foram abordados de forma menos central pelos PNDs, a hegemonia regional e a influência sobre o heartland sul-americano.

Com base nisso, identificou-se que a primeira vertente de análise (PNDs) obteve alta aderência com ações da Condor, mas apresentou uma hipótese de congruência seletiva e uma hipótese de baixa congruência. Essas hipóteses se relacionam com a ideia de instrumentalizar as ações da Condor para alcançar objetivos militares e econômicos alinhados a seus documentos de Grande Estratégia.

Ainda que tenham sido registradas ações que fortaleceram a economia e as forças militares do país durante o período da Condor, dentro de um contexto de intensificação da relação com os países-membro, não há uma menção direta nos documentos dessa conexão ou outras evidências documentadas que comprovem que essas ações integraram diretamente esse planejamento ou são causa direta desses resultados. Mesmo assim, pela quantidade de comprovações empíricas que apresentam proximidade entre as prioridades políticas e regionais discutidas nos PNDs as ações da Condor, ou seja, certo benefício mútuo entre elas, a relação entre esses dois eixos não pode ser considerada baixa.

Em relação à segunda vertente que é a Doutrina de Segurança Nacional enquanto princípio da GE brasileira, as hipóteses buscaram relacionar os próprios pressupostos doutrinários com as ações do Brasil na Condor para entender o nível de influência entre elas. Nesse caso, três das quatro hipóteses apresentaram alto nível de congruência entre as comprovações empíricas e as ações esperadas, o que demonstra uma relação forte e direta por várias vezes explícita entre esse princípio norteador e a participação do Brasil na Condor.

Sob essa lógica chegou-se à conclusão de que a participação do Brasil na Operação não está diretamente descrita ou mencionada como objetivo direto dos seus documentos de Grande Estratégia, mas em determinado âmbito, por fazerem parte do mesmo processo ideológico, é possível identificar relações entre essas ações e os objetivos definidos nos PNDs. Ainda que não seja possível dizer que essas ações na Condor foram geradas diretamente por objetivos definidos nos documentos tampouco é possível ignorar a relação de benefício muito que existe entre eles.

A análise da segunda vertente traz uma resposta explicativa para esse aspecto: é justamente a influência ideológica da Doutrina de Segurança Nacional sob ambos. Nesse contexto, a relação entre a Doutrina e as ações do Brasil na Operação Condor são diretas e explícitas, e como a própria doutrina não pode ser desconectada do processo de formação da Grande Estratégia brasileira e vice-versa, é possível dizer que as ações do Brasil na Condor e a Grande Estratégia brasileira, os seus PNDs, partem do mesmo vetor de influência.

Retomando a pergunta norteadora desta pesquisa: Como as ações da Condor se relacionam com os PNDs? A partir dessas conclusões é possível dizer que não se relacionam diretamente e não há uma influência geradora entre um e outro. Não é possível dizer que os objetivos dos PNDs estimularam e direcionaram a participação do Brasil na Condor ou o contrário. Contudo, é possível dizer que ambas se enquadram no mesmo processo e compartilham características, portanto podem e devem ser observadas como parte do mesmo conjunto de ações em direção ao alcance do interesse nacional da época.

Para realização dessa análise de congruência buscou-se usar exclusivamente o aparato discutido e analisado dentro dessa pesquisa nos Capítulos um e dois. Contudo, em algumas hipóteses foi necessário recorrer a verificação em outras fontes para fortalecer o resultado, por isso percebeu-se que uma limitação desta pesquisa foi a necessidade de adensar a discussão nos campos econômicos e burocráticos. Além disso, a análise de documentos para além dos Planos Nacionais de Desenvolvimento que enquadrem a capacidade militar e os objetivos para esse âmbito também é percebida com uma discussão a ser explorada.

Entende-se que esses vetores podem compor uma agenda futura de pesquisa sobre a relação existente entre a Operação e a Grande Estratégia brasileira, explorando documentos que possam se relacionar mais diretamente ao

contexto da segurança ou ainda analisando como essa participação do Brasil estimulou e foi alimentada pela política econômica em curso no país.

Por fim, destaca-se a contribuição dessa pesquisa para a agenda de estudos de Grande Estratégia por fortalecer as características teóricas próprias de uma estratégia brasileira e também de potências médias, explicitando a instrumentalização do desenvolvimento e da segurança nacional como um viés de diferenciação. Além disso, o debate sobre a participação do Brasil na Operação Condor que ainda é sombreado no país, também é um destaque, principalmente pela pesquisa documental realizada e pelo holofote dado a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento formulada no Brasil como um vetor de conexão entre empreendimento repressivos e os interesses das elites nacionais.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **Uma breve história da Geopolítica**. Rio de Janeiro: CENEGRI-Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2011.
- ALÉN, L. H. Argentina: Entre águilas y cóndores. La coordinación represiva en la dictadura cívico militar de 1976-1983. *In*: Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos, MERCOSUR. **40 años del Cóndor**. Montevideo, 2015, 24-49 .
- ALSINA JR, João Paulo Soares. **Ensaio de Grande Estratégia brasileira**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- ALVES, E. *et al.* Como fazer uma revisão sistemática da literatura? Um guia prático em governança marinha. *In*: FERNANDES, Ivan Filipe (org.). **Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências**. v. 1, 1. ed. São Paulo: Iole Editora, 2022.
- ALVES, M. H. M. State and Opposition in Military Brazil. **Latin American Monographs**, n. 63. Austin: Institute of Latin American Studies, University of Texas at Austin; Texas: University of Texas Press, 2005.
- BALZACQ, T.; DOMBROWSKI, P.; REICH, S. **Is Grand Strategy a Research Program? A Review Essay**. *Security Studies*, v. 28, n. 1, p. 58–86, 2019. Acesso em: 06 nov. 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09636412.2018.1508631>
- BARCELLOS, João Miguel Villas-Bôas. **Segurança e desenvolvimento como fundamento da “grande estratégia” do governo Geisel: uma análise geopolítica**. 2017. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- BERNARDES, R. S; ANDRIANT, B. G.. De Santiago a Brasília: as relações repressivas entre a ditadura brasileira e a chilena na Operação Condor. **Revista História em Curso**, v. 6, n. 10, dez. 2024.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Ipea/Inpes, 1988.
- BLATTER, J. Innovations in Case Study Methodology: Congruence Analysis and the Relevance of Crucial Cases. **Annual Meeting of the Swiss Political Science Association**, 2012.
- BRAGA, L. M. Operação Condor: A internacionalização do terror. **Estudios Avanzados**, Santiago, v. 1, n. 21, p. 111-136, 2014.
- BRANDS, Hal. **What good is grand strategy: power and purpose in American statecraft from Harry S. Truman to George W. Bush**. Cornell University Press, 2014.
- BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento**. Brasília, 1971.
- \_\_\_\_\_. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. Brasília, 1974.
- \_\_\_\_\_. Departamento de Polícia Federal. **Subversivos paraguaios em Foz do Iguaçu/PR: possível atentado à Usina de Itaipu e Ponte Internacional da Amizade**. Foz do Iguaçu, 17 nov. 1976. Documento confidencial. Arquivo Nacional – Fundo Comissão Nacional da Verdade. Código de referência: BR\_RJANRIO\_0CNV\_0\_OCO\_00092\_002797\_2014\_10.
- \_\_\_\_\_. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório final**. Volume 1. Brasília: CNV, 2014. 97.6 p. Recurso eletrônico.
- BUZAN, B. The Logic and Contradictions of “Peaceful Rise/Development” as China’s Grand Strategy. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 4, p. 381–420, 3 jun. 2014.
- CALLONI, Stella. **Los Archivos del Horror del Operativo Cóndor**. 1998. Derechos Human Rights. Disponível em: <<https://www.derechos.org/nizkor/doc/condor/calloni.html>>. Acesso em: 10 nov. 2023
- CAMPOS, A. **A Comissão Nacional da Verdade e a Operação Condor**. Recife: Carpe Diem – Edições e Produções, 2012. 160 p.
- CARDOSO, S. A; MIYAMOTO, S. A política externa dos governos Geisel e Lula: similitudes e diferenças. **Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2013.

CASTRO, Therezinha de. América do Sul: vocação geopolítica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 142, p. 341-367, jan./fev. 2009.

CASTRO, Therezinha de. Antártica - o assunto do momento. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 142, p. 367-399, jan./fev. 2009.

CERVO, A. L. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, jul./dez. 2003.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 5. ed. Brasília: Editora da UnB, 2015.

CHILE. Dirección de Inteligencia Nacional. **Carta convite do diretor da DINA, Manuel Contreras, para paraguaios participarem de reunião de coordenação repressiva**. 25 ago. 1975. Disponível em:

<https://nsarchive.gwu.edu/document/32168-document-11-dina-letter-invitation-dina-director-manuel-contreras-paraguayans-attend>. Acesso em: 21 jun. 2025.

COUTO E SILVA, G. d. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

CUNHA, L. C. **Operación Cóndor: el secuestro de los uruguayos. Un reportaje del tiempo de la dictadura**. Montevideo: SERPAJ Uruguay; Fundación Rosa Luxemburgo, 2017.

DALENOGARE NETO, W. A Operação Condor e a Emenda Koch. **Sæculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 39, p. 69-82, jul./dez. 2018.

DINGES, J. **The Condor Years: How Pinochet and His Allies Brought Terrorism to Three Continents**. New York: The New Press, 2004.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIAS, H. C. A dimensão geopolítica do desenvolvimento: competição interestatal e o desenvolvimentismo brasileiro. In: RODRIGUES, J. N *et al.* (org.). **Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2021. p. 177-199.

FEIERSTEIN, D. National Security Doctrine in Latin America: The Genocide Question. In: BLOXHAM, D; MOSES, A. D. **The Oxford handbook of genocide studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010, 489-508.

FERNANDES, A. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-856.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: A construção do conceito, Texto para Discussão, No. 2103, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília. 2015

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A escola geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2004.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. [5 ed.] Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

GASPARI, E. **A ditadura encurralada**. [2 ed]- Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GEISEL, Ernesto. **Política Externa Americana**. Arquivo Ernesto Geisel, série Presidência; pr 1974.03.00/2, documento 15-26 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro).[s.d].

\_\_\_\_\_. **Exercícios com a Marinha do Paraguai- Operação Ninfa IV**. Arquivo Ernesto Geisel, série Presidência; pr 1974.03.19, documento 54 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 28 de fev. 1975.

\_\_\_\_\_. **Operações com a Armada argentina**. Arquivo Ernesto Geisel, série Presidência; pr 1974.03.19, documento 98 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 19 nov. 1976.

\_\_\_\_\_. **Adido Naval em Montevideo**. Arquivo Ernesto Geisel, série Presidência; pr 1974.03.19, documento 105 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro).22 de fev. 1977.

GODDARD, S. E.; KREBS, R. R. Rhetoric, Legitimation, and Grand Strategy. **Security Studies**, v. 24, n. 1, p. 5–36, 2 jan. 2015.

HERMANN, M. *et.al.* Who leads matters - The effects of powerful individuals. **International Studies Review**, v. 3, n. 2, p. 83-131, 2001.

INTERPOL. **What is INTERPOL?** [online]. Disponível em: <https://www.interpol.int/Who-we-are/What-is-INTERPOL>. Acesso em: 7 ago. 2025.

KENNEDY, P. **Grand Strategies in War and Peace**. New Heaven, Yale University Press, 1991.

KITCHEN, N. Systemic pressures and domestic ideas: a neoclassical realist model of grand strategy formation. **Review of International Studies**, v. 36, n. 1, p. 117–143, jan. 2010.

KORNBLUH, P. **The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability**. New York: The New Press, 2013.

KRISCHKE, J. Brasil y la Operación Cóndor. *In: Primer Encuentro de Museos de la Memoria del MERCOSUR*, Montevideo, abr. 2008. Montevideo: Ministério da Educação e Cultura do Uruguai; Ministério das Relações Exteriores; Intendência Municipal de Montevideo, 2008.

LENTZ, R. O pensamento político dos militares brasileiros: a doutrina de “segurança nacional” revisitada (1930-1985). **Revista da Escola Superior de Guerra**. V. 34, n. 70, 2019.

LESSA, F. **The condor trials: transnational repression and human rights in South America**. New Haven: Yale University Press, 2022.

LESSA, F. Base de Datos sobre Violaciones Transnacionales de Derechos Humanos en América del Sur (1969–1981): **Informe estadístico 2022**. [S.l.]: Universidad de Oxford; Horizon 2020 – Marie Skłodowska-Curie Actions, 2022.

LIDDELL HART, B. H. **Strategy**. 2. ed. rev. London: Faber and Faber, 1954.

MATTOS, C. M. **Geopolítica Brasileira – Predecessores e Geopolíticos**. Revista da Escola Superior de Guerra, n. 39, p. 58–82, 31 dez. 1969. n. 39 (2000). Disponível em: <<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/561>> Acesso em: 19 dez 2024.

MATTOS, R. S. **A direção de inteligência nacional (DINA), o terrorismo de estado no Chile e as relações com o imperialismo estadunidense (1973-1977)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019.

MARES, D. R. The National Security State. *In: HOLLOWAY, T. H. (ed.). A Companion to Latin American History*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2007, p. 386-405.

MARIANO, N. **Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos**. 2006. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2006.

MCSHERRY, J. P. **Predatory states: Operation Condor and covert war in Latin America**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2005.

MCSHERRY, J. P. Maquinaria de la muerte: la Operación Cóndor. **Taller (Segunda Época)**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 1, n. 1, 2012.

MENJÍVAR, C.; RODRIGUEZ, N. State Terror in the U.S.-Latin American Interstate Regime. *In: MENJÍVAR, C.; RODRIGUEZ, N. When states kill: Latin America, the U.S., and technologies of terror*. 1st ed. Austin: University of Texas Press, 2005, p.03-20.

MILANI, Carlos R S; NERY, Tiago. **The sketch of Brazil's grand strategy under the Workers' Party (2003–2016): Domestic and international constraints**, **South African Journal of International Affairs**. (2019) DOI: 10.1080/10220461.2019.1584583

MILLER, B. Explaining Changes in U.S. Grand Strategy: 9/11, the Rise of Offensive Liberalism, and the War in Iraq. **Security Studies**, v. 19, n. 1, p. 26–65, 26 fev. 2010.

MOLINARI, L. (2011). Las elites salvadoreñas y la Doctrina de Seguridad Nacional en los 60. Boletín de La AFEHC, **Asociación para el Fomento de los Estudios Históricos en Centroamérica**, 49.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950- 1988)**. [s.l.] Editora José Olympio, 2013.

MONTENEGRO, L. A. **Grande Estratégia Brasileira: Análise Dos Governos Médici E Geisel (1969-1979)**. 2023. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2023.

MÜLLER NETO, B. C. *et. al.* A Relação entre os Governos Brasileiro e Paraguai (1954–1973): Da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai ao Tratado de Itaipu. **Revista Perspectiva: Reflexões Sobre a temática Internacional**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, jul. 2021.

MURICI, A. C. **Principais Atividades do Estado-Maior do Exército durante a chefia do General Murici**. Arquivo Antônio Carlos Murici, série Atuação político-militar, documento 2 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 1970

\_\_\_\_\_. **Carta ao Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Argentina**. Arquivo Antônio Carlos Murici, série Atuação político-militar, documento 0184 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 1970

\_\_\_\_\_. **Carta do Presidente da República do Paraguai**. Arquivo Antônio Carlos Murici, série Atuação político-militar, documento 0168 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 30 de set. 1970.

\_\_\_\_\_. **Carta ao Embaixador do Brasil no Paraguai**. Arquivo Antônio Carlos Murici, série Atuação político-militar, documento 0151 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 20 de jul. 1970.

O'DONNELL, G. A. **Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics**. Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1973.

OLIVEIRA, N. D. d. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a Escola Superior de Guerra. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 135–157, dez. 2010.

PACHECO, C. C; CARVALHO, A. L. V. C. de; MONTENEGRO, L. A. Grande estratégia e a agenda de pesquisa em potências médias: um estudo exploratório do caso brasileiro. **Conjuntura Global**, v. 14, n. 2, p. 156–175, 2025

PADRÓS, E. S. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **História & Luta de Classes**, Porto Alegre, n. 4, p. 43-49, jul. 2007.

PADRÓS, E. S; SLATMAN, M. Introducción: Coordinaciones represivas en el Cono Sur (1964–1991). **Taller (Segunda Época)**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 27–32, oct. 2012.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966–1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 2, p. 43–62, 2009.

PINHEIRO, L. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 247–270, 1993.

PION-BERLIN, D. (1989). Latin American National Security Doctrines: Hard and softline themes. **Armed Forces & Society**, 15(3), 411-429. doi: <https://doi.org/10.1177/0095327X8901500305>

PLANCÓNDOR.ORG. **Repression Across Borders: Mapping Transnational Terrorism in South America (1969–1981)**. Projeto coordenado por Francesca Lessa, Universidade de Oxford, com financiamento do programa de pesquisa e inovação da União Europeia Horizon 2020, no âmbito do projeto Marie Skłodowska-Curie nº 702004. Disponível em: <https://plancondor.org>. Acesso em: 21 jun. 2025.

POPESCU, I. C. Grand Strategy vs. Emergent Strategy in the conduct of foreign policy. **Journal of Strategic Studies**, v. 41, n. 3, p. 438–460, 2018.

RABE, S. G. **The Killing Zone: The United States Wages Cold War in Latin America**. 2. ed. New York; Oxford: Oxford University Press, 2016.

RONIGER, Luis. US hemispheric hegemony and the descent into genocidal practices in Latin America *In: ESPARZA, M.; HUTTENBACH, H. R; FEIERSTEIN, D. State violence and genocide in Latin America: The Cold War years*. 1. issued in paperback ed. London: Routledge, 2011, p. 23-43.

RUZ, M. (1977). Doctrina de Seguridad Nacional. Contribución a un debate. **Revista Mensaje** 26(261), 418-426.

SALA, L. Y. Las ideas externas en las doctrinas militares latinoamericanas de la guerra fría. **Secuencia**, 19 out. 2021.

SCALIANTE, E. A. **Políticas Coercitivas Da Operação Condor**. 2010. Dissertação. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC- SP. São Paulo, 2010.

SILOVE, Nina. **Beyond The Buzzword: The Three Meanings of Grand Strategy**. *Security Studies*, v. 27, n. 1, p. 27-57, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09636412.2017.1360073>> Acesso em: 19 dez 2024.

SILVA, J. A **Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVEIRA. **Política Externa Transportes**. Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, série Ministério das Relações Exteriores- Bacia do Prata; mre bp 1977.05.03, documento 46 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 25 de ago. 1978.

\_\_\_\_\_. **Comunicação Telefônica do Embaixador Devincenzi ao Ministro Nogueira**. Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, série Ministério das Relações Exteriores- Bacia do Prata; mre bp 1977.05.03, documento 120 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 08 nov. 1979.

\_\_\_\_\_. **Política Interna Argentina**. Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, série Ministério das Relações Exteriores- Relações Bilaterais; rb 1974.10.25, documento 10 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 17 fev. 1976.

SILVEIRA BAUER, C. O controle sobre argentinos no Brasil e brasileiros na Argentina: vigilância e repressão extraterritoriais. **Taller (Segunda Época)**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 103-117, out. 2012.

SIMÕES FERNANDES, A. A conexão repressiva entre a ditadura brasileira e o Uruguai (1964-1973): a atuação do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. **Taller (Segunda Época)**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 1, n. 1, 2012.

SIQUEIRA, V. E. C. **A atuação brasileira na Operação Condor (1975-1985): uma busca por poder sub-regional?**. 2023. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2023.

SOUTO, C. V; SILVA, A. L. R. d. A atuação diplomática da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) na década de 1940. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 682-706, set./dez. 2022.

SPEKTOR, M. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 191-222, 2003.

STEINKE, S. **A repressão política na fronteira uruguaiana – Paso de los Libres no final da década de 1970**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2016.

TEIXEIRA JÚNIOR, A.. **Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos [s.l.]** Editora Intersaberes, 2017.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 3a. Ed, 1938.

UNESCO. **Operación Cóndor: 40 años después. Bajo la dirección de Baltasar Garzón Real**. Buenos Aires: CIPDH-UNESCO, 2015.

UNITED STATES. Department of State. Memorandum of Conversation, Washington, September 16, 1976. *In: Foreign Relations of the United States, 1969-1976*, Volume E-11, Part 2, Documents on

South America, 1973–1976. Washington, D.C.: Office of the Historian, 2006. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d348>. Acesso em: 21 jun. 2025.

WAUTERS, B; BEACH, D. Process tracing and congruence analysis to support theory based impact evaluation. **Evaluation**, London: Sage, 2018.

ZANCHETTA, B. Between Cold War Imperatives and State-Sponsored Terrorism: The United States and “Operation Condor”. **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 39, n. 12, p. 1084–1102, dez. 2016.

ZOGLIN, K. "Paraguay's Archive of Terror: International Cooperation and Operation Cóndor." **The University of Miami Inter-American Law Review**, v. 32, n. 1, p. 57-82, 2001.

Section and Topic	Item #	Checklist item	Location where item is reported
<b>TITLE</b>			
Title	1	Identify the report as a systematic review.	
<b>ABSTRACT</b>			
Abstract	2	See the PRISMA 2020 for Abstracts checklist.	
<b>INTRODUCTION</b>			
Rationale	3	Describe the rationale for the review in the context of existing knowledge.	104
Objectives	4	Provide an explicit statement of the objective(s) or question(s) the review addresses.	104
<b>METHODS</b>			
Eligibility criteria	5	Specify the inclusion and exclusion criteria for the review and how studies were grouped for the syntheses.	104-106
Information sources	6	Specify all databases, registers, websites, organisations, reference lists and other sources searched or consulted to identify studies. Specify the date when each source was last searched or consulted.	105
Search strategy	7	Present the full search strategies for all databases, registers and websites, including any filters and limits used.	105
Selection process	8	Specify the methods used to decide whether a study met the inclusion criteria of the review, including how many reviewers screened each record and each report retrieved, whether they worked independently, and if applicable, details of automation tools used in the process.	106
Data collection process	9	Specify the methods used to collect data from reports, including how many reviewers collected data from each report, whether they worked independently, any processes for obtaining or confirming data from study investigators, and if applicable, details of automation tools used in the process.	106
Data items	10a	List and define all outcomes for which data were sought. Specify whether all results that were compatible with each outcome domain in each study were sought (e.g. for all measures, time points, analyses), and if not, the methods used to decide which results to collect.	106
	10b	List and define all other variables for which data were sought (e.g. participant and intervention characteristics, funding sources). Describe any assumptions made about any missing or unclear information.	106
Study risk of bias assessment	11	Specify the methods used to assess risk of bias in the included studies, including details of the tool(s) used, how many reviewers assessed each study and whether they worked independently, and if applicable, details of automation tools used in the process.	
Effect measures	12	Specify for each outcome the effect measure(s) (e.g. risk ratio, mean difference) used in the synthesis or presentation of results.	
Synthesis methods	13a	Describe the processes used to decide which studies were eligible for each synthesis (e.g. tabulating the study intervention characteristics and comparing against the planned groups for each synthesis (item #5)).	
	13b	Describe any methods required to prepare the data for presentation or synthesis, such as handling of missing summary statistics, or data conversions.	

	13c	Describe any methods used to tabulate or visually display results of individual studies and syntheses.	
	13d	Describe any methods used to synthesize results and provide a rationale for the choice(s). If meta-analysis was performed, describe the model(s), method(s) to identify the presence and extent of statistical heterogeneity, and software package(s) used.	
	13e	Describe any methods used to explore possible causes of heterogeneity among study results (e.g. subgroup analysis, meta-regression).	
	13f	Describe any sensitivity analyses conducted to assess robustness of the synthesized results.	
Reporting bias assessment	14	Describe any methods used to assess risk of bias due to missing results in a synthesis (arising from reporting biases).	
Certainty assessment	15	Describe any methods used to assess certainty (or confidence) in the body of evidence for an outcome.	
<b>RESULTS</b>			
Study selection	16a	Describe the results of the search and selection process, from the number of records identified in the search to the number of studies included in the review, ideally using a flow diagram.	107-108
	16b	Cite studies that might appear to meet the inclusion criteria, but which were excluded, and explain why they were excluded.	107-108
Study characteristics	17	Cite each included study and present its characteristics.	108
Risk of bias in studies	18	Present assessments of risk of bias for each included study.	108
Results of individual studies	19	For all outcomes, present, for each study: (a) summary statistics for each group (where appropriate) and (b) an effect estimate and its precision (e.g. confidence/credible interval), ideally using structured tables or plots.	
Results of syntheses	20a	For each synthesis, briefly summarise the characteristics and risk of bias among contributing studies.	
	20b	Present results of all statistical syntheses conducted. If meta-analysis was done, present for each the summary estimate and its precision (e.g. confidence/credible interval) and measures of statistical heterogeneity. If comparing groups, describe the direction of the effect.	
	20c	Present results of all investigations of possible causes of heterogeneity among study results.	
	20d	Present results of all sensitivity analyses conducted to assess the robustness of the synthesized results.	
Reporting biases	21	Present assessments of risk of bias due to missing results (arising from reporting biases) for each synthesis assessed.	
Certainty of evidence	22	Present assessments of certainty (or confidence) in the body of evidence for each outcome assessed.	
<b>DISCUSSION</b>			
Discussion	23a	Provide a general interpretation of the results in the context of other evidence.	44-54
	23b	Discuss any limitations of the evidence included in the review.	44-54
	23c	Discuss any limitations of the review processes used.	44-54
	23d	Discuss implications of the results for practice, policy, and future research.	53-54
<b>OTHER INFORMATION</b>			

Registration and protocol	24a	Provide registration information for the review, including register name and registration number, or state that the review was not registered.	
	24b	Indicate where the review protocol can be accessed, or state that a protocol was not prepared.	
	24c	Describe and explain any amendments to information provided at registration or in the protocol.	
Support	25	Describe sources of financial or non-financial support for the review, and the role of the funders or sponsors in the review.	
Competing interests	26	Declare any competing interests of review authors.	
Availability of data, code and other materials	27	Report which of the following are publicly available and where they can be found: template data collection forms; data extracted from included studies; data used for all analyses; analytic code; any other materials used in the review.	109

*From:* Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ* 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71. This work is licensed under CC BY 4.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.